

Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS
Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação – FABICO
Departamento de Ciências da Informação
Curso de Graduação em Arquivologia

Ana Ines Arce

**“OS VERENDOS RESTOS DA SUBLIME GERAÇÃO
FARROUPILHA, QUE ANDEI A RECOLHER DE
ENTRE O PÓ DAS IDADES”**: uma história
arquivística da Coleção Varela.

Porto Alegre

2011

Ana Ines Arce

**“OS VERENDOS RESTOS DA SUBLIME GERAÇÃO
FARROUPILHA, QUE ANDEI A RECOLHER DE
ENTRE O PÓ DAS IDADES” : uma história
arquivística da Coleção Varela.**

Trabalho defendido como requisito para a aprovação na atividade de ensino Trabalho de Conclusão de Curso em Arquivologia, do Departamento de Ciências da Informação da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Profa. Marlise Maria Giovanaz

Porto Alegre

2011

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Reitor: Prof. Dr. Carlos Alexandre Netto

Vice-Reitor: Prof. Dr. Rui Vicente Oppermann

FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO

Diretor: Prof. Ricardo Schneiders da Silva

Vise-Diretora: Profa. Dra. Regina Helena Van der Lann

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO

Chefe: Profa. Dra. Ana Maria Moura

Chefe Substituta: Profa. Dra. Helen Rozados

A668v Arce, Ana Ines

Os verendos restos da sublime geração Farroupilha, que andei a recolher de entre o pó das idades : uma história arquivística da Coleção Varela / Ana Ines Arce – Porto Alegre, 2011.
109 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação. Curso de Arquivologia, 2011.
Orientadora: Marlise Maria Giovanaz

1. Arquivos Históricos 2. Arquivos Privados 3. Coleção Varela
4. História Arquivística 5. Patrimônio Documental I. Arce, Ana Ines. II. Título

Departamento de Ciências da Informação

Rua: Ramiro Barcelos, 2705

CEP: 900035-007

Tel: (51) 3316-5146

Fax: (51) 3316-5435

E-mail: fabico@ufrgs.br

Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS
Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação – FABICO
Departamento de Ciências da Informação
Curso de Graduação em Arquivologia

**“OS VERENDOS RESTOS DA SUBLIME GERAÇÃO FARROUPILHA,
QUE ANDEI A RECOLHER DE ENTRE O PÓ DAS IDADES”:** uma
história arquivística da Coleção Varela

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial para a
obtenção do grau de Bacharel em
Arquivologia pela Faculdade de
Biblioteconomia e Comunicação da
Universidade Federal do Rio Grande do
Sul.

Data de Defesa: 07 de julho de 2011.

Banca Examinadora:

Prof^a. Ma. Marlise Maria Giovanaz (Orientadora)

Prof^a. Dra. Lizete Dias de Oliveira

Prof^a Dra. Zita Rosane Possamai

A Álvaro Klafke,
parceiro na História, nos Arquivos e na vida.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a minha orientadora, Marlise Maria Giovanaz, pelo entusiasmo com a pesquisa, pela generosidade em compartilhar idéias e conhecimentos e pelo apoio e estímulo constantes.

A Laura Arce, irmã, amiga, colega, parceira de estudos que, além de sua importante ajuda na realização deste trabalho, tornou minha trajetória na Arquivologia uma experiência ainda mais rica e interessante.

A todas as pessoas que me forneceram pistas valiosas sobre a Coleção Varela como os professores Paulo Moreira, Moacyr Flores, Carla Menegat, Ananda Simões Fernandes e Miguel Duarte.

A Vanessa Gomes de Campos e Viviane Wiedemann Velloso, pelas informações preciosas e pela paciência com que me ouviram.

Aos funcionários e estagiários do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho, do Museu Júlio de Castilhos e do Museu da Comunicação Hipólito José da Costa.

A todos os professores do curso de Arquivologia, especialmente a minhas também orientadoras Ana Regina Berwanger, Daniele Erthal e Valéria Bertotti e aos professores Lizete de Oliveira e Jorge Vivar, com quem pude compartilhar as minhas preocupações sobre os estudos da memória.

Aos amigos Divair Doneda, Marieta Marks Löw, Graziela Cé e Gabriel Berute, pelo apoio, manifestado de várias maneiras.

RESUMO

Este trabalho estuda a trajetória da Coleção Varela, atualmente custodiada pelo Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, desde a produção da documentação de seu núcleo inicial, durante a Revolução Farroupilha (1835-1845) até seu ingresso na referida Instituição (1936). Analisa a formação inicial desse acervo e as circunstâncias que levaram à sua preservação, por Domingos José de Almeida, destacado líder farroupilha, examinando a utilização e a ampliação desse conjunto documental. Trata da passagem desse acervo para a guarda de Alfredo Varela, discutindo o seu uso e os acréscimos feitos durante a custódia desse historiador e colecionador. Aborda a conjuntura institucional do período de Comemoração do Centenário Farroupilha, marco no qual se deu a transferência desse arquivo para o Museu Júlio de Castilhos e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Analisa as negociações que envolveram essa doação e tece comentários sobre a trajetória desse acervo dentro da Instituição referida. Reflete acerca da problemática da constituição dos acervos privados e públicos, propondo uma abordagem interdisciplinar entre a Arquivologia e a História. Avalia o papel do arquivista como agente importante no processo de formação da memória social.

Palavras-Chave: Arquivos Históricos. Arquivos Privados. Coleção Varela. História Arquivística. Patrimônio documental.

RESUMEN

Este trabajo estudia la trayectoria de la Colección Varela actualmente custodiada por el Archivo Histórico de Rio Grande do Sul, desde la producción de la documentación de su núcleo inicial, durante la “Revolução Farroupilha” (1835-1845) hasta su ingreso en la referida Institución (1936). Analiza la formación inicial de ese acervo y las circunstancias que acarrearón su preservación por Domingos José de Almeida, destacado líder “farroupilha”, y examina el uso y la ampliación de ese conjunto documental. Trata del pasaje de ese acervo para la custodia de Alfredo Varela, y discute su utilización y las incorporaciones ocurridas bajo el cuidado de ese historiador y coleccionador. Describe la coyuntura institucional del período de Conmemoración del “Centenário Farroupilha”, marco en el cual se dio la transferencia de ese archivo para el Museo Júlio de Castilhos y Archivo Histórico de Rio Grande do Sul. Analiza las negociaciones que cercaron esa donación y traza comentarios sobre la trayectoria de ese acervo dentro de la Institución referida. Hace una reflexión sobre la problemática de la constitución de los acervos privados y públicos y propone un planteo interdisciplinario entre Archivología e Historia. Evalúa el papel del archivólogo como importante agente en el proceso de formación de la memoria social.

Palabras-Clave: Archivos Históricos. Archivos Privados. Colección Varela. Historia Archivística. Patrimonio documental.

LISTA DE ABREVIATURAS

- AHRGS – Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul
- AV – Alfredo Varela
- DJA – Domingos José de Almeida
- ISAAR-CPF – International Archival Authority Record for Corporate Bodies, Persons and Families
- ISAD(G) – International Standard Archival Description (General)
- IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
- IHGPSP – Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro
- IHGRGS – Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul
- MJC – Museu Júlio de Castilhos
- NOBRADE – Norma Brasileira de Descrição Arquivística
- PRR – Partido Republicano Rio-grandense

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 A REVOLUÇÃO FARROUPILHA E DOMINGOS JOSÉ DE ALMEIDA.....	17
2.1 A Revolução Farroupilha e a produção documental.....	18
2.2 Domingos José de Almeida e seu arquivo.....	25
3 ALFREDO VARELA E SEU ARQUIVO.....	39
3.1 O historiador e os documentos.....	40
3.2 O colecionador e a coleção.....	52
4 O MUSEU JÚLIO DE CASTILHOS, O ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL E O CENTENÁRIO FARROUPILHA.....	59
4.1 O Museu Julio de Castilhos e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.....	60
4.2 O Centenário Farroupilha.....	66
5 DE “ARQUIVO DO VARELA” A “COLEÇÃO VARELA”.....	73
5.1 A doação.....	74
5.2 A Coleção Varela no Museu Júlio de Castilhos e no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.....	85
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	91
REFERÊNCIAS.....	95
ANEXO A – CATÁLOGO DO ARQUIVO VARELLA.....	101

1 INTRODUÇÃO

A Coleção Varela, parte do acervo do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, é um dos mais ricos conjuntos documentais existentes sobre a Revolução Farroupilha e tem sido fonte para inúmeros trabalhos de pesquisa histórica¹. Apesar de sua notável importância para a história e a memória do Estado, pouco tem se estudado a respeito de sua trajetória arquivística. Existem alguns dados sobre sua origem, sua constituição, sobre as incorporações e desmembramentos que sofreu, os locais em que se custodiou, mas constatamos que essas informações eram esparsas, genéricas e muitas, certamente, deveriam ser cuidadosamente reavaliadas. Portanto, neste trabalho, o que se tentou fazer foi reunir informações, rastrear pistas deixadas em livros, documentos, ou sugeridas por alguns pesquisadores e refletir teoricamente sobre esse corpo documental que, por seu caráter e sua importância, merecia um estudo mais atento.

Partimos da idéia de que compreender a história dessa coleção nos permitiria, também, entender um pouco melhor a formação dos Arquivos Históricos no país em geral. E que, para acercarmo-nos da complexidade desse objeto de estudo fazia-se necessária uma abordagem interdisciplinar, que transitaria, principalmente, entre a Arquivologia e a História, sem deixar de lado outras áreas do conhecimento que pudessem elucidar problemas surgidos ao longo do estudo.

No campo da Arquivologia, nas últimas décadas, tem havido uma importante renovação. Novas demandas por informação de setores da sociedade e de outras áreas do conhecimento, a explosão documental do pós-guerra e o advento dos documentos eletrônicos e digitais, bem como questionamentos surgidos na própria área vêm fazendo com que arraigados conceitos e práticas arquivísticas sejam colocados em causa.

Um deles era o que considerava os arquivos repositórios neutros de uma documentação também neutra. Os erros, as distorções e as interpretações equivocadas eram considerados inerentes à interpretação historiográfica de boa ou má qualidade ou intenção, pois a constituição dos próprios arquivos em nada interferiria para que isso ocorresse. Essa visão, muito marcada pelo positivismo, que

¹ “A Revolução Farroupilha é o tema mais trabalhado pela historiografia rio-grandense. O movimento é o fato histórico que ganhou maior relevância tanto na produção historiográfica quanto no imaginário popular. Ao longo do tempo, entretanto, a memória da Revolução tem sido constantemente modificada, proporcionando, inclusive, controvérsias e impasses na produção historiográfica.” (SCHEIDT, 2002, p. 190).

norteou grande parte dos trabalhos nessa área, no século XIX, e se manteve também em grande parte no século seguinte, foi aos poucos cedendo lugar a outra, que passou a compreender o fenômeno arquivístico em sua totalidade e complexidade. Nesse sentido, é interessante a reflexão que Terry Cook faz a respeito:

[...] os pós-modernistas vêem explicitamente os arquivos como fragmentos de universos de documentos agora perdidos ou destruídos. Encaram os próprios documentos como espelhos distorcidos que alteram os fatos e realidades passados, mas ironicamente, consideram que servem como “sinais...dentro de contextos já semioticamente construídos, contextos que são, eles mesmos, dependentes de instituições (no caso de registros oficiais) ou indivíduos (se forem relatos de testemunhas oculares)”. Se o modernista do século XX criticava a idéia de fato ou verdade histórica, o pós-modernista critica a idéia de documento. Jacques Le Goff observa que “o documento não é a matéria-prima objetiva, inocente, mas expressa o poder da sociedade do passado (ou da atual) sobre a memória e o futuro: o documento é o que fica.” O que vale para cada documento vale também, coletivamente, para os arquivos. (COOK, 1998, p. 140).

E, com isso, também muda a visão que se tem do papel do arquivista:

Assim, os arquivistas mudaram no último século, passando, dos custodiadores jenkinsonianos passivos da totalidade dos resíduos documentais deixados por seus criadores, a ativos conformadores da herança arquivística. Evoluíram de uma suposta posição de guardiães imparciais de pequenas coleções de documentos herdados da Idade Média, para tornarem-se agentes intervenientes que estabelecem os padrões de arquivamento e deliberam sobre qual pequena fração do universo de informações registradas será selecionada para a preservação arquivística. Tornaram-se, assim, construtores muito ativos da memória social. Na verdade, afirmaria até que se tornaram o principal agente de formação da memória, sem esquecer das importantes contribuições, nessa tarefa, de seus colegas dos museus, bibliotecas e cultura material. (COOK, 1998, p. 139).

Nesse papel de construtores ativos da memória social, os arquivistas têm se preocupado também com a elaboração de instrumentos de pesquisa melhores, mais capazes de refletir a conformação de um acervo em seus vários aspectos. Com isso, principalmente a partir da década de 1980, tem se desenvolvido a área da descrição arquivística². Isso vem se efetuando em duas frentes principais: a tentativa de estabelecer os seus fundamentos e a busca de uma normalização e uma padronização. Nesse sentido, poderíamos destacar as normas internacionais

² Define-se descrição arquivística, a partir de Antonia Heredia Herrera, como “el proceso de análisis de los documentos de archivo o de sus agrupaciones materializado em representaciones que permitan su identificación y localización y la recuperación de su información para la gestión o la investigación.” (HERRERA, 1997, p. 302).

ISAD(G) e ISAAR-CPF, que vêm sendo adaptadas, implantadas e implementadas em vários países³. Elas estabelecem níveis e áreas padronizados de descrição de um arquivo, que permitiriam, entre outros benefícios, um compartilhamento e uma divulgação maior da informação. No Brasil temos uma norma própria, a NOBRADE (Norma Brasileira de Descrição Arquivística), que com algumas diferenças nas áreas de descrição, basicamente segue as anteriores. Essas normas têm como objetivo a representação dos acervos, seguindo princípios fundamentais da Arquivologia como o da proveniência, respeito à ordem original, e através deles, refletir a organicidade dos mesmos⁴.

Tanto nas normas internacionais como na brasileira há áreas de descrição que tratam da origem dos fundos de arquivo. São as que se referem à história administrativa ou biografia e à história arquivística ou custodial⁵. Essas áreas de descrição deveriam ser tratadas com muito cuidado, pois são fontes de conhecimento tanto para o arquivista, que consegue compreender como o acervo vai se conformando até chegar ao estágio em que se encontra quando da descrição, quanto para o historiador, que passa a compreender melhor a “qualidade” do conjunto documental com que está lidando, o órgão ou pessoa que o produziu e as mudanças que foi sofrendo ao longo de sua existência.

A reflexão de Bloch, na primeira redação de “Ofício de Historiador”, (documentada pelos manuscritos conservados por E. Bloch), aponta de maneira inequívoca para essa questão:

³ A Isad (G) - “International Standard Archival Description (General)” – tem como objetivo “estabelecer diretrizes gerais para a preparação de descrições arquivísticas, podendo ser usada juntamente com as normativas nacionais dos vários países-membros do Conselho Internacional de Arquivos. (BELLOTTO, 2004, p. 182). ISAAR(CPF) – “International Archival Authority Record for Corporate Bodies, Persons and Families - Esta norma dá diretrizes para a preparação de registros de autoridade arquivística que forneçam descrições de entidades (entidades coletivas, pessoas e famílias) relacionadas à produção e manutenção de arquivos. CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, ISAAR (CPF). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2004.

⁴ Como explica Bellotto: “O documento de arquivo só tem sentido se relacionado ao meio que o produziu. Seu conjunto tem que retratar a infra-estrutura e as funções do órgão gerador. Reflete, em outras palavras, suas atividades-meio e suas atividades-fim. Esta é a base da teoria de fundos.” Acrescenta ainda que “o fundo de arquivo compreende os documentos gerados e/ou recolhidos por uma entidade pública ou privada que são necessários à sua criação, ao seu funcionamento e ao exercício das atividades que justificam sua existência.” (BELLOTTO, 2004, p. 28). A proveniência é “o princípio segundo o qual devem ser mantidos reunidos, num mesmo fundo, todos os documentos provenientes de uma mesma fonte geradora” (PAES, 2004, p. 27) e dele deriva o respeito à ordem original que determina que “todos os documentos de um fundo de arquivo ocupem determinado lugar que tem de ser respeitado ou restabelecido, caso a ordem primitiva ou a ordem original tenha sido modificada por qualquer razão”. (ROUSSEAU e COUTURE, 1998, p. 83).

⁵ Segundo a NOBRADE, o objetivo da descrição da história arquivística é “oferecer informações referenciais sistematizadas sobre a história da produção e acumulação da unidade de descrição, bem como sobre a sua custódia.” (2006, p. 34).

Não obstante o que às vezes parecem imaginar os iniciantes, os documentos não se encontram aqui ou ali, por intermédio de algum misterioso decreto dos deuses. Sua presença ou sua ausência, em tais fundos de arquivos, em tal biblioteca de manuscritos, em tal solo, salientam/reedificam/substituem causas humanas que de forma alguma escapam à análise. Os problemas que impõem dessa maneira a transmissão das lembranças não interessam apenas à técnica dos nossos estudos. São eles mesmos problemas de história muito importantes, pois o que eles colocam em jogo não é nada menos do que a passagem da lembrança através das gerações. E se a “passagem” não acontece, é por culpa dos dois principais responsáveis pelo esquecimento ou pela ignorância: a negligência, que extravia documentos; principalmente a paixão pelo segredo – segredo diplomático, segredo dos negócios, segredo das famílias – que os esconde ou os destrói. (BLOCH apud MASTROGREGORI, 2008, p. 82)

Nesse sentido, a abordagem histórica passa a ser também fundamental para se compreender os Arquivos Históricos, pois permite rastrear e avaliar de que maneira os contextos históricos, políticos, sociais e culturais constituíram ou interferiram nos acervos até chegarem à conformação e à destinação que têm hoje. Além disso, possibilita ao menos apontar fatores de outra ordem, que com maior ou menor intensidade, poderiam ter agido também sobre os acervos: como interesses pessoais e de heranças, acidentes, roubos, perdas, entre muitos outros.

No caso da Coleção Varela, é impossível deixar de pensar que os avatares dessa documentação estão fortemente vinculados aos acontecimentos históricos, políticos e culturais do Rio Grande. Em primeiro lugar, à Revolução Farroupilha, contexto em que se produziu parte dos documentos mais importantes desse acervo.

O primeiro depositário dessa memória foi Domingos José de Almeida, importante dirigente da República Rio-grandense, que não conseguiu cumprir a missão a que se havia proposto: escrever uma história da Revolução do ponto de vista dos Farrapos. Com sua morte, anos mais tarde, por caminhos ainda não totalmente elucidados, essa documentação e tarefa foram legadas a um historiador, Alfredo Varela, que escreveu uma história farroupilha, com a documentação herdada de Almeida. E, também, por iniciativa própria, transformou esse patrimônio privado em patrimônio público.

A transferência desse acervo, do privado ao público, ocorreu num desses períodos marcantes da história nacional, pós Revolução de 1930, com todas as mudanças que acarretou na vida nacional e com o novo protagonismo que o Estado do Rio Grande do Sul passou a ter a partir de então.

Nesse contexto, a aproximação do Centenário Farroupilha colocava em pauta uma série de questões, entre as quais a da interpretação “oficial” dos eventos de 1835. Em 1933, com auspícios do governo do Estado e do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul foram publicados os seis volumes da “História da Grande Revolução”, de Alfredo Varela, que defendia a tese do separatismo farrapo e da origem platina do gaúcho, contrapondo-se às abordagens que, desde alguns anos, começavam a ganhar força. Num clima de crescente nacionalismo, estas procuravam provar o caráter não-secessionista, mas nacionalista do movimento. Então o gaúcho passaria a ser visto como o valoroso e sacrificado defensor da nação brasileira. Lembremos que a política centralizadora do governo de Getúlio Vargas distava bastante dos ideais federalistas defendidos pelos farroupilhas. É nesse clima, portanto bastante desfavorável às convicções de seu proprietário, que vai se dar a doação. Esse é um aspecto fundamental a ser considerado no trabalho.

Se pensarmos, também, nos anos em que este acervo já se encontrava sob a custódia do Estado, certamente perceberemos muitos outros eventos e políticas que interferiram em sua constituição. Entre eles, a criação do Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa (1974) e a transferência para o mesmo do acervo de jornais dessa coleção. Ou a proximidade do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha e o início da publicação da Coleção Varela nos Anais do Arquivo Histórico. E não é possível deixar de observar que a sua recente transferência, como parte do Arquivo Histórico, para o Memorial do Rio Grande do Sul, leva-nos a pensar que, nesse novo contexto histórico, se lhe acrescenta mais uma camada de significados.

Conseqüentemente, para estudar a Coleção Varela e sua história custodial, foi necessário aliar História e Arquivologia, sem deixar de lado outras disciplinas e abordagens que puderam tornar mais compreensível os principais fatores que conformaram, interferiram e, enfim, transformaram os documentos, zelosamente guardados por Domingos José de Almeida, conservados e complementados por Alfredo Varela, no que é hoje a principal fonte para estudo da Revolução Farroupilha, incontornável marco da identidade gaúcha.

O objetivo fundamental deste trabalho é, portanto, rastrear o percurso da Coleção Varela, focando, principalmente, o processo de sua incorporação no marco das comemorações do Centenário Farroupilha.

Para tanto, elencamos os seguintes objetivos específicos: rastrear o início da coleção, quando pertencente a Domingos José de Almeida, núcleo inicial e cerne do que depois se constituiu a Coleção Varela; verificar como se deu a aquisição por parte de Alfredo da Varela dessa documentação; analisar o desenvolvimento dessa coleção até o momento de sua incorporação ao Arquivo Histórico; estudar o processo que envolveu a transferência dessa coleção para o Arquivo Histórico, considerando os órgãos envolvidos na negociação, a legislação vigente na época, a estrutura da instituição recebedora e as discussões historiográficas do momento em que se deu (Centenário Farroupilha); analisar brevemente a trajetória da coleção após sua incorporação ao acervo do Arquivo Histórico (arranjo, acréscimos, desmembramentos, edições), discutindo os princípios arquivísticos e a prática nos arquivos históricos; refletir sobre a problemática dos acervos privados e de sua transferência para instituições públicas, bem como sua influência na historiografia, na preservação da memória e na constituição de identidades.

A partir desses pressupostos iniciais e desse caso concreto, delinea-se, dentro do campo da arquivística histórica, mas com um enfoque interdisciplinar, o problema de pesquisa: Como se formou a Coleção Varela ao longo do tempo e em que medida esse processo nos permite refletir sobre a formação dos arquivos?

O trabalho consiste de uma pesquisa exploratória, que pretende uma abordagem qualitativa do tema. A investigação baseia-se em dados documentais existentes no próprio Arquivo Histórico e em outras instituições, em entrevistas e pesquisa bibliográfica. Procurou-se integrar a análise dos dados com a reflexão teórica nos campos da Arquivologia e da História, salientando-se a perspectiva interdisciplinar de modo a permitir uma melhor compreensão do objeto de estudo, a Coleção Varela.

O tema é extremamente vasto e permitiria outras abordagens. O caráter exploratório deste estudo e sua própria dimensão, com limites específicos, fazem com que alguns aspectos, tanto teóricos quanto empíricos, não sejam aprofundados. Pretende-se, entretanto, que possa resultar na sugestão de reflexões e pesquisas futuras.

O texto se divide em quatro capítulos: o primeiro aborda o contexto da produção da documentação que constituiu o núcleo central desse acervo e o período que permaneceu sob custódia de Domingos José da Almeida; o segundo, trata do período no qual esse conjunto documental foi, nas mãos do historiador e

coleccionador Alfredo Varela, acrescido e valorizado; o terceiro, contextualiza o período (Comemorações do Centenário Farroupilha) em que se dá a transferência desse arquivo para o Museu Júlio de Castilhos e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, traçando um breve histórico e perfil da Instituição; e o último descreve o processo de doação, abordando brevemente os anos seguintes à sua incorporação ao acervo do Estado. Os aspectos teóricos referentes às discussões acerca das relações entre arquivologia, história, memória e identidade na constituição dos acervos permeiam o estudo na sua totalidade.

2 A REVOLUÇÃO FARROUPILHA E DOMINGOS JOSÉ DE ALMEIDA

Ao iniciarmos o trabalho nos deparamos com as dificuldades inerentes a maioria dos pesquisadores, dados escassos, dispersos e muitos deles contraditórios, além de alguma dificuldade de acesso às fontes. Entretanto, aos poucos, e às vezes das formas mais inusitadas, conseguimos seguir pistas interessantes que acabaram dando algumas respostas aos questionamentos iniciais e aos que foram surgindo ao longo deste estudo. Nesse sentido, valemo-nos do aporte de Ginzburg e, principalmente, de Ricoeur, que aproxima a crítica ao documento de Marc Bloch com o paradigma indiciário.

A “luta com o documento”, como diz Marc Bloch com propriedade, está fundada. Sua estratégia principal consiste em examinar as fontes a fim de distinguir o verdadeiro do falso, e, para tanto, em “fazer falar” testemunhas das quais se sabem que podem enganar-se ou mentir, não para confundi-las, mas “para compreendê-las” (RICOEUR, 2007, p. 183).

Os elementos do método blochiano de crítica documental englobariam desde “a interdição elementar da contradição formal – um acontecimento não pode ao mesmo tempo ser e não ser -, [...] a arte de desmascarar as imperícias dos plagiários, de discernir as inverossimilhanças notórias, até a lógica das probabilidades.” (RICOEUR, 2007, p. 184).

Nesse aspecto, Marc Bloch não comete o erro de confundir a probabilidade da produção de um documento [...] com a probabilidade do juízo de autenticidade produzido pelo leitor de arquivos. Entre o pró e o contra, a dúvida se faz instrumento de conhecimento na avaliação dos graus de verossimilhança da combinação escolhida. Talvez se devesse falar tanto de plausibilidade quanto de probabilidade. (RICOEUR, 2007, p. 184)

Para Ginzburg, ainda segundo Paul Ricoeur, “a história nunca conseguiu tornar-se uma ciência galileana. (...) Como o do médico, o conhecimento histórico é indireto, indiciário e conjectural.” Isso abre um campo interessante para o estudo histórico, pois ainda que a realidade seja opaca “existem zonas privilegiadas – rastros, indícios – que permitem decifrá-la”. (RICOEUR, 2007, p. 185).

O benefício da contribuição de C. Ginzburg é então estabelecer uma dialética do indício e do testemunho no interior da noção de rastro e de, assim, dar ao conceito de documento toda sua envergadura. Ao mesmo

tempo, a relação de complementaridade entre testemunho e indício vem inscrever-se no círculo da coerência interna-externa que estruturam a prova documental. (RICOEUR, 2007, p. 185)

As “provas documentais” trabalhadas, permitiram construir uma trama possível, que sabemos incompleta, provisória e aberta. Em que, como lembra Ginzburg, também entraram “em jogo (como se diz normalmente) elementos imponderáveis: faro, golpe de vista, intuição.” (GINZBURG, 1989, p. 179). O resultado disso é o que exporemos a seguir.

Cabe ressaltar ainda que abordaremos neste primeiro capítulo o núcleo inicial do que hoje constitui a Coleção Varela de duas maneiras. Primeiro analisando a documentação produzida durante a Revolução Farroupilha e, a seguir, estudando como foi se constituindo o acervo a partir do final desse episódio até a morte de Domingos José de Almeida.

2.1 A Revolução Farroupilha e a produção documental

A Revolução Farroupilha é um dos temas mais conhecidos e estudados da História Rio-grandense, com uma ampla produção bibliográfica. Nossa intenção aqui, portanto, não é aprofundar seu estudo, mas destacar alguns aspectos desse episódio que podem ajudar a compreender, em linhas muito gerais, o contexto de produção documental e sua tramitação⁶.

Entre os anos de 1835 e 1845, a guerra dividiu os habitantes da então Província do Rio Grande do Sul. Em 1836, com o conflito já instaurado há um ano foi

⁶ Um estudo mais aprofundado da produção documental da República Rio-grandense, ainda que importante, demandaria a realização de uma pesquisa bem mais abrangente, que não está no escopo deste trabalho. A importância desse estudo faz-se sentir principalmente se pensarmos nas questões trazidas por José Subtil no seu estudo sobre “O desembargo do Paço”, em que dedica um capítulo ao arquivo e a produção documental. Uma delas refere ao fato dos historiadores se concentrarem na informação contida no conteúdo dos documentos e desprezarem “a estrutura e a tramitação burocrática onde se inserem esses mesmos documentos”, o que acarreta um “déficit heurístico e hermenêutico”, pois os documentos de arquivo não são peças isoladas mas “elementos de um todo orgânico.” Nesse sentido o historiador deve assumir “uma dupla desconfiança com os materiais de arquivo histórico”: “uma desconfiança em relação à forma como lhe são sugeridas as séries documentais e uma desconfiança sobre o trabalho arquivístico desenvolvido sobre a documentação”. O autor conclui a introdução do capítulo dizendo que sua aposta metodológica foi “compensadora porque permitiu conhecer, como de outra forma não seria possível, estruturas e procedimentos administrativos com importantes reflexos político-administrativos.” (SUBTIL, 1996, p. 105-115)

proclamada a República Rio-grandense. Em sua obra, “Modelo Político dos Farrapos”, Moacyr Flores ressalta que:

Os rebeldes farroupilhas criaram de fato uma república soberana, com decretos normativos, bandeira, escudo de armas e hino próprios, projeto de constituição, embaixadores diplomáticos em países vizinhos, exército de carreira e milícia, concedendo cidadania e tratando os brasileiros de outras províncias como estrangeiros. Seus jornais dão notícias do Rio de Janeiro, de São Paulo ou da Bahia como sendo do exterior. Bento Gonçalves da Silva quando esteve em Paisandu recebeu honras de presidente de Estado, o que provocou protesto do Império do Brasil perante Frutuoso Rivera. Os revolucionários elegeram e instalaram uma Assembléia Constituinte e Legislativa, que elaborou leis e discutiu artigos do projeto de Constituição, até que o governo republicano teve que se retirar de Alegrete, ameaçado pelas tropas imperiais. (FLORES, 1978, p. 120).

Nos dez anos de conflito, as “fronteiras” dessa República variaram de acordo com as injunções da guerra e suas capitais foram Piratini (10.11.1836 a 14.02.1839), Caçapava (14.02.1839 a 22.03.1840) e Alegrete (22.03.1840 ao término da Revolução). Os principais centros urbanos da época, Rio Grande, Pelotas e Porto Alegre permaneceriam sob governo imperial.

Para gerir os negócios dessa pátria em movimento, estabeleceu-se uma estrutura administrativa, que segundo o mesmo autor:

[...] adotou a Constituição e Leis do Império, desde que não colidissem com a forma republicana, até que sua Assembléia Constituinte fosse convocada e aprovasse a sua própria Carta Magna, conforme consta na ata da sessão da Câmara Municipal de Piratini, em 6 de novembro de 1836. (FLORES, 1978, p. 100).

Na sessão acima mencionada foram criados os Ministérios e Secretarias do Interior, Fazenda, Justiça, Guerra, Marinha e Exterior, cujos ministros e secretários “recebiam cada um o tratamento de excelência e 2:400\$000 réis por ano, sendo responsável pelos abusos e crimes de sua repartição. As secretarias possuíam um Oficial Maior, dois Escriurários e um Porteiro que fazia as vezes de contínuo”. (FLORES, 1978, p. 138-139).

Em dez anos de existência, a produção documental para gerir esse Estado deve ter sido considerável. E, como lembra Subtil, “a existência de um poder político organizado é concomitante com a existência de arquivos organizados” (SUBTIL, 1996, p. 106). Arquivos esses que, considerando o ciclo de vida dos documentos, estavam na fase corrente, ou seja abrigavam “documentos durante seu uso

funcional, administrativo, jurídico; sua tramitação legal; sua utilização ligada às razões pelas quais foram criados”. (BELLOTTO, 2004, p. 24-25). Arquivavam-se, portanto, documentos de valor primário⁷. Deveria existir também alguma documentação na fase intermediária, mas o mais provável é que todos os papéis de determinada repartição permanecessem reunidos⁸.

Parte importante desse conjunto documental certamente passava pelas mãos do Ministro e Secretário do Interior e Fazenda, e por vários anos esse cargo foi exercido por Domingos José de Almeida, primeiro guardião desse acervo.

Domingos José de Almeida nasceu em Sumidouro, distrito de Mariana, em 1797. Dedicou-se ao comércio, mantendo também interesse pelo estudo das mais diversas áreas do conhecimento, e sua biblioteca foi uma das mais ricas e variadas na Província em sua época⁹.

Veio para o Rio Grande, em 1819, instalando-se em Pelotas, onde prosperou. Casou-se com Bernardina Barcellos de Lima, filha de família destacada do sul da Província. Como comenta Carla Menegat:

Ao mesmo tempo em que Domingos assumiu relevância como homem de negócios (em 1835 possuía, além da casa comercial, uma sesmaria de terras, charqueada e sociedade em um vapor que percorria a Lagoa dos Patos – *O Liberal*), se tornou um político de destaque. [...] O casamento com Bernardina garantiu a ligação do empreendedor dinâmico – conhecedor de ligações comerciais com o centro do país – com os notáveis locais. (MENEGAT, 2009, p. 51-52).

Em 1835, deputado na Assembléia Provincial, participou do início da revolta, chegando a ser preso em outubro, pelas forças imperiais. Proclamada a República, como ministro da Fazenda, organizou as finanças, tratou da política monetária e das leis econômico-sociais, ou seja, incumbiu-se de ordenar todo o sistema financeiro.

⁷ “O valor primário define-se como sendo a qualidade de um documento baseado nas utilizações imediatas e administrativas que lhes deram seus criadores, por outras palavras, nas razões para as quais o documento foi criado.” (ROSSEAU e COUTURE, 1998, p. 117).

⁸ Fase intermediária é o período em que os documentos “devem ser conservados por razões administrativas, legais ou financeiras, mas não têm de ser utilizados para assegurar as atividades cotidianas de sua administração.” (ROSSEAU e COUTURE, 1998, p. 115).

⁹ A aproximação em termos biográficos dos atores históricos aqui citados, especialmente Almeida e Varela, limita-se a aspectos muito gerais de suas vidas, e especialmente àqueles que possam auxiliar no estudo da história da coleção em questão. Para um acercamento teórico sobre a biografia nos estudos históricos são interessantes as reflexões de SCHMIDT, Benito Bisso. Biografia e regimes de historicidade. Métis, p. 57-72. vol. N.3, jan.-jun. 2003. Caxias do Sul; e XAVIER, Regina Célia Lima. O desafio do trabalho biográfico. In: GUAZZELLI, César Augusto Barcellos et alii (org.). Questões de Teoria e Metodologia da História. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

Como Ministro e Secretário de Estado do Interior, traçou normas para a representação diplomática do novo Estado; regulamentou o comércio interno; estabeleceu a hierarquia nas forças armadas; estabeleceu o “curso”, do qual resultou a vinda de José Garibaldi; criou as condições para a cidadania rio-grandense; concedeu indultos, transformando-se, em suma, como dizem seus biógrafos, “na consciência jurídica” da República Rio-grandense, depois de ter sido o organizador de suas finanças. (SPALDING, 1969, p. 180).

Com uma estrutura administrativa semelhante à do Império, a República Rio-grandense produziu documentos que seguiam o mesmo padrão dos produzidos por aquele. Nosso objetivo neste momento não é aprofundar o estudo desse tema, apenas exemplificar como a produção, circulação e arquivamento de documentos se dava na administração republicana em particular. Para tanto, coletamos alguns exemplos, entre eles, duas circulares impressas, que tratam de um tipo de produção documental¹⁰. Dizia a primeira:

Para conferir-se no Tesouro os documentos que nele se vêm legalizar, dos gados tirados para fornecimento do exército, polícia e famílias cujos chefes se acham nas fileiras; para arrecadarem-se os couros com exação e para prevenirem-se os abusos e desperdícios que escandalosamente se observa no consumo desse artigo, a despeito dos interesses da importante classe criadora e da prosperidade do Estado; manda o Governo que V. S^a de ora em diante até 12 de cada mês envie a esta repartição um mapa circunstanciado de todo o gado para tal fim tirado no departamento de sua jurisdição no decurso do mês antecedente, em o qual minuciosamente declare o número e o sexo dele com o título de tal aplicação saído, aquele consumido com a polícia e famílias dos distritos, e aquele coma as forças que porventura neles transitem distribuído, como o nome de cada um dos proprietários que o forneceu e de quem o recebeu. No mesmo mapa, mas em separado, notará V. S^a os gados pelo comércio exportados em tais meses, quem os vendedores e compradores. Para o devido cumprimento desta determinação V. S^a, sob a mais severa responsabilidade, ordenará aos seus delegados que sem falência no último de cada mês lhe remetam os mapas parciais de seus distritos ou quarteirões, para com eles formar o quadro geral de que trato¹¹.

Esta circular é um exemplo de como o governo da República, através da documentação produzida, procurava controlar suas atividades. Nela, “sob a mais

¹⁰ Procurou-se analisar basicamente a correspondência escrita por Domingos José de Almeida, que se encontra na própria Coleção Varela, procurando levar em consideração as advertências de Prochasson quanto a esse tipo de fonte: “As armadilhas que as correspondências estendem aos historiadores são no entanto numerosas. A impressão de pegar desprevenido o autor de uma carta que se destinava unicamente ao seu correspondente, o sentimento de violar uma intimidade, garantia de autenticidade, quando não de verdade, são às vezes bastante enganadores.” (PROCHASSON, 1998, p. 111).

¹¹ As circulares citadas, assinadas por Domingos José de Almeida (DJA), estavam endereçadas ao cidadão Inácio José de Oliveira Guimarães, Chefe de Polícia do departamento do Boqueirão. Caçapava, 31 de julho de 1839. (CV – 321) (ARQUIVO, v.2, 1978, p. 249-250).

severa responsabilidade”, o Secretário determinava como deveria ser elaborado o documento (o mapa), quais as informações necessárias para sua elaboração e como obtê-las através de outros documentos, os mapas parciais dos delegados. Também eram estipulados prazos de referência (o mês anterior) e de entrega (no último dia de cada mês, até 12 do mês seguinte).

Na circular a seguir, que parece complementar a anterior, podemos perceber que a informação recolhida através desse tipo de documentação, além do controle, servia também para o estabelecimento de medidas e políticas.

Para o governo poder com acerto lançar mão das medidas econômicas que convém estabelecer, manda que V. S^a sem perda de tempo informe por esta repartição: 1^o quantas famílias, número, idade e sexo das pessoas de que elas se compõe, são municadas de carne por conta do Estado no departamento de sua jurisdição policial, em virtude da circular de 2 de setembro de 1837 corroborada pelo Decreto de 14 de agosto de 1838; 2^o qual o número das pessoas, que além daquelas famílias, são também municadas no referido departamento; 3^o com quantas libras de carne são municadas cada uma das ditas pessoas; 4^o com que títulos ou ordens se municiam tais pessoas, e desde quando; e 5^o finalmente, qual o destino que se tem dado aos couros do gado para esse fornecimento comprado¹².

Essa documentação, em que o público e o particular se misturavam muitas vezes, como é possível perceber nas cartas trocadas entre Bernardina e Domingos, também acompanhava os deslocamentos constantes dos líderes e as mudanças das capitais. Algumas vezes extraviava-se, destruía-se ou era interceptada pelo inimigo. Disso, temos alguns exemplos nas cartas de Almeida:

Por este portador me enviarás uns papéis que estão na gaveta da papelreira em que eu escrevia, na gavetinha dela, por baixo espelho, com a resposta da carta junta, que mandarás ao velho Sousa por pessoa segura, para vir dita resposta.¹³

Por qualquer das Coletorias do Estado mandará V. S^a entregar duzentos e quarenta patações, 240, ao cidadão Manuel Francisco de Moura, importância do frete de seis carretas de sua propriedade que trouxeram famílias de Caçapava, a saber: duas a família e os objetos do cidadão [...]; e uma, as escravas da nação, sua roupa e **os arquivos da Secretaria do Interior e Fazenda e Tesouro que eu deixei em Caçapava, e felizmente se acham a salvo nesta; a todos aqueles mandará debitar o que lhes corresponder.**¹⁴ (grifo nosso)

¹² Caçapava, 8 de agosto de 1839. (CV-323) (ARQUIVO,v.2, 1978, p. 251).

¹³ Carta de DJA a Bernardina, de 8 de junho de 1837.(CV-211) (ARQUIVO,v.2, 1978, p. 185-186).

¹⁴ Carta de DJA ao Cidadão Inspetor Geral do Tesouro. Caçapava, 25 de dezembro de 1841. (CV-557) (ARQUIVO,v.2, 1978, p. 185-186).

Quando eu a nosso amigo Neto enderecei a confidencial de 23 de março de 1839, não podia prever que ela seria tomada com sua bagagem no Caí, que havia ser impressa no “Mercantil de Rio Grande”, e que tanto me havia servir um dia esse impressão para mostrar pelo veículo do inimigo a veracidade dos fatos que tratei com quem os conhecia [...] ¹⁵

Sempre que examino meus papéis particulares encontro objetos que devo levar ao seu conhecimento para dúvidas futuras e dissolver-se sem prejuízo público e particular.

[...]

Para o fim indicado também passo as mãos de V. Ex^a a relação e bilhetes de remessa do trigo e milho comprados [...]; dos quais, e dos couros que fiz menção, penso ser conveniente fazerem-se os competentes assentamentos, (1) para no caso de reclamações praticar-se o que convier. Deus guarde a V. Ex^a.

Bagé, 17 de março de 1842.

Ilmo. E Exmo. Sr. Antônio Vicente da Fontoura. Ministro da Fazenda.

Domingos José de Almeida

(1) E como não os fez em 6 anos que durou o anátema de sua administração?!!!

Almeida, ex. Ministro [no verso]

Pertence ao maço de ofícios do mês de março, 1942 ¹⁶.

Esse último documento referia-se a contas de 1836 e trazia, em anexo, várias relações e recibos. Alguns detalhes são interessantes. Primeiro, que esses papéis públicos estavam misturados com os particulares e que não haviam sido devidamente assentados, ou seja, talvez não tivessem entrado em nenhuma prestação de contas. A forte crítica ao ex-ministro e sua administração, inserida no texto a posteriori, se num primeiro momento, parece evidenciar sua incompetência ou, até mesmo, improbidade administrativa, por outro lado, pode simplesmente mostrar as dificuldades de se administrar uma república em constantes deslocamentos territoriais onde as transações eram brevemente rascunhadas em notas e guardadas para um registro futuro, que por várias circunstâncias não chegava a se efetivar. Podemos pensar, para esse momento, em partes de arquivos espalhadas por repartições, carretas, acampamentos militares, casas de particulares, escondidos, interceptados pelo inimigo, enfim, talvez em muitos outros lugares, que não pudemos detectar através da documentação, mas que poderiam ser o destino desses papéis nessa conjuntura de conflito. Além disso, outra informação que esta correspondência nos traz é um exemplo da organização que

¹⁵ Carta de DJA a David Canabarro. Pelotas, 25 de Outubro de 1845. (CV-652) (ARQUIVO,v.3, 1979, p. 113).

¹⁶ Carta de DJA a Antônio Vicente da Fontoura. Bagé, 17 de março de 1842. (CV-577)(ARQUIVO,v.3, 1979, p. 34-35).

era dada a esses documentos: o ofício se encontrava no maço de ofícios de março de 1842.

Em carta posterior, Domingos José de Almeida mencionava arquivos perdidos e sua possível localização.

Do lugar onde se ocultaram um canhão, os arquivos das secretarias da extinta República, livraria do Gabinete de Leitura que se criava para Biblioteca Pública e Tipografia no município de Alegrete, quando se aproximou o Sr. Marquês de Caxias em 1843 desapareceram tais objetos; e não me constando que fossem arrecadados e nem queimados por força do Exército Imperial, se V. Ex^a me permitir, farei esforços para descobrir seu destino; entendo-me para isso com alguns oficiais que ainda existam da brigada do falecido Coronel Loureiro, que de Santana do Livramento se destacara então do dito exército para Missões e passara nas aproximações do lugar onde se ocultaram tais objetos. Deus guarde a V. Ex^a. Pelotas, 7 de dezembro de 1859.

Ilmo. E Exmo. Sr. Conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão
Presidente da Província ¹⁷

Para isso invocava o seu poderoso auxílio [...] visto ter-se perdido o Arquivo do Governo e da Comandância do Exército e poucos serem os apontamentos e cartas que salvei: Auxílio que ainda invoco instantemente, e conto me prestará em atenção aos fins a que atinge¹⁸.

Os percalços pelos quais passava a documentação produzida eram, portanto, notórios. Isso não impediu que boa parcela fosse preservada.

Com a “Paz de Ponche-Verde”¹⁹, a guerra terminava e a documentação produzida nesse período pelo Império seguiria o curso institucional. É interessante apontar para a tentativa da Assembléia Legislativa Rio-grandense da inserção na Lei do Orçamento (1848-1849) de um artigo que autorizava a criação de um arquivo público provincial. Entretanto, um ano depois, foi decretada sua extinção pelo presidente da Província José Antônio Pimenta Bueno, argumentando que o governo imperial já criara uma repartição com a mesma atribuição:

O Arquivo Público provincial deve ter outro destino e fins. Deve ser o Arquivo dos Engenheiros Provinciais, onde se levantem e copiem as plantas dos trabalhos, os mapas topográficos, a carta da Província, onde se depositem os instrumentos e se guardem metodicamente desenhos, orçamentos e descrições das obras públicas. A coleção e guarda dos

¹⁷ Carta (Minuta) de DJA ao presidente Conselheiro Antão. Pelotas, 7 de dezembro de 1859. (CV-688) (ARQUIVO, vol.3, 1979, p. 156).

¹⁸ Carta (Minuta) de DJA ao Coronel João Antônio da Silveira. Pelotas, 13 de outubro de 1859. (CV-680) (ARQUIVO, vol.3, 1979, p. 149).

¹⁹ Esse episódio e o de Porongos vão ser alvo de muita polêmica nos anos posteriores à revolução. DJA, alguns anos depois, entra nesse debate e nota-se uma busca por documentação que possa elucidar esses eventos.

documentos legislativos, administrativos e históricos pode ser feito na Secretaria do Governo, em lugar especial de seu arquivo, pelos chefes de seção, debaixo da inspeção do secretário da presidência e sem despesa alguma²⁰.

Em concordância com a política centralizadora do governo imperial, parece claro que não seria interessante para o mesmo dar autonomia alguma para gerir e custodiar a documentação produzida na Província, principalmente pela história de insurreição recente. Os papéis, então, foram removidos para uma sala da Contadoria da Fazenda Provincial, sob a responsabilidade do oficial maior da Secretaria da Presidência da Província. “Em 1857 o Regulamento provisório para a Secretaria, [...] dispôs sobre a organização do arquivo da respectiva Secretaria, atribuindo ao oficial arquivista a incumbência de emagrar todas as correspondências tanto antiga, quanto moderna”. (SPINELLI, 2005, p. 48).²¹

Como resultado de diversas ações de inspiração semelhante, ou seja, tendentes à centralização, no início do século XX, uma boa parte da documentação referente à Farroupilha se encontraria recolhida principalmente no Arquivo Nacional, Biblioteca Nacional e no Arquivo do Itamaraty. Do outro lado, os papéis da República Rio-grandense permaneceriam, em grande parte, nas mãos de seus líderes e seguidores, principalmente nas de Almeida, que por ela demonstrava ter particular cuidado e interesse.

2.2 Domingos José de Almeida e seu arquivo

Nos anos posteriores ao conflito, Domingos José de Almeida, viúvo (sua esposa falecera em 1846), com numerosa prole e as finanças combalidas, voltou a Pelotas. Nesse período “iniciou uma série de petições exigindo o pagamento de dívidas pessoais que havia assumido para munir tropas farroupilhas. Enviou ao menos três documentos à Corte, onde anexou testemunhos e cartas que constituíam prova dos recursos financeiros que havia empregado”. (MENEGAT, 2009, p. 53). A título de exemplo:

²⁰ Relatório do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, [...]1850. Porto Alegre, Tipografia de F. Pomatelli, p. 8. (SPINELLI, 2005, p. 48).

²¹ As leis referidas são lei n. 150, de 5 de agosto de 1848 e a lei n.199, de 5 de dezembro de 1850 (SPINELLI, 2005, p. 48).

Não vendo além de V^a S^a pessoa alguma habilitada para reparar a clamorosa injustiça que sofri da comissão criada para liquidar as dívidas da extinta revolução, a V. S^a recorro; e para obrar a respeito com a inteireza e circunspeção que lhe são próprias, relevará que me remonte a épocas anteriores, que invoque o testemunho de V. S^a e que auxilie minha pretensão com documentos exarados quando nem por sonhos se vislumbrava o desfecho de nossa questão política, para serem preparados com dolo de antemão premeditado.

[...]

A conta referida foi arquivada, e se não existir, existem quase todas as pessoas empregadas na predita Tesouraria a cujo testemunho me remeto.

[...]

Os documentos em n^{os}. C,D, E, F mostrarão a V. S^a qual o escrúpulo e circunspeção com que se procedeu a esse ajustamento, e o periódico n^o 9, qual a disposição legislativa que autorizou o empréstimo que fiz de 10:000\$000 em atenção a não corresponderem nossos meios a importância da empresa a que nos havíamos comprometido²².

Os documentos gerados no transcurso do período farroupilha já haviam perdido seu valor primário. É impossível determinar o que possa ter sido eliminado através de algum tipo de avaliação documental ou o que simplesmente se perdeu nesses anos conturbados. De qualquer maneira, como é visível no exemplo acima, eles passaram a ter valor secundário, podendo ser utilizados como prova de determinado fato ou pelo seu potencial informativo. (BELLOTTO, 2004, p. 26). São esses os aspectos agora relevantes na consideração da relação de Almeida com seus papéis.

Fixada a sua residência novamente em Pelotas, com o passar dos anos, ele consegue reerguer seus negócios, mantendo também sua atuação pública e política nos assuntos rio-grandenses. Uma de suas realizações foi a fundação, em 1855, de um hospital para as vítimas do cólera, epidemia que fez nesse período muitas vítimas na região.

Passou a publicar, com a colaboração de Carlos von Koseritz, o jornal “O Brado do Sul”, que circulou entre os anos de 1858 e 1861. Esse periódico, como era comum na imprensa da época, tinha um viés nitidamente político e de claro partidarismo nas disputas locais. Seu principal rival era o conservador “O Noticiador”, também de Pelotas, e as disputas políticas e até mesmo pessoais ocupavam várias

²²Carta de DJA a David Canabarro. Pelotas, 25 de outubro de 1845. (CV-652) (ARQUIVO, v. 3, 1979, p. 112-116).

páginas desses jornais²³. Em conseqüência disso, não lhe faltavam inimigos e detratores²⁴.

Muitas disputas refletiam conflitos relacionados à revolução, tivessem elas origem no próprio decênio farroupilha e colocassem à prova a honra de seus participantes²⁵, ou fossem conseqüência de cobranças de dívidas contraídas nesse período²⁶. Nesse contexto, os papéis em poder do ex-ministro farrapo e de seus correligionários foram em algumas situações utilizados como prova nessas contendas.

A situação se tensionou ainda mais quando ele decidiu anunciar a publicação, em seu jornal, de documentos da época da revolução e iniciar a escrita de uma história desse período. Escreveu várias cartas aos seus antigos camaradas, solicitando documentos, periódicos e esclarecimentos de alguns fatos. Pedia, ainda, a colaboração através de assinaturas de “O Brado do Sul”, veículo dos primeiros ensaios da sua projetada história:

Meu velho Amigo e honrado General

Sempre na vanguarda de nossa heróica revolução, pareceu-me dever à posteridade a narração dela, recomendando-lhe assim os respeitos de que se tornaram credores seus antepassados por doar-lhes Pátria e liberdade. Para isso, apesar da falta de habilitações, e só confiando na memória e no poderoso auxílio de meus antigos companheiros de trabalhos, por Circular de 15 de março p.p. lhes pedi: **1º assinaturas para o periódico “Brado do Sul”** nesta cidade impresso, e no qual tinha de publicar o histórico da dita revolução ou de fragmentos fiéis para ele; sendo 20\$000 por ano, 10\$000 por 6 meses, 3\$000 por três, visto meu estado de finanças não poder comportar a despesa a fazer com aquisição de certidões de documentos oficiais a pedir das Secretarias da Presidência, da Comandância Militar e da Assembléia Provincial; **2º todos os documentos que possuísem, e informações do que notassem ou tivessem na**

²³ Em resposta ao artigo “Sobre ataques do Noticiador n. 624”, diz Almeida: “O *Noticiador* é de tal maneira manhoso, que pelos seus sophismados escriptos nos obriga (bem contra nossa vontade) a continuar a dar-lhe palha.” O Brado do Sul, Pelotas, 16 de março de 1860 N.º 2 ANNO III, capa.

²⁴ Não raro acirravam-se os conflitos e a solicitação de autorização de porte de arma, em junho de 1859, feita por Almeida para sua defesa e de seus colaboradores é prova disso. (CV-670) (ARQUIVO, v. 3, 1979, p. 138).

²⁵ Como, por exemplo, a muito controvertida “Surpresa de Porongos”, cujo personagem principal foi David Canabarro, a Paz de Ponche Verde, ou o episódio da Ilha do Fanfa. Fatos cuja elucidação era uma das questões que mais ocupava e preocupava DJA.

²⁶ Como a longa contenda entre Joaquim Gomes de Melo e Faustino José de Lima, que perpassa vários números de “O Brado do Sul” e ocupa Domingos José de Almeida em várias representações junto ao governo, em cartas apelando à solidariedade dos velhos companheiros e a pedidos em vários jornais. Exemplo de correspondência enviada a “O Brado do Sul” e a “O Commercial” de Rio Grande: “[...] da actual sentença que condemnou o Sr. Faustino José de Lima a pagar ao Sr. Joaquim Gomes de Mello quantia de que este se figura credor por um acto, que aquelle, a seu beneficio praticara durante a revolução [...]” O Brado do Sul, Pelotas, 30 de março de 1860. N.º 14 ANNO III., p. 1,2.

lembrança do ocorrido nos fatos mais notáveis sucedidos no transcurso dela, daqueles que os prepararam e daqueles que criaram e seguiram; e **3º finalmente, a pronta remessa de tais documentos e informações**, como do produto da assinatura do indicado periódico a Carlos de Koseritz, redator dele, prescrevendo a maneira de suas remessas, para com segurança irem às mãos dos subscritores.

E como a falta de resposta de muitos a quem dirigi ditas circulares me convença de que elas foram de propósito transviadas em viagem pela oposição que se tem declarado contra tal publicação, pela presente reitero aquele pedido, a fim de poder coordenar e dar quanto antes princípio à inserção do referido histórico, visto já ter com grande custo obtido volumosa cópia de documentos e preciosas informações²⁷. (grifo nosso)

Alguns antigos revolucionários mandaram o material solicitado, outros não responderam às reiteradas correspondências que ele enviava, chegando esse a suspeitar de que sua correspondência estava sendo interceptada, como referia na carta acima, possibilidade real dentro desse contexto.

Apesar de algumas adesões, houve pouco encorajamento, pois além de uma forte oposição dos adversários, ele não encontrou apoio em muitos de seus antigos companheiros, entre eles Canabarro e Neto, dos quais queixava-se:

Meu Exmo. Comandante

[...]

Se tantos outros nossos companheiros de trabalhos também me fornecessem as informações que lhes tenho pedido de ocorrências da revolução de que me tenho lembrado, já o brilhante histórico dela, que tentei e tento redigir, teria aparecido e recomendado à geração atual os portentosos feitos dos rio-grandenses em quase 10 anos de luta tão desigual; mas negando-se ao pagamento dessa dívida sagrada aos vindouros, me hão privado de prestar-lhe esse serviço, que com muita dificuldade vou de espaço redigindo; e de quem sobre todos me surpreende tais denegações é dos Srs. Canabarro e Neto, a quem mais convém esse histórico²⁸.

A despeito dessa oposição, sem entrarmos nos meandros e nas várias facetas dessas disputas, cabe destacar aqui duas coisas: primeiro, o aumento do acervo de Almeida com essas incorporações. São várias as menções que ele fazia a caixas de documentos recebidas, periódicos, cartas com esclarecimentos de determinados fatos da guerra, certidões:

²⁷Carta (minuta) de DJA a João Antônio da Silveira, Ao Tenente-coronel José Alves Valença, Joaquim dos Santos Prado Lima, Tenente-coronel José Narciso Antunes, Tenente-coronel Frutuoso Borges da Silva Fontoura. Pelotas, 6 de outubro de 1859. (CV-674) (ARQUIVO,v. 3, 1979, p. 144-145).

²⁸Carta (minuta) de DJA ao General João Antônio da Silveira. 22 de novembro de 1860. (CV-754) (ARQUIVO,v. 3, 1979, p. 202).

Ainda não me veio às mãos o caixão de papéis relacionados e a mim rotulado; mas já entendi-me com o amigo Comendador Manuel Soares de Paiva, e só serão entregues a mim, ou a pessoa por mim autorizada: porque tão importante tesouro não se deve confiar a qualquer.

[...]

Estamos a 30. Hoje recebi o caixote de papéis que fica sob minha guarda²⁹.

Em segundo lugar, mas não menos importante para a conformação desse acervo, a evidência de que a guerra marcara profundamente a Província e que os conflitos políticos, cuja origem remontava muitas vezes aos anos anteriores ao movimento farrapo, se mantinham vivos. A memória desse evento, portanto, também estava sendo disputada tanto com os antigos inimigos como dentro das próprias fileiras da revolução, e não raro impunha conflitos morais ao próprio Almeida, principalmente quando se confrontava com documentos que podiam denegrir a imagem de seus líderes. É o que transparece na amarga carta a um correligionário:

Querido Antunes:

Há períodos em nossa existência que, se não justificam muitos desatinos, os atenuam.

Passar-te-ia nunca pela lembrança que os respeitos e amizade que consagrei a Bento Gonçalves enquanto vivo e hoje às suas cinzas e reputação, me obrigam a desistir do histórico da revolução em que de tão boa fé tomamos tão ativa e penosa parte; e que tenha resolvido queimar tantos documentos, apontamentos e informações que hei acumulado, como todo e qualquer vestígio desse drama espantoso? Pois a tudo me obriga a memória desse homem, e só estudo o meio de fazê-lo com dignidade, visto a respeito ter havido o que sabes.

Lembras-te que por causa da só palavra – anistiar – empregada na Proclamação do Regente foi suficiente para machucar os brios dos homens de então, sendo eu o único que a defendi na Assembléia Provincial na sustentação do parecer da comissão de que fui membro e relator, sendo aliás toda a redação dessa Proclamação reconhecendo, elogiando e agradecendo os relevantes serviços prestados em todas as épocas pelos rio-grandenses? Pois bem, um documento em sentido oposto que se tem ocultado e que foi guardado e reservado por Bento Gonçalves me veio à mão, e em mim apagou o conceito que dele fazia, dele que tinha de figurar em retrato no exórdio do meu projetado histórico!³⁰.

Ainda assim, a sua busca por documentos continuava, mesmo que viessem trazer revelações desagradáveis, como no caso acima citado, o que era reiterado a seguir:

²⁹ Carta (minuta) de Almeida ao Major Bernardo Pires. Pelotas, 17 de setembro de 1859. (CV-673) (ARQUIVO,v. 3, 1979, p. 141-144) .

³⁰ Carta (minuta) de DJA ao Tenente-coronel Manuel Antunes da Porciúncula. Pelotas, 17 de outubro de 1859. Há uma interessante anotação que Varela faz nessa carta, para que não seja tomada isoladamente: “Vide outra a Antunes em que reforma este juízo sobre Bento Gonçalves” (CV-684) (ARQUIVO,v. 3, 1979, p. 151-152).

Prezado Amigo e Sr.

[...]

Supondo-me habilitado para escrever o histórico de nossa revolução por ter marchado na frente dela, como sabe, o prometi; porém dificuldades e tropeços com que não contava o tem retardado e talvez conseguido obstá-lo; mas não a aquisição de documentos que patenteiam a traição de muitos de nossos companheiros etc., etc., etc³¹.

Em carta posterior, a partir da descoberta de outro documento, ele voltaria atrás e redimiria a figura máxima da Revolução, Bento Gonçalves, da sombra da traição:

Querido Antunes

A divina providência pouco a pouco se vai manifestando em sua pureza para desviar preconceitos.

Eu te disse que tinha perdido toda a vontade e vigor de escrever o histórico de nossa revolução, ou de fragmentos para ela, desde que o aparecimento do decreto de 18 de dezembro de 1844 dado em guarda por Bento Gonçalves para comigo desconceituara este homem benemérito, por isso que aceitara um documento infamante, ou porque julgasse tudo perdido não estando as coisas como estiveram depois do negro sucesso do Fanfa, ou porque mais atendesse o proveito que a sua e honra alheias. Fui injusto, como acabo de ver, e por isso me apresso a dissipar qualquer mau conceito que dele também concebeste.

Ontem recebi, e hoje li a cópia da carta que Bento Gonçalves dirigiu por Ismael Soares a Caxias protestando contra o salvo-conduto por este enviado, que não podia ser outro senão o dito decreto; e resposta do mesmo dizendo-lhe que podia mandar a seu campo pessoa habilitada como desejava para regular as bases da conciliação anelada. Estas cartas combinadas com a de Jardim a Bento Gonçalves dizendo-lhe que inteirado do conteúdo delas enviara o Padre Chagas e Fontoura para adiantar serviços, explicam o negócio de Porongos, que todavia não enterrou a revolução, porque Moringue, adstrito às ordens que recebera, não aproveitou a ocasião, deixando escapar a pé até ao mesmo Padre Chagas etc., etc., etc...!

Eis meu Antunes porque não querem que eu escreva essa História: e estarei livre de algum assassinato! O futuro o dirá. Adeus: recomenda-no à Sra., a vosso filho, nora, a nosso velho F. e amigos. Dispõe de teu fiel camarada e amigo³².

A partir dos exemplos transcritos, poderíamos pensar no que seria desse acervo (e das conseqüências para a historiografia, entre outras), se os documentos referidos tivessem sido de alguma forma descartados. Talvez a consciência do valor documental pesasse mais que a lealdade ao antigo líder e eles fossem preservados de alguma maneira, talvez escondidos, com a promessa de seus pósteros de que não seriam divulgados, e mantidos secretos. A idéia assusta mais, quando

³¹ Carta (minuta) de DJA ao Tenente-coronel Luís José da Fontoura Palmeiro. Pelotas, 3 de fevereiro de 1860. (CV-694) (ARQUIVO, v. 3, 1979, p. 160).

³² Carta (minuta) de DJA ao Tenente-coronel Manuel Antunes da Porciúncula. Pelotas, 3 de abril de 1860. (CV-714) (ARQUIVO, v. 3, 1979, p. 176-177).

pensamos que não havia cópias ou obras que a eles referissem, enfim quando nos damos conta de como é frágil também a memória registrada, e quanto do que restou deveu-se, em grande parte, a injunções da “divina providência”, nas palavras do próprio líder farrapo, ou simplesmente do acaso.

Em função, parece, das inúmeras pressões que vinha recebendo, bastante fortes como é possível perceber no tom do final da carta acima citada, em janeiro de 1860, num editorial, em que tratava de vários temas, Domingos José de Almeida desistia publicamente de editar o histórico da revolução, mas não de seus outros combates:

Não podemos cumprir a promessa da publicação do historico da revolução, por causas, que hoje já pertencem ao dominio do publico – mas em retribuição cremos haver prestado alguns serviços, actuando, em proporção com as nossas fracas forças, sobre a marcha dos negocios politicos da provincia e promovendo idéas, que em grande parte hão sido aproveitadas.

Combateremos com sempre novo vigor a centralisação administrativa, o esbanjamento dos dinheiros publicos, a parcialidade do governo da côrte, o predominio das deputações do norte e todas essas mal causas que produzem o estado em que se acha a provincia do Rio Grande³³.

Apesar dessa desistência pública, o seu empenho prosseguia. Demonstração disso são algumas notas e cronologias encontradas no seu acervo³⁴, os constantes pedidos de esclarecimentos sobre os fatos ocorridos tanto a seus velhos camaradas como a seus adversários de 1835³⁵, bem como referências a textos e autores que estava lendo. Mantinha-se atualizado em relação à produção historiográfica da e

³³ O Brado do Sul, Pelotas, 1 de janeiro 1860 Nº 227 Anno II capa.

³⁴ Exemplos: “Nota para a história da revolução do Rio Grande”, que consiste em algumas notas (os nomes dos lanchões, do cirurgião-mor, o ataque em Santa Vitória, etc) que foram apontadas, supomos, com a intenção de desenvolver depois. (CV-2181) (ARQUIVO,v. 3, 1979, p. 652), E “Lembranças das épocas memoráveis dos mais assinalados triunfos obtidos por as armas da República Rio-grandense contra os realistas inimigos da liberdade” (relação com as datas das batalhas e locais, algumas com mais detalhes). (CV-775) (ARQUIVO,v. 3, 1979, p. 220-222). Ou ainda, as notas para a biografia e necrologia de Bento Gonçalves (CV-2183 e 84) (ARQUIVO,v. 3, 1979, p. 655-663).

³⁵ Como a correspondência trocada com Osório: “Meu Exmo. e honrado Comandante: Vai meu filho e criado de V. Ex^a Epaminondas para receber o rascunho que V. Ex^a se serviu prometeu-me corrigir, eliminar, e adicionar francamente o preciso. Este tentame do passado chega a época da conclusão da paz reconhecendo a independência do Estado Oriental porque, de então em diante, tenho quase tudo em apontamentos. Pretendo partir amanhã, posto tenha ainda dificuldades a vencer na [ilegível] receberá suas ordens; o de V. Ex^a velho camarada e dedicado amigo. Domingos José de Almeida, Sua olaria, 11 de agosto de 1861”.

“Ilmo Sr: Entreguei a seu filho o papel que me confiou; nada tive que emendar mas não lembro se na prisão de Inácio Oribes teve parte Bento Gonçalves ou foi somente Calderon. Seu amigo obrigado, Manuel Luís Osório” (CV-771) (ARQUIVO,v. 3, 1979, p. 218).

sobre a província e seus documentos já causavam cobiça por parte de outros historiadores, conforme evidenciado em cartas como estas:

Querido Antunes

[...]

O Dr. Félix Xavier da Cunha e o Dr. Alexandre José de Melo Moraes autor da melhor história pátria que conheço instam para que eu lhes ceda meus papéis a fim de coordenarem o histórico por mim tentado; mas, como vedes, sendo minha extenuada memória o documento principal para ele, e não podendo eu transferi-lo, não lhes traspasso o empenho que ficará perdido se eu morrer antes de ultimá-la posto possuir com abundância documentos e notas importantes. Cansado aqui paro [...]³⁶. (grifo nosso)

Meu antigo e muito estimado comandante

[...]

A narração do histórico de nossa revolução, que prometi publicar, tem sido tão desejada que **três capacidades do Império instantaneamente me não pedido os documentos que possuo para redigi-lo;** ao que tenho respondido que sendo a minha cabeça o principal documento, e não podendo apartá-la de meu corpo, não podia aceitar tão valiosas ofertas, não enviando-lhes os documentos que possuo para com eles despertar lembranças confusas e passo a passo notar os fatos conhecidos, e após seus antecedentes e resultados; e é para isso que os papéis que meu amigo me prometeu instantaneamente reclamo.

Nosso comportamento tem inspirado interesse veemente e puro pelo nosso passado; e a dívida que contraí, sem compulsar os meios para pagá-la, é exigida sem piedade e sem atenção aos resumidos meios de que disponho, à minha idade e à tenacidade de meus incômodos físicos etc., etc...³⁷ (grifo nosso)

Ao Brigadeiro Portinho

Meu antigo e muito estimado Comandante

Pelotas, 22 de dezembro de 1859.

Tendo presente vosso prezado favor de 25 do p.p., respondo.

Rever a grande soma de papéis que possuo dos anos 1827 a 1845; aqueles dessa mesma época, que se me tem enviado em abundância tendentes à revolução da Província; ler as Memórias Econômico-políticas de um português por cuja perda e saudade ainda hoje confrange-se meu coração e minhas pálpebras se umedecem por deparar nesse apreciável escrito apontadas muitas das causas que ajudaram a produzir essa revolução; ler as historietas de Coruja, Abreu e Lima, São Leopoldo, Generalato do Conde de Caxias, Dr. Saturnino de Sousa e Oliveira e Titara; ler e confrontar o que se disse acerca de tal assunto nas revistas do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, nos Relatórios dos Ministros do Império, e o que mais se escreveu a respeito em Montevideu, Rio Grande, Porto Alegre, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas, Bahia e Pernambuco, tomar notas e coordená-las cronologicamente para depois escrever com fidelidade o histórico de dita revolução, a que me comprometi; bem vê meu estimado Comandante e amigo, que isso é trabalho que se não pode fazer a correr, e particularmente por aquele que tem consciência do que a si deve e do que deve a seus companheiros de trabalhos, felizmente ainda em grande número existentes, a seus antagonistas, à Província, Pátria de

³⁶ Carta (minuta) de DJA ao Tenente-coronel Manuel Antunes da Porciúncula. 30 de setembro de 1860.(CV-742) (ARQUIVO, v. 3, 1979, p. 194-195).

³⁷ Carta (minuta) de DJA ao General João Antônio da Silveira. Pelotas, 6 de abril de 1860. (CV-716) (ARQUIVO, v. 3, 1979, p. 177-178).

tantas inteligências sublimes, e mais que tudo à posteridade; todavia apesar de meus tenazes padecimentos, de minha idade e distrações repetidas e como de propósito suscitadas, esses agros trabalhos acham-se adiantados, e não mui longe sairão à luz o que minha muito fraca inteligência for arranjando

Meu General, o que tenho de deixar a meus filhos, vossos criados, é o meu passado somente; adeus; releva a demora de tais trabalhos e recebe o coração de vosso velho muito fiel e antigo camarada³⁸.

Nessa última carta, podemos perceber que ele descrevia seu método de trabalho: revisar papéis, ler o que se publicava sobre o assunto, fazer anotações, ordená-las cronologicamente para depois escrever com “fidelidade o histórico de dita revolução”. Não pretendemos aqui analisar seu método, apenas constatar que para realizar seu trabalho deve ter reorganizado os papéis que tinha, e os que lhe chegavam, de algum modo. Parece bastante evidente que tenha usado os critérios cronológico e temático, como é possível verificar numa nota em que listava uma série de batalhas, por exemplo. De qualquer modo, as referências a qualquer tipo de organização são muito raras e somente podemos inferir algo de maneira bastante indireta, como na correspondência acima, portanto seria quase impossível reconstruir o arranjo dado por Almeida e, mais ainda, a ordem original da documentação da República Rio-grandense³⁹.

Essa já cobiçada documentação, como pudemos perceber, vinha alimentando uma das mais importantes arenas da memória⁴⁰, a imprensa. A opinião pública era constantemente disputada pelos dois campos principais e começavam a surgir também outros fóruns de debates. Um deles é o que dava conta este pequeno artigo publicado em “O Brado do Sul”, que referia à criação do Instituto Histórico e Geográfico regional:

³⁸ Carta (minuta) de DJA ao Brigadeiro Portinho. Pelotas, 22 de dezembro de 1859. (CV-690) (ARQUIVO, v.3, 1979, p. 157-158).

³⁹ Aqui nos defrontamos, além das inúmeras vicissitudes pelas quais passou o acervo desde o seu surgimento até a doação, com os problemas acarretados pelos sucessivos rearranjos que uma documentação histórica comumente sofre e que, por, geralmente, não serem devidamente documentados, tornam a pesquisa sobre esses fundos documentais ainda mais difícil. “Nestas circunstâncias, o trabalho de reconstrução arquivística assemelha-se a uma aturada e paciente investigação arqueológica sobre as diversas intervenções realizadas.” (SUBTIL, 1996, p. 107). Evidentemente uma pesquisa mais ampla poderia revelar mais dados a esse respeito.

⁴⁰ Nesse sentido, Reis, embora referindo-se a um outro momento bastante sensível da história do país, nos alerta: “como se sabe, em História, quando ainda se desenrolam os enfrentamentos nos terrenos de luta, ou mal se encerram, o sangue ainda fresco dos feridos, e os mortos sem sepultura, já se desencadeiam as batalhas de memória”. E conclui, pouco mais adiante: “nas batalhas de memória, o jogo nunca está definitivamente disputado, as areias são sempre movediças e os pontos considerados ganhos podem ser subitamente perdidos.” (REIS, 2004, p. 30).

Instituto historico – Esse instituto, presidido pelo S. Ex. o Sr. barão de Porto Alegre, acaba de effectuar as suas primeiras sessões e de publicar os seus estatutos no Conciliador. O programma é vasto – que seja cumprido, é quanto desejamos em interesse da provincia.

Sera um dia de jubilo para nós, aquelle em que, sem rebuço e sem considerações politicas, se reunam nas sallas do instituto todos aquelles que por seu saber e sua intelligencia possam contribuir a effectuação de tão nobre pensamento.

Só então, quando todos, sem embargo de suas differentes crenças politicas, se reunirem no recinto do instituto, quando este houver perdido a sua côr unilateral, só então podemos sinceramente applaudir tão gigantesca idéa.

Todas as crenças e todas as dedicações devem bem servir á patria e um instituto historico e geografico Rio-grandense, é um passo agigantado que damos para o progresso – oxalá que esse nobre e bello pensamento não morra ao gelado sôpro do espirito de partido, oxalá, que elle em breve se torne o palladio de todos os Rio-grandenses sem distincção de credo politico – e então o saudaremos com verdadeiro entusiasmo⁴¹.

O desejo reivindicatório do periódico de um Instituto que fosse “o palladio de todos os Rio-grandenses sem distincção de credo politico” não chegou a se realizar. Prevaleceu, em termos gerais, o cunho nacionalista e integrador, como destaca Luciana Boeira, em seus estudos sobre o Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro (IHGPSP). Entretanto, a mesma autora aponta para uma certa pluralidade na sua constituição:

Mesmo que os membros do IHGPSP tivessem as mais diversas procedências, havia algumas idéias gerais a marcar suas condutas políticas. Havia opiniões as mais divergentes em questões como, por exemplo, o apoio a um governo monárquico ou republicano. Enquanto os militares do IHGPSP apoiavam a idéia de uma nação a partir do governo monárquico, os jornalistas ligados à casa, no entanto, apresentavam posicionamentos contraditórios em relação à política governamental de D. Pedro II. Uma coisa, no entanto, era unânime: o projeto mais amplo de tornar o Brasil uma “pátria grande.” (BOEIRA, 2008, p. 93).

Ou seja, a despeito de algumas posições divergentes, permanecia uma certa orientação geral centralizadora. Mesmo assim, o Império não via com bons olhos a criação de um instituto regional, especialmente na Província sulina.

A criação de um Instituto regional no Rio Grande do Sul por políticos e homens de letras liberais se chocava com a intenção imperial de permanecer mantendo o controle até então vigente sobre a estratégica região fronteira. Se o IHGB, através da autoridade da história, até ali havia conseguido manter o Rio Grande incorporado ao todo nacional, isso não mais seria um ponto pacífico. Com a criação do IHGPSP, a forma com que a região tinha sido tratada pelo periódico nacional foi questionada, já

⁴¹ O Brado do Sul, Pelotas, 5 de abril de 1860 N° 17 Anno III p. 1, 2.

que a instituição sulina acreditava que a primazia sobre a história da região deveria ser dos rio-grandenses. (BOEIRA, 2010, p. 9).

Essa desconfiança levaria a longas negociações até que, em 1863, após revisar suas bases estatutárias, o Instituto regional foi finalmente aprovado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e autorizado pelo Império Brasileiro. Mesmo ano em que deixaria de ter uma atuação permanente:

Em 1863, com o fim da publicação da Revista do IHGPSP e o ocaso da instituição, o IHGB voltaria a monopolizar a escrita da história da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Durante todo o século XIX, a supremacia do Instituto nacional enquanto local por excelência da escrita da história da Província não mais sofreria concorrência. Nem mesmo a criação, em 1868, de outra associação de destaque no cenário provincial rio-grandense, o Partenon Literário, poderia competir com a hegemonia e autoridade capitaneadas pelo IHGB. (BOEIRA, 2010, p. 9).

Ou seja, em nível local, não chegou a se constituir um núcleo forte de história regional. Em termos de recolha de documentos (central para a historiografia do período), uma dessas tentativas fora encarnada pelo esforço de Domingos José de Almeida.

Apesar de todo o empenho, do material recolhido, das leituras realizadas, dos esforços de memória, de julgar que com o que tinha seria “capaz de atravessar o labirinto de Creta”⁴², não deixou uma obra mais sistematizada. De fato essa era uma tarefa árdua, e em muitas ocasiões, ele queixava-se de sua precária saúde, que o condenava a vários dias de repouso e que atrasava seus planos, além das constantes decepções, que pareciam aumentar seu sofrimento.

Estimável Coronel e prezado Amigo

[...]

Nisto e na depravação da atualidade encontro a razão do empenho que fazem para eu desistir do histórico de nossa revolução, mesmo do lado que mais interessava o aparecimento dele: empenho que unido a documentos que tenho obtido, como o Decreto de 18 de dezembro de 1844 em autêntica solene, e carta... muito e muito tem modificado a vontade que tinha de doar à posteridade rio-grandense **os portentosos feitos de seus antepassados nesse drama de nossa Província, já muito recomendada de eras anteriores**; mas tendo-me comprometido a fazê-lo, redobrarei de

⁴² “Querido Antunes [...] Acelera a recepção e remessa do arquivo do amigo General João Antônio e com ele os Anais da Província pelo caluniador Visconde de São Leopoldo, que muita falta me faz para confrontação e dilucidação de fatos que desfigura; e acreditem na história escrita por hipócritas malvados. Continuo a pedir e a sofrer denegações de informações sobre coisas da revolução; mas já me julgo, com o que tenho, capaz de atravessar o labirinto de Creta.”
Carta de DJA (minuta) ao Tenente-coronel Manuel Antunes da Porciúncula. Pelotas, 10 de setembro de 1860. (CV-733) (ARQUIVO,v. 3, 1979, p. 189).

esforços para remir essa dívida, posto conheça-me sem habilitações e sem forças⁴³. (grifo nosso).

Sem conseguir cumprir com a missão de “doar à posteridade rio-grandense os portentosos feitos de seus antepassados nesse drama de nossa Província”, através de uma história da revolução, o fez através do vasto material que reuniu ao longo de sua vida. De certa forma a seleção e recolha feitas por Domingos José de Almeida, já constituem uma orientação para uma história da Revolução Farroupilha⁴⁴.

Pelo caráter exemplar dos feitos dos antepassados, podemos pensar no *topos* recorrente da “história mestra da vida”, valendo-nos da reflexão de Jaisson Oliveira da Silva, ainda que se referindo à obra de Alfredo Varela:

Koselleck demonstra como a clássica fórmula de Cícero atravessou os séculos chegando quase ilesa ao século XVIII, ainda que seu uso tenha se desdobrado, progressivamente, em diferentes formas, como orientação ou como mera prescrição introdutória de muitas obras – por vezes uma fórmula cega sem uma consequência efetiva. Isso corrobora a longevidade da noção, tamanha flexibilidade com que fora usada. No entanto, a despeito dessas diferenças no seu emprego, algo permanecia comum: seu uso indicava que os pressupostos sobre a natureza humana eram tidos como imutáveis, ou seja, a semelhança humana ultrapassava a contingência histórica e permitia que a história pudesse realmente servir de exemplo para as ações do presente. De acordo com Koselleck, “a estrutura temporal da história passada delimitava um espaço contínuo no qual acontecia toda a experimentação possível”, ou seja, os pressupostos e premissas dos eventos humanos eram vistos como inalterados para que fosse possível conceber o passado como modelo. (SILVA, 2010, p. 155-156).

Desse passado modelo, Almeida, seria, então, um de seus primeiros e mais zelosos guardiões. Pomian, referindo-se a indivíduos que teriam esse papel, nos ajuda a pensar nesse tema⁴⁵:

Los individuos encargados de conservar los recuerdos del grupo deben no sólo trabajar para tenerlos presentes en sus memorias; también deben transmitir estos recuerdos de generación en generación, conservar los objetos materiales que se estiman procedentes del pasado y cuya apariencia supuestamente confirma los relatos que tratan de ellos, saber

⁴³ Carta (minuta) de DJA ao Coronel Manuel Lucas de Oliveira. Pelotas, 20 de fevereiro de 1860. (CV-699) (ARQUIVO, v. 3, 1979, p. 163-165).

⁴⁴ A atitude de Almeida parece lembrar o que afirma Certeau a respeito da operação historiográfica: “na história, tudo começa com o gesto de pôr de parte, de reunir, de transformar em “documentos” certos objectos distribuídos de outro modo” (CERTEAU, 1974 apud LE GOFF, 1984, p. 100).

⁴⁵ Pomian refere-se a sociedades sem escrita, mas pensamos que essa idéia pode ser interessante para pensar no papel desses indivíduos, ainda que em outros contextos.

reconocer los lugares en los que supuestamente se han producido los acontecimientos importantes y hacer que periódicamente todos los miembros del grupo participen en ceremonias en el transcurso de las cuales se hacen, o vuelven a hacerse, ellos también portadores de la memoria de este. (POMIAN, 2007, p. 180).

Talvez, para além do que era explicitamente mencionado em seus papéis pessoais, houvesse para o antigo líder farrapo também a preocupação com a manutenção de uma identidade e um patrimônio moral familiar, pois, como reflete Pollak:

memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si. (...) A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com outros. Vale dizer que memória e identidade podem perfeitamente ser negociadas, e não são fenômenos que devam ser compreendidos como essências de uma pessoa ou de um grupo. (POLLAK, 1992, p. 204).

Domingos José de Almeida morreu em 6 de maio de 1871, sem lograr a tão sonhada obra de história. Uma década depois, em 1881, Tristão de Alencar Araripe publicava o seu livro “Guerra civil no Rio Grande do Sul” em que se propunha a contar uma história completa da Revolução. Posicionava-se “contra o movimento rio-grandense, caracterizado como uma sedição, na sua primeira fase de deposição do presidente da província Antônio Braga, evoluindo para uma rebelião, a partir da separação e proclamação da ‘República Rio-Grandense’.”(SCHEIDT, 2002, p. 194).

Em seguida, em 1882, Joaquim Francisco de Assis Brasil, lançaria uma espécie de resposta a Araripe. Tratava-se da “História da República Rio-Grandense”, primeiro livro escrito por um rio-grandense e favorável à Revolução Farroupilha. Para o autor o movimento fora justificado pela opressão política e econômica do Império, e não pregara o separatismo, mas o federalismo e a república, tomando o rumo da divisão em função dos acontecimentos que se sucederam. (SCHEIDT, 2002, p. 194)

Em fevereiro de 1882, foi fundado o Partido Republicano Rio-grandense (PRR). Esse fato revestiu-se de fundamental importância também para uma mudança nos rumos da historiografia da revolução. Como bem aponta Scheidt:

Embora estivessem se reportando à Revolução Farroupilha, através da construção de memórias divergentes, tanto Araripe quanto Assis Brasil

escreviam em meio às lutas políticas de seu tempo. Mais do que a memória da Revolução, o que estava em jogo era o movimento republicano, que crescia em todo o Brasil nos princípios da década de 1880. Neste sentido, enquanto Araripe, monarquista convicto, procurava, por meio de uma análise desfavorável à República Rio-Grandense, apontar as mazelas do regime republicano, Assis Brasil, ligado ao clube dos republicanos rio-grandenses “20 de Setembro”, fazia exatamente o contrário, justificando e defendendo o republicanismo dos farroupilhas. (SCHEIDT, 2002, p. 195).

Símbolo dessas novas perspectivas, mas muito vinculado a um passado bastante recente, dá-se, em celebração ao Cinquentenário Farroupilha, a homenagem pioneira a um dos mais importantes líderes e ideólogos da Revolução, identificado com o ideal republicano:

O primeiro monumento republicano erguido no Brasil, foi o dedicado a Domingos José de Almeida, no Areal, em Pelotas. Ostenta a seguinte legenda: “Os republicanos de Pelotas recomendamos aos viandantes a memória de Domingos José de Almeida – 20 de setembro de 1885”. (SPALDING, 1969, p. 182).

Enfim os ventos começavam lentamente a mudar..., e um novo personagem seria introduzido na trama da constituição desse acervo.

3 ALFREDO VARELA E SEU ARQUIVO

Em 1889 iniciava o período republicano no Brasil e o Estado passava a viver sob a hegemonia do Partido Republicano Rio-grandense. O novo regime garantia uma autonomia jamais desfrutada anteriormente pelo Estado, que

tinha uma constituição própria, muito diferente da constituição nacional em muitos pontos como o mandato do presidente do estado de cinco anos e a possibilidade de sucessivas reeleições, enquanto o presidente da República tinha mandato de quatro anos e a reeleição era vedada. Em meio a uma conjuntura em que a singularidade do Rio Grande do Sul era acentuada, quando o estado estava voltado para si mesmo, o fato Revolução Farroupilha, nos moldes como vinha sendo construído por Varela, ganhou grande importância no sentido de demarcar esta forte identidade regional, com a qual os rio-grandenses procuravam ressaltar suas diferenças com relação aos demais estados do Brasil. (SCHEIDT, 2002, p.197).

Diferenças que também existiam dentro do Estado. Fortemente influenciado pela doutrina positivista, o governo estadual adotou “uma forma de governo autoritária, fortemente centralizada na figura do chefe político”. Isso permitiu que os republicanos se eternizassem no poder, mas também provocou intensos movimentos de oposição que resultaram em dois conflitos armados no período: a Revolução Federalista (1893-1895) e a Revolução de 1923 (1923-1925). (KÜHN, 2002, p. 111 - 112). É a luz desse contexto, sempre de disputa, que devemos observar a passagem do acervo de Domingos José de Almeida para Alfredo Varela e o seguimento da sua história.

A correspondência de Almeida, pesquisada no âmbito deste trabalho leva-nos até 1865, cinco anos antes de sua morte. Seu filho Epaminondas Piratinino parece ter tentado continuar o trabalho do pai:

Epaminondas ficaria conhecido também pelas pesquisas empreendidas para escrever uma nunca concluída história da Revolução de 1835, que incluíram a coleta de depoimentos dos farroupilhas sobreviventes naquele fim de século XIX, transformando o que para a geração anterior era um recurso menor, apesar de não desprezível, em patrimônio político a ser cultivado e ampliado. (MENEGAT, 2009, p. 176)⁴⁶.

⁴⁶ Um exemplo disso é o depoimento dado a Manuel Alves da Silva Caldeira - “Fatos que se deram na Revolução de 1835. Oferecidos ao muito digno Dr. E. Pratino (sic) de Almeida [...] Pelotas, 20 de agosto de 1896. Vosso amigo muito admirador.” (CV-3101) (ARQUIVO, v. 5, 1981, p. 339).

Porém, as pistas da história do acervo só ressurgem com mais clareza quando esse já pertence a Alfredo Varela. Apesar de não termos conseguido localizar seu arquivo pessoal, que teria sido de grande valia, dados importantes foram coletados de sua vasta produção bibliográfica, principalmente a de caráter memorialístico. Como salienta Heymann:

as pesquisas centradas na constituição desses conjuntos, não apenas no sentido da acumulação e guarda dos papéis, mas no manuseio dos documentos pelos próprios titulares, nos usos que fizeram de seus arquivos, usos cujos sinais – verbais ou não – podem constituir chaves interessantes para compreender não apenas processos memoriais, de construção de si, mas os caminhos da produção intelectual dos titulares e as culturas disciplinares nas quais estão inseridos.(HEYMANN, 2008, p. 8).

Prosseguiremos, então, na busca dos “sinais” que podem auxiliar na compreensão da formação do acervo, agora em mãos do historiador Varela.

3.1 O historiador e os documentos

Alfredo Varela nasceu em Jaguarão em 16 de setembro de 1864. Filho de Manoel Rodrigues Villares e Rosa Emília Varela Villares, foi criado pelos avós maternos, depois que sua mãe morreu, estrangulada pelo marido. Tragédia familiar que acompanhou a sua vida e que fez com que aos 21 anos mudasse seu nome, retirando o Villares paterno de seu sobrenome.

Iniciou seus estudos em Jaguarão, onde o contato com o outro lado do rio era constante, tanto por razões familiares, pois seu avô materno era uruguaio, quanto por conjunturas históricas em que as fronteiras serviam de passagem e refúgio para dissidentes de ambos os lados, nos conturbados anos em que lá viveu.

Mudou-se para Porto Alegre para completar seus estudos preparatórios na Escola Militar e, com 17 anos, participou da Convenção de Fevereiro de 1882 do Partido Republicano, ingressando na vida política do Estado e mais tarde na do país. A atividade política, apesar de algumas significativas mudanças de posição ao longo da sua trajetória, sempre teve um importante papel em sua vida.

Desde muito jovem, como refere em vários trechos de sua obra, interessou-se pelo estudo da história, principalmente pelos relatos referentes à Revolução Farroupilha. Sobre as reuniões em casa do desembargador José de Araújo Brusque, em Porto Alegre, conta em “Rememorações” que:

...muito frequentemente um dos visitantes, ou quem os acolhia, depois de muito discorrerem, alçava a sua voz, para dirigir-se ao mais novo da roda. – ‘Menino, tome nota’, dizia, e, posto sobre a mesa o caderninho que sempre conduzi, que pressuroso tirava do bolso, ditado me era o que pouco antes fora objeto de uma narrativa ou referência. (VARELA, 1959, p. 175).

Acrescentando que, ao acompanhar o Dr. José Afonso a sua residência, esse teria exclamado “em tom de voz ainda mais solene, do que nele muito habitual: - ‘Menino, tu serás historiador um dia’.” (VARELA, 1959, p. 176).

Admirador de Apolinário Porto-Alegre, relata as horas que passava no gabinete de trabalho desse mestre:

Entre os estudantes, principalmente, foi extraordinária a ascendência de Appolinário, homem de poucas mas de impressionadoras palavras, na vida ordinária; impressionadoras, com especialidade, quando ele se encontrava no seu recanto favorito, no gabinete de trabalho. Cheias as casas e repartições de armário, com os arquivos da Revolução Farroupilha, por cima das mesas se estendiam os documentos que estavam em exame, nos constantes estudos históricos do benemérito professor. Várias, pelas paredes, atraíam os olhares, as tocantes relíquias do decênio imortal: retratos dos heróis, planos de combates, roteiros de marcha, cimélios múltiplos, que desgraçadamente se dispersaram, com as adversidades de Appolinário (quem o diria?) sob a República anômala, que subsiste entre nós. (VARELA, 1959, p. 188).

Interessante também a menção que faz aos “arquivos da Revolução Farrupilha”, que Apolinário possuía, e que teriam se dispersado ou, talvez, se perdido. O trabalho de reconstrução memorialística de Varela faz constantes referências à história e aos arquivos que a embasariam.

Seguindo os estudos, matriculou-se na Escola de Direito em São Paulo. Desiludido com o curso, voltou a Porto Alegre pensando em desistir da carreira. Entretanto, pouco tempo depois, retomou o curso e formou-se em direito no Recife, em 1889.

Retornou a Porto Alegre, onde foi nomeado Procurador Geral da República no Rio Grande do Sul em 1890. Assumiu, também a direção do jornal “A Federação”, iniciando uma carreira paralela de homem de imprensa⁴⁷.

Em 1893, casou-se por primeira vez, com Josefina Barreto Braga, de quem se separou algum tempo depois. Passou a residir no Rio de Janeiro onde foi deputado

⁴⁷ Sua atuação como jornalista teve também destaque: “dirigiu a Federação de 1890 a 1891; fundou e dirigiu a Fôlha Nova em Pôrto Alegre; em 1903 dirigiu em Curitiba o Diário da Tarde e, no Rio de Janeiro, de 1904 a 1905, o Correio do Brasil.” (REICHARDT, 1964, p. 160).

federal pelo Partido Republicano Rio-grandense por duas legislaturas, a partir de 1899.

Participou da Revolta da Vacina e exilou-se em Portugal, voltando com a anistia concedida pelo governo federal. Em 1908, ingressou na carreira diplomática e então passou a se dedicar mais intensamente à atividade de historiador. Assumiu cargos na Espanha, no Japão, na Itália e em Portugal.

Em 1926, casou-se por segunda vez, com Maria Garcia dos Reis. Foi aposentado pelo governo provisório da segunda república e acabou residindo em várias cidades do Brasil: Juiz de Fora, Belo Horizonte, São Paulo, Campinas, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Petrópolis. Finalmente, com a saúde muito abalada, fixou-se no Rio de Janeiro, onde faleceu em 1943.

Acreditamos que tenha sido entre as últimas décadas do século XIX ou primeira do XX que o acervo de Almeida tenha chegado às mãos de Varela, e compreender como isso se dera era um dos objetivos de nossa pesquisa. Essa tarefa resultou ser bem mais complexa e dificultosa do que o esperado.

Depois de algumas inquirições sem resultados a alguns conhecedores desse acervo sobre como a transferência teria ocorrido, pensamos tentar estabelecer algum parentesco entre os Varela e os Almeida, mas desistimos da vertente genealógica, pois os resultados não foram compensadores (talvez com mais pesquisa...). As primeiras pistas foram encontradas no trabalho de Carla Menegat, em que menciona que poderia ter sido através de Epaminondas Piratinino, filho de Almeida, também advogado e filiado, como Varela, ao PRR⁴⁸.

Entretanto, no seguimento da pesquisa, outra hipótese mostrou-se mais plausível. Quando finalmente encontramos alguma documentação referente à doação no MJC, em correspondência de Varela havia menção ao nome Abrilina. Tratava-se de uma lista de uma série de doações entre as quais destacava-se um prato de porcelana "da baixela de Bento Gonçalves". Tinha sido oferecido pelo "grande patriota, a sua afilhada Abrilina e desta passou a minhas mãos, por dádiva da veneranda filha de Almeida".⁴⁹ Abrilina Decimanona Caçapavana foi uma das filhas mais longevas, nasceu durante a revolução, em 1939, e morreu em 1914.

⁴⁸ (MENEGAT, 2009, p. 176).

⁴⁹ Carta de Alfredo Varela (AV) ao Diretor do MJC, 7/05/1933. Offícios Recebidos 1933-1936, p. 65, MJC.

No Catálogo de sua doação percebemos, também, que Varela denominava a parte principal de seu acervo de Coleção Abrilina, referência também existente no livro “Solar Brasília”, publicado após a doação. (VARELA, s.d., p. 69). Essa nomenclatura, entretanto também poderia evocar uma das maiores vitórias farroupilhas, a Batalha de Rio Pardo, de 30 de abril de 1838, fato que o autor destaca em sua obra. Contudo, no prefácio de “Visconde de Mauá. Autobiografia”, Cláudio Ganns traz uma informação esclarecedora:

Feliz encontro, ocorrido recentemente no Instituto Histórico, na presença dos Srs. Max Fleiuss e Wanderley Pinho, (em 18-10-1939) com o eminente historiador sul-rio-grandense [Alfredo Varela], arguido sobre aqueles fatos, fizeram-no esclarecê-los, a meu pedido, melhor ainda.
A correspondência a que se refere, está na coleção Abrilina (recentemente doada por ele ao Estado do Rio Grande do Sul), que pertenceu a uma filha de Domingos de Almeida, ao mesmo tempo afilhada de Bento Gonçalves. (GANNS, 1942, p. 32).

Se, aparentemente, confirmou-se que os documentos estiveram de posse da filha de Almeida, algumas questões permanecem abertas, entre elas se teria a coleção passado pelas mãos do irmão Epaminondas Piratinino, já que como o pai também tivera a intenção de escrever a história da Revolução. Outra indagação relevante seria quanto à relação entre Abrilina e Varela e quando teria sido feita a entrega a esse último.

Em relação à data provável da doação de Abrilina temos que, quando escreveu “Revoluções Cisplatinas”, publicado em 1915, cujo prefácio data de 1911 (Yokohama, Japão), fê-lo em grande parte com base na documentação de seu arquivo. Acervo que, como é possível perceber pelas citações feitas, já havia incorporado os papéis de Almeida. Mas talvez a incorporação tenha se dado bem antes disso. Em “Rio Grande do Sul. Descrição physica, historica e economica”, lançado em 1897, no prefácio de 1896, era afirmado:

os capítulos em que expuz a historia local foram escriptos de maneira a provocarem discussões elucidativas de varios pontos obscuros, porem explanam com rigor mais de um acontecimento até agora recatado pelas chronicas imperiaes e que o autor houve da tradição oral [...]. (VARELA, 1987).

É um texto sem referências bibliográficas e quase sem notas, que aparecem para esclarecer algum episódio, sem referir a fontes. Numa dessas notas, o autor escreve:

Note-se que escrevemos uma simples relação destes acontecimentos revolucionarios, tendo em preparo o auctor uma historia completa, que em tempo apparecerá. Registramos versões muito debatidas e algumas dellas positivamente menos verdadeiras, com o fim de abrir discussão ampla, de que venha a aproveitar o trabalho que ora é anunciado. (VARELA, 1897, p. 114).

Ou seja, ele parece já estar trabalhando com o material posteriormente divulgado. O fato é que certamente não se doariam a um desconhecido documentos tão caros e importantes para a família. Por isso, a escolha de Varela permite-nos pensar que esse fosse alguém de muita confiança e também no desejo, por parte da família, de que se realizasse o projeto inconcluso de Almeida da escrita de uma história farroupilha. Havia, ao que tudo indica, a intenção de tornar esse acervo, de certa maneira, público.

Mas, para tanto, a pessoa escolhida também tinha que compartilhar das concepções políticas da família Almeida e ser fiel a um passado que, no caso de Varela, ainda que não fosse diretamente seu, o recebia como herança⁵⁰. Como professava, no seu prefácio de “Revoluções Cisplatinas” (vol. I), o próprio autor:

Ao meu Riogrande

Há mais de três décadas, um rapazito de 14 annos, inflammado no culto das tradições patrias, jurou a si mesmo dedicar-se á comprovação do que negava a chronica interesseira, para a qual eram homens destituídos em absoluto de toda e qualquer fé politica, os rebeldes de 1835. O adolescente creara-se no ambito da primitiva conspiração, presumia ter apanhado o que nella se tramava, grata confiança lhe segredando que era o verdadeiro ideal dos combinados, o que se propunha fixar. (VARELA, 1915, p. VII).

Para além dos princípios republicanos e de possíveis ligações pessoais que o aproximaram da documentação originária do ex-ministro da República Rio-grandense, a proximidade de Varela com o poder e com personagens importantes

⁵⁰Para Pollak, seriam “os elementos constitutivos da memória, individual ou coletiva: Em primeiro lugar, [...] os acontecimentos vividos pessoalmente. Em segundo lugar,[...] os acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. [...] a esses acontecimentos vividos por tabela vêm se juntar todos os eventos que não se situam dentro do espaço-tempo de uma pessoa ou de um grupo. É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada.” (POLLAK, 1992, p. 201).

da história do período lhe permitiu acesso a outras fontes e documentos privilegiados. Também a sua carreira diplomática propiciou pesquisa em muitos arquivos, museus e bibliotecas e no próprio arquivo do Itamaraty. Como podemos perceber no trecho abaixo em que se refere a um funcionário, Luiz de Almeida:

Prestimoso, em verdade, o funcionário a quem se refere. Pessoa do meu conhecimento há 16 ou 17 annos, para cujo testemunho posso apelar, no caso vertente, se mistér. No decurso de dez meses, salvo domingos ou feriados, não almocei propriamente, na ancia de aproveitar a minha estada no Brasil. Entrava no archivo do Itamaraty, quando o empregado supra o abria – se bem recordo, oito horas – para sair á noutinha em companhia de Mario de Vasconcelos, que tanto fez, quase sózinho, para pôr em alguma ordem um vero chaos. Por minhas mãos passaram, sem ajuda de absolutamente ninguem, todas as colleções existentes em numerosissimos desordenados maços; inclusos, na busca, todos os livros de que me devia aproveitar. (VARELA, 1935, p. 44).

O historiador, com extremo gosto pelos arquivos, foi sócio-fundador do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, freqüentava o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e era membro de honra do Instituto Histórico-Geográfico do Uruguai. Essas participações também teriam lhe facilitado acesso a documentos e contatos importantes.

Podemos pensar, então, que a coleção herdada foi ampliada de acordo com as oportunidades de pesquisa e os interesses pessoais que nortearam suas investigações históricas nas diferentes etapas de sua vida⁵¹:

Não somei os documentos lidos ou aproveitados, nas colleções do Brasil, Prata, Europa. Neste momento, porém, faço proceder á addição dos que me pertencem. Como foram sendo consignados em um registro especial, as peças que já haviam sido objecto de consulta, facil me é dizer algo bastante illustrativo, sobre o complexo dellas. Montam a nada menos que a 6.533 originaes os que foram apontados. Sobem a mais, os que tenho aliaz.

[...] Se passardes os olhos pelas minhas contínuas citas, abaixo de pagina, vereis, num relance, que se bem notabilimo, o que é da propriedade do autor, deixa-lhe a perder de vista o mealheiro, tão somente o thesouro que retirou das arcas nacionaes. (VARELA, 1935, p. 191).

⁵¹ Não fizemos um levantamento exaustivo dos documentos que compõe a coleção para determinar, na medida do possível, a origem de cada conjunto deles, porque isso demandaria muito tempo, mas constatamos que, além do que já foi comentado, há doações de outras pessoas. Como, por exemplo, a correspondência de Antonio de Melo e Albuquerque (“Doado pelo saudoso Martim Francisco Filho”). (CV-102 a 111) (ARQUIVO, v. 2, 1978, p. 100). Além disso, o historiador também pesquisou em arquivos pessoais como os de Florisbello Freire, Nestor Ascoli e Raul Nielsen.

Sem dúvida, a história do Rio Grande do Sul, e mais especificamente, a história da Revolução Farroupilha, foi o interesse central de suas investigações e o mais importante foco na busca das peças de sua coleção⁵².

Não é objetivo deste trabalho um estudo historiográfico da obra de Varela⁵³, ou uma análise exaustiva do papel do documento na sua escrita da história, mas elencar algumas referências do próprio autor sobre o assunto, pois consideramos serem importantes para se compreender o uso que se faz desse acervo, enquanto de posse do historiador.

Observemos suas próprias palavras acerca do seu método de trabalho:

Em minhas jornadas investigadoras, observei com fidelidade o roteiro dos magnos sabedores. Em primeiro lugar, tratei com amorosa diligencia de fixar a tradição oral. Em constantes peregrinações ouvi aos mais notados, como aos humildes, da grey heroica ainda sobrevivente. (...) Findo esse trabalho prévio, fundamental, voltei-me para outro, em que muitos annos gastados foram. Vivi entregue a insistente busca e leitura de manuscritos da aurea quadra. Manejei todos os papeis soltos do Itamaraty. Quantidade immensa, no Archivo publico, na Bibliotheca nacional. Fóra do Paiz, tive entre mãos o que se me permitiu ver, ou logrei encontrar, nas colleções officiaes de Montevidéu, Lisboa, Madrid, Sevilha, Bolonha, extendendo a pesquisa a valiosos tombs privados, os do Marquez do Lavradio, Condes da Figueira e de Tarouca. Antes de frequentar o recinto das riquezas alheias, note-se, pude organizar os de casa propria. Organisei um vero thesouro, a que uma alma dadivosa opulentou sobremaneira, fazendo-me o regio presente do que herdara e constituia o maior dos archivos extremelhos, na orbita particular.

[...]

Votei-me, pois, mais do que nunca, aos livros de boa conta: percorri, um a um, todos os de historia que abraçam o campo da evolução austrina; inclusos os descriptivos de viagem, em nossos "pagos" ou nos contiguos. Não me adstringi a isso aliaz.. Refresquei minhas noções de uma solida philosophia [...] visto que, sem a sua luz, nos é totalmente impossivel torcer a preceito o magico, subtilimo amarriho: o fio de Adriadne (sic), com que novo Theseu nas profundezas ou escurezas do passado, há de sair victorioso, de tamanho labiryntho. (VARELA, 1935, p. 39-40).

Cotejando com a descrição que Almeida faz de seu trabalho de historiador, percebemos em Varela que este coloca em primeiro lugar a necessidade de fixar uma "tradição oral" que estava desaparecendo com a morte dos últimos Farrapos. Não poderia, posteriormente, a diferença do primeiro, recorrer aos velhos companheiros para averiguar dados e dirimir dúvidas. Percebia, também, que não

⁵² Sobre as posições de Varela a respeito desse episódio comentaremos no capítulo 3, quando essas entram em choque com a corrente historiográfica predominante no período de preparação e realização dos festejos do Centenário Farroupilha.

⁵³ Sem dúvida um estudo mais aprofundado da historiografia de Varela poderia trazer aportes interessantes para a reflexão sobre a conformação do seu acervo, entretanto, isso está fora do escopo deste trabalho.

bastavam os documentos de que dispunha, ainda que valiosos, para contar toda a história e, por último, mas não menos importante, sendo a História nesse período uma disciplina já mais consolidada, deveria apoiar-se também em conhecimentos teóricos.

Mas, o que importa considerar aqui são os documentos desse acervo que ele reuniu. Não eram quaisquer documentos, dentro de um arquivo nem todos tinham o mesmo valor, pois a história não “se póde fazer tão sómente com a letra dos documentos colligidos [...] Nada por vezes de tanto valor. Nada por vezes mais traidor”. (VARELA, s.d., p. 71).

Cabia ao historiador, portanto, fazer a correta seleção, tarefa, aliás para a qual se sentia muito habilitado:

Retirei do Itamaraty umas 10.000 cuartilhas. Da fecunda labuta, nesse arquivo, do Sr. Docca, veio à luz 1 peça – UMA! – e esta, de colheita alheia! Deve-a, êle, confessa [...] à boa vontade de um guarda com serviço no setor dos mais antigos documentos. (VARELA, s.d., p. 239).

E criticava, com freqüência, a falta de método de outros historiadores ou a sua tendenciosidade, como neste trecho em que cita Ruskin⁵⁴:

O que figuram êstes como fiel retrato, paisagem exata, debuxo feito a capricho, não passa de misrepresentation. Nada mais é do que isso, visto que os inquiridores se limitam a “promover nos arquivos do passado recolha dos testemunhos favoráveis às convicções que herdaram” [...] (VARELA, s.d., p. 210).

Era necessário que passassem também pelo crivo da crítica documental, como podemos perceber no excerto em que comparava o trabalho com os documentos à lida com os cavalos:

Depois, que valem em si as peças de um archivo. É indispensável que “saibamos investigar, e que saibamos ler o que investigamos”, pontifica, cheio de rasões, o nosso immortalissimo Docca. Nisto estamos de accordo, alfim, graças a Jupiter! Necessario é manejar colleções taes, com suma argucia, pois comprehendem papeis de variada natureza: peças ostensivas, reservadas, confidentiais, na classificação official. Há que discriminal-as de outra maneira ainda: com o crivo da erudição. Ficam assim joeiradas, como cumpre, as de aproveitar integralmente, as que só em parte servem, as que não entram em conta, por suspeitas ou

⁵⁴ John Ruskin (1819-1900) - escritor inglês, crítico de arte, conhecido especialmente pelos seus estudos na área de patrimônio histórico.

sabidamente forjadas. Verendo, indiscutido monumento⁵⁵ não é qualquer manuscrito. Há sinceros, há artificiosos, maus, completos, incompletos, já o deixei manifesto. Há muitos que falam por si; outros que persistem numa cerrada mudez, se teimosa exegese não lhes desata a língua. Entregam-se-nos testes, como a hacanéa doce de bocca; rebeldes aquelles, como o cavallo selvagem. Indispensavel nos é “potrear” os ultimos, fasta que, rendidos, nos prestem bom serviço: *mutatis mutandis* requerem o mesmo tratamento as humanas escripturas. Cumpre fazer-lhes o que fazemos ao bruto que lançamos no descampado. Metter-lhe o cabresto, em seguida as redeas, depois cingir-lhe os arreios, afim de que seja possivel domal-o, o que não há de ser faina de um dia. Transcurso um montão delles, impostos os “repasses” de preceito, ginete e interprete sabem como haver-se. Não lhes escapa manha ou vicio, merito ou virtude: a competencia na sua arte deu a cada um o que somente com ella nos é permittido conseguir⁵⁶.(VARELA, 1935, p. 230).

Essa abordagem crítica do documento, apresentada metaforicamente por Varela, poderia aproximar-se da esposada por Affonso de Taunay, historiador e diretor do Museu Paulista, contemporâneo do rio-grandense. Ana Cláudia Brefe, ao estudar esse autor, que tinha como referencial a Escola Metódica, descreve as etapas necessárias para um uso adequado das fontes documentais. Esse trabalho era realizado com a ajuda das “ciências auxiliares” da História, que punham à sua disposição conhecimentos específicos “que tornariam o documento legível”, prosseguia-se com a “crítica de inspeção”, em que, “verificava-se a procedência do documento, suas diferentes versões, suas possíveis adulterações”. (BREFE, 2005, p. 72). Depois vinha a “crítica de origem”, para confirmar a sua procedência e autenticidade, “pois só dessa forma se poderia estar certo da verdade histórica que ele conteria”. (BREFE, 2005, p. 73). “Recolhidos e classificados, encontrada sua origem, os documentos deveriam então ser interpretados. Encetava-se assim o trabalho da hermenêutica”. (BREFE, 2005, p. 73).

Outro aspecto constantemente destacado era a vastidão de seu acervo, em detrimento dos poucos documentos de que os outros historiadores dispunham, ou

⁵⁵ Apesar de referir-se em vários trechos de sua obra aos documentos como monumentos, pensamos que o faz no primeiro sentido apontado por Le Goff: “tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação, por exemplo, os actos escritos.” (1984, p. 95). “Nesse sentido, o termo ‘monumentos’ será correntemente usado no século XIX para as grandes coleções de documentos.” (1984, p. 96). Pensamos que Varela, apesar de falar nos cuidados do uso do documento e na necessidade da crítica documental, não o pensava como monumento no sentido que lhe dá Le Goff mais adiante em seu texto “É antes de mais o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. [...] o testemunho, o ensinamento [...] que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados desmistificando-lhe o seu significado aparente. O documento é monumento.” (1984, p. 103).

⁵⁶ Um pouco desse trabalho de seleção do historiador pode ser percebido nos próprios papéis de sua coleção, em que há marcas de “N” a lápis, com sua letra.

do uso indireto que deles faziam, através, até mesmo, de suas próprias obras. Ou seja, só ele dispunha de um número suficiente de elementos e, o que era mais importante, estes eram constituídos por fontes primárias:

Consola-me a idéia, Rocha Pombo, do assombro em que deixarei os nossos orgulhosos cronistas, ao contemplarem o magestoso arcabouço do setembrismo, que ousaram figurar com a ajuda insufficientíssima de alguns magros documentos e esses mesmos aproveitados *à la diable* ou com o indescortino do sobredito naturalista.

O que tem valor hoje, o que sempre o terá, sempre, é o que fica em realce com o bronze immortal de monumentos inderruíveis, constantes de minha collecção particular ou das pertencentes a outrem, intra e extramuros. (VARELA, 1933, p. 559).

Além de vasto seu conjunto documental era, em grande parte, inédito, como orgulhosamente refere, falando de sua obra, baseada “por inteiro em documentos inéditos, na maioria, quase totalidade, como em memórias olvidadas ou desconhecidas.” (VARELA, s.d., p. 175). Como lembra Brefe, “ a busca incessante de documentos inéditos [...] é prioritária para esse geração de historiadores, que acreditava estar especialmente na descoberta de novas fontes a possibilidade de fazer avançar as pesquisas históricas.” (BREFE, 2005, p. 77).

O pesquisador orgulhava-se de sua capacidade de descobrir novas fontes: “a título de hors-d’oeuvre juntarei aqui um novo achado, que reforça ainda mais, se é possível, a minha opulenta documentação.” (VARELA, s.d., p. 194). E comparava a atividade do pesquisador à do garimpeiro na perícia de encontrar e de atribuir valor às peças encontradas. Valores esses que talvez não fossem perceptíveis ao primeiro contato:

Premune-nos, desta sorte, contra o perigo das miragens que tanto nos deslumbram e transviam, no deserto espiritual a envolver de ordinário os pesquisadores. O que imaginei conhecer de Barreto, de Bento Gonçalves, Netto, Porto Alegre, Silva Tavares, Araújo Ribeiro, Canabarro, Oribe, Rivera, Rosas, Pedro II: o que vim a saber depois de 30, 40, 50 anos de “garimpa” e meditação!!! Por isso reflexiona ainda, como se vai ler, o grande sabedor teutônico [Humboldt]: “Il faut distinguer entre les dispositions de l’âme chez l’observateur, pendant qu’il observe, et l’agrandissement ultérieur des vues qui est le fruit de l’investigation et du travail de la pensée.” (VARELA, s.d., p. 223-224).

Não obstante o seu incontido orgulho, poucas referências encontramos, na sua obra, acerca da organização que era dada ao seu conjunto documental:

Salvo reduzido numero, ainda soltos num caixote, eu os conservo em brochuras, todos, com as possíveis discriminações. Ora bem, não entraram no computo os que se encontram no sobredito caixote. Muitos outros, também, introduzidos á ultima hora, no primeiro e derradeiro dos livros de tal serie⁵⁷. (VARELA, 1935, p. 191).

Nesse sentido, o catálogo elaborado quando da doação (Anexo A) fornece elementos importantes, apesar de não ser muito detalhado. Numa visão geral, percebe-se que o acervo estava dividido em três partes: Arquivo Varela, Coleção Abrilina e Jornais. A primeira compunha-se de três maços com papéis referentes à “Administração da Fazenda”, entre os anos 1840 e 1844. A Coleção Abrilina comportava a maior parte da documentação, dividida em 81 conjuntos. Os jornais estavam distribuídos em coleções de periódicos (11) e “folhas soltas” (2), com suas datas limites e o número de exemplares.

Seria arriscado propor quais teriam sido exatamente os critérios de organização da Coleção Abrilina. Em linhas gerais, poderíamos pensar que esses conjuntos documentais teriam sido formados em virtude de sua proximidade temática ou cronológica. Porém, percebemos que critérios como o gênero, a espécie ou o tipo documental também foram considerados⁵⁸.

Para além do seu acervo particular, era preocupação do historiador e cidadão Varela o destino da documentação que já se encontrava sob a guarda do Estado, tanto no que se refere à sua preservação, quanto à sua organização e disponibilização para a pesquisa. Para tanto, considerava as possibilidades de, através de “verbetes”, ou seja, de algum instrumento de pesquisa, difundir os arquivos e promover o intercâmbio com outras instituições:

⁵⁷Pastas que talvez fossem as mesmas encontradas quando da reorganização do acervo para a publicação, conforme foi aventado pelo Prof. Moacyr Flores, em conversa sobre a Coleção Varela (informação verbal, em 08/04/2011).

⁵⁸O gênero documental designa o documento “segundo o aspecto de sua representação nos diferentes suportes: textuais, audiovisuais, iconográficos e cartográficos”. (PAES, 2004, p. 26). A espécie documental é “a configuração que assume um documento de acordo com a disposição e a natureza das informações nele contidas”, enquanto tipologia é a “configuração que assume a espécie documental de acordo com a atividade que a gerou”. (BELLOTTO, 2004, p. 52).

Um estudo mais minucioso, em que se investigassem os critérios (que poderiam ser temáticos, cronológicos, tipológicos, ou de outra ordem) de formação desses conjuntos documentais poderia ser proveitoso, porém requereria um aprofundamento das temáticas abrangidas por esta coleção (não se trata somente da Revolução Farroupilha) e um conhecimento dos personagens que são mencionados. Esse estudo seria interessante, pois poderia revelar muito sobre esse acervo (e sobre a organização das coleções pessoais) quando nas mãos de Varela e a respeito da influência do mesmo na sua escrita da história.

Quanto mysterio a desvendar amanhã, se aproveitamos com intelligencia, devoção, os nossos e os alheios thesouros documentarios! Com este proposito, eu tomei a liberdade de sugerir ao presidente Washington Luiz, benemerito resguardador de nossas tradições, que erigisse, em nossa orbita administrativa, uma direcção-geral dos archivos da Republica. [...] Para que se confiasse a investidura no alto cargo a Affonso de Taunay; quem, sobre ser um technico de reconhecido valor, junta á competencia [...] os requisitos moraes indispensabilissimos, afim de que não tivessemos o desencanto de ver ás tetas do erario mais uma sinecura. O illustre academico, versadissimo nas letras historicas e no complexo das que mais ornam a nossa raça, instituiria, não só uma catalogação systematica de nossas riquezas, como promoveria uma troca de verbetes, intra e extramuros, de fórma que os estudiosos pudessem ficar em dia com a documentação existente e até agora ignota, sabendo onde encontrá-la, para leitura directa ou para se requererem cópias authenticas. Infelizmente, o chefe da Nação reduziu a mui pouco, a minha idéa, tendo convite, o egregio director do Museu paulista, unicamente para fazer a coordenação das colleções do Itamaraty; valiosa tarefa interrompida em começo pela outubrada. (VARELA, 1935, p. 230).

A sugestão da criação dessa “direcção-geral dos arquivos da República” poderia estar sendo pensada também no sentido da implantação de uma política federal, que regulamentasse o funcionamento das instituições de todo o País. Apesar disso ser uma conjectura, o fato é que Varela estava atento às questões referentes aos documentos, arquivos e patrimônio histórico em geral, e esse conhecimento seguramente também influenciou na sua decisão sobre a destinação de seu acervo, alguns anos depois.

Acervo esse que lhe rendeu muitas obras⁵⁹, sendo a “História da Grande Revolução”, publicada em 1933, seu livro mais importante e sua versão definitiva da Revolução Farroupilha⁶⁰. Nele, através do texto e das inúmeras citações, a documentação está presente, como justifica, contrapondo-se às críticas do historiador Souza Docca⁶¹:

Intenta enfraquecer o mérito probatório dos monumentos numerosos que exhibo; [...] – Não reproduzo os documentos e sim extratos.

⁵⁹ A sua obra é extensa e abrange principalmente o direito, a política e a história. Foram: Homenagem ao Clube Republicano do Recife Rio Grande do Sul, descrição física, histórica e econômica (1897); A Constituição Rio Grandense (1898); A Lógica das Revoluções (1899); Direito Constitucional Brasileiro (1899); Pátria (1900); Projeto de Código Financeiro da República (1902); Contra as Oligarquias – discursos parlamentares (1903); Última encarnação de Rocambole (1908); Revoluções Cisplatinas. A República Rio-Grandense (1915); Duas Grandes Intrigas (1919); Rememorações – tempos idos e vividos (1920) Política Brasileira. Interna e Externa (Documentos Inéditos) (1929); História da Grande Revolução (1933); Res Avita (1935); Solar Brasilico (s.d); Ensaio e Críticas (póstumo) Levantamento realizado com base em REICHARDT (1964, p. 160) e complementado.

⁶⁰ Voltaremos a essa obra no capítulo sobre o Centenário Farroupilha, quando analisaremos o contexto de seu lançamento e as repercussões que causou.

⁶¹ A disputa entre Docca e Varela é discutida no capítulo sobre o Centenário Farroupilha.

Rebatendo, deixo transparente que não caberiam nos 6 tomos da História da Grande Revolução, as fontes citadas, a promover-se-lhes o traslado completo.

Nem quiça em volumes iguais no tamanho, eu lograra operar a enfadonha cópia! (VARELA, s.d., p. 163-164).

No antelóquio do primeiro volume do Solar Brasílico, um ano antes de sua morte, Alfredo Varela prestava sua homenagem à História:

Aos 78 anos de idade, “oyant tintinnuler aux oreilles mon extrême heure”, e, aviando-me para o trânsito, não olvido afetuosa obrigação. Assim é que, prontos os alforjes com destino à grande jornada sem retorno, servem-me a messe de curto labor, para uma cordial mensagem de última despedida, aos sinceros cultores da História. Isto é, da egrégia disciplina a que me votei desde mui verdes anos, com religiosa devoção, isenta de preconceitos deformantes, como de paixões inferiores, - invariado o meu puro amor à Verdade, em cuja pesquisa, no alto conceito de Thucydides, “a maioria dos homens se revelam tão indolentes, pois admitem com facilidade as opiniões consagradas”⁶². (VARELA, s.d., p. 7-8).

Mas o historiador era também um colecionador e, assim, além de sua intenção de veracidade histórica, a paixão pela coleção também interferiu na constituição do seu acervo.

3.2 O colecionador e a coleção

De posse de Varela, a esses documentos também se passa a agregar um outro valor, além dos acima apontados. Um valor que não notamos de forma tão evidente em Almeida, ainda que não possamos afirmar que não existisse. As referências que encontramos aos documentos na correspondência do líder farrapo nos levam a crer que para ele os papéis, tão cuidadosamente recolhidos e guardados, tinham, sem dúvida, um valor probatório e informativo, mas também que a escrita da história da Revolução seria o seu legado maior. Pois ainda que em algum momento os tratasse como tesouros, eles assim se apresentavam porque lhe permitiriam escrever a verdadeira história do que se passara no decênio farroupilha.

⁶² Através de sua obra, percebemos a preocupação de Varela com a construção de sua biografia. Não temos a intenção de discutir o caráter de sua “história de vida”, apenas apontar para o uso que nela faz de documentos de seu arquivo pessoal. Pois, para contar sua trajetória, não lhe basta narrar os episódios, necessita também apoiar-se em documentos, que reproduz em parte em seus livros. Trata-se de cartas, telegramas, artigos de jornais, fotografias. Autobiografia de um homem que se reconhece como figura pública e que, como historiador, vale-se de “provas” para apoiar sua narrativa.

Em Varela, entretanto, notamos que ele também valorizava “tais preciosidades”, “tamanhas relíquias”, “tão precioso espólio” de outra forma. Parece interessante imaginá-lo também como colecionador:

A prática individual de coleção não está necessariamente ligada a um desejo de recontar a história de uma cidade, uma raça ou uma nação, ela é a manifestação de um desejo de reter o máximo de tempo e significados em objetos e sinais, que são ordenados e classificados segundo a perspectiva e a vontade de seu proprietário. (GIOVANAZ, 1999, p. 166).

Além dos documentos, já bastante comentados na parte anterior, analisando a correspondência administrativa do Museu Júlio de Castilhos constatamos que doara à Instituição uma série de objetos em 1933, período de preparação das Comemorações do Centenário Farroupilha:

1 prato de porcelana, em moldura, da baixela de Bento Gonçalves. Offereceu-o o grande patriota, a sua afilhada Abrilina e desta passou as minhas mãos, por dádiva da veneranda filha de Almeida.
 5 medalhas (a conferida ao pai de Zambeccari, a commemorativa de Hoche, duas mais do tempo da ida de Campos Salles ao Prata, a ultima de Verdun).
 1 effigie em metal de Sarmiento.
 1 daguerreótypo de Felix Vieira.
 33 fotografias de personagens historicos, farrapos na quase totalidade.
 1 dita do palacio Zambeccari em Bolonha.
 1 dita de um conhecimento do Thesouro da República.
 1 dita da estatua de Riobranco, do grande Charpentier, dádiva com seu nome.
 1 vista panoramica de Portoalegre no tempo do Imperio.
 1 plano em côres do entrincheiramento de S. Gabriel (1843).
 1 mappa da ilha do Fanfa, da autoria de Alcides Cruz.
 1 photographia do lenço republicano.
 4 da estatua de Garibaldi em San-Remo, estupenda obra de Bistolfi.
 2 ditas, cópias do tamanho exacto, de plantas do presidio do Riopardo e fortificação de Sant’Anna, no Riogrande.
 2 ditas, com ampliações de retratos de João Antonio e João Manuel.
 1 dita, retocada a crayon, de Netto.
 4 aquarellas (Lucas, Ulhoa Cintra, Domingos Moreira, Antonio Ribeiro).
 1 lithographia hoje rara, o combate da Laguna, dádiva de um superstite, o barão de Ivinheima.
 1 curiosa peça japoneza, exequator consular, com a firma de [Nutsuhito ?] e primorosa traducção.
 1 painel commemorativo, obra do padre Hyldebrando. Cópia exactissima, de grande merito, feita em Montevidéu, onde se acha o original, qual consta por traz da dita cópia, devidamente authenticada. Este painel, e respectiva moldura, se acha na livraria “Globo”, a quem se deu instrucções para entrega ao Museu⁶³.

⁶³Carta de AV ao diretor do Museu Júlio de Castilhos, de 7/05/1933. Offícios Recebidos 1933-1936, p. 65, MJC.

Como é possível perceber, em consonância com os preparativos do evento, as peças eram em sua maioria “reliquias” da época farroupilha ou a ela referentes. Essa doação foi completada alguns dias depois:

Tenho o gosto de enviar, para as colleções da casa, mais alguns retratos que podem ter prestimo nas projectadas comemorações do proximo Centenario, e, com isto, uma cópia a oleo exactissima do brazão d'armas que figurava no Ministerio do Interior, de nossa 1ª Republica. O original se acha em mãos do Sr. Luiz Filipe de Almeida Junior, neto do grande Almeida. Fiz raspar um distico improprio, que tiveram a má idéa de traçar por baixo do brasão referido.

Não vai este em moldura, porque a que tinha, cujo passepartout occultava a parte disipada, foi destruida pelo caruncho, e não tenho tempo, a meu pesar, de a substituir por outra.

Mando tambem um mapa, desenho de Almeida, da zona da brilhante campanha de fins de 1836, que se encerrou com mui discutido revez. Dito mappa serviu a Almeida, para fixar os limites do que veiu a ser o municipio de Bagé, cuja criação promoveu. Entro nestes promenores, sobre a remessa para o bom informe do Museu, Exmo. Sr. Director, mas desejando que os receba o mesmo em character absolutamente particular. Inutil mesmo qualquer publica menção á dadiva, que apenas completa a que foi antes entregue⁶⁴.

A descoberta dessa doação veio reforçar a idéia já existente sobre o fascínio que esse período, que era seu tema preferencial de estudo, exercia sobre Varela, levando-o a aproximar-se de tudo o que a ele se referisse. Ou seja, além do conhecimento que papéis e objetos pudessem fornecer, a busca e a guarda dessas peças tinham outros significados.

Trabalhando com as idéias de Benjamin sobre o assunto, Marlise Giovanaz propõe:

A relação estabelecida com a coleção particular é uma relação de doação, de estudo e de admiração, em que a serventia e a utilidade do objeto em si não são postas em relevância. Ainda nas palavras de Benjamin, *O maior fascínio do colecionador é encerrar cada peça num círculo mágico onde ela se fixa quando passa por ela a última excitação – a excitação da compra. Tudo que é lembrado, pensado, conscientizado, torna-se alicerce, moldura, pedestal, fecho de seus pertences. A época, a região, a arte, o dono anterior – para o verdadeiro colecionador todos estes detalhes se somam para formar uma enciclopédia mágica, cuja quintessência é o destino de seu objeto.* (p.228) (GIOVANAZ, 1999, p. 166-167).

Também não são objetos quaisquer e encontrá-los requer habilidade, não seria qualquer um que poderia aquilatar seu verdadeiro valor, como refere o

⁶⁴Carta de AV ao diretor do Museu Júlio de Castilhos, de 22/05/1933. Officios Recebidos 1933-1936, p. 57, MJC.

coleccionador, ao discorrer sobre os seus “garimpos” e os alheios (neste caso, refere-se a Aurélio Porto):

[...] lhe falta jeito ou estilo para o bom aproveitamento do que recolhe, a montes, na sua benemérita, frutuosa “garimpa”. Enche o bernal de riquezas incalculáveis, o catador exímio, a errar sempre desgraçadamente, no destino que lhes reserva.

Sim, intenta êle próprio mudar em jóias para os museus da história, o que o excavador magnífico a pouco e pouco vai armazenando; sem perceber que não dispõe de manejo, tino, para o desgaste, polimento, de material assim valioso. Mormente, para aquilatar-lhe, com rigor o pêso.

De par com as esmeraldas sedutoras, as atraentes safiras, os rubis da mais viva refulgência, lucilam os diamantes de tamanho fenomenal, de limíssima água multicolor! Em face de tesouros equivalentes, perdeu a cabeça [...] o famoso genealogista patricio.

A dura, mas, pura verdade é esta: o artífice criador de tantos primores, em diversa oficina, perde o sizo, dentro na que nos ocupa: nem sabe o que faça de suas inúmeras gemas preciosas!... (VARELA, s.d., p. 99-100).

O modo como a eles se referia faz-nos pensar numa valoração que vai além do conteúdo informacional que possam conter. Nesse sentido, voltamos à reflexão da autora acima citada a respeito do conceito benjaminiano de aura:

A aura de um objeto está associada à sua originalidade, ao seu caráter único e a uma relação genuína com o passado. As obras de arte e de história classificadas como autênticas assumem então um valor ímpar no mercado de coleções por seu aspecto singular e permanente, em contraste com as reproduções feitas a partir desses objetos que são classificadas como cópias, como objetos transitórios, comercializados no mercado a preços acessíveis para boa parte da população. A reprodução é “desaturizada”, apagando a possibilidade de criar nesta uma relação orgânica e real com o passado pessoal ou coletivo. (GIOVANAZ, 1999, p. 167).

A originalidade e autenticidade de seus documentos e objetos são uma referência constante em Varela, e isso os tornava a seus olhos muito mais preciosos e também conferia a seu dono um lugar de prestígio social. Afinal, colecionava “tesouros” absolutamente especiais.

Pomian traça algumas linhas importantes para a compreensão desse fenômeno. Define coleção como “conjuntos de objetos naturais ou artificiais, mantidos temporária ou definitivamente fora do circuito das actividades económicas, submetidos a uma proteção especial e expostos ao olhar, acumulam-se nas tumbas e nos templos, nos palácios dos reis e nas residências de particulares”. (POMIAN,

1984, p. 55). A partir dessa definição inicial vai traçar uma espécie de trajetória histórica dessa prática e definir uma série de conceitos. Um dos mais interessantes para o caso estudado é o de semióforos, “objectos que não têm utilidade, [...] mas que representam o invisível, são dotados de um significado; não sendo manipulados, mas expostos ao olhar, não sofrem usura”. (POMIAN, 1984, p. 71). A relação entre utilidade e significado é que torna o objeto um semióforo ou não. Nesse caso existiriam “pelo menos três situações possíveis: uma coisa tem apenas utilidade sem ter significado algum; um semióforo tem apenas o significado de que é o vector sem ter a mínima utilidade; mas existem também objectos que parecem ser ao mesmo tempo coisas e semióforos”.(POMIAN, 1984, p. 72).

Outro aspecto interessante é o caráter de distinção que estes objetos conferem a quem os possui

[...] rodeando-se de objectos que não são coisas mas semióforos, e fazendo alarde destes. Em geral, quanto mais alto se está situado na hierarquia dos representantes do invisível, maior é o número de semióforos de que se está rodeado e maior também é o seu valor. Por outras palavras, é a hierarquia social que conduz necessariamente ao aparecimento das coleções, conjuntos de objectos mantidos fora do circuito das atividades econômicas, submetidos a uma proteção especial, em locais fechados preparados para esse efeito, e expostos ao olhar. (POMIAN, 1984, p. 74).

Porém, o autor alerta também que

[...] um estudo das coleções e dos colecionadores não pode fechar-se no quadro conceptual de uma psicologia individual que explica tudo utilizando como referências noções como o “gosto”, o “interesse” ou ainda o “prazer estético”. É exactamente o facto de o gosto se dirigir para certos objectos e não para outros, de se interessar por isto e não por aquilo, de determinadas obras serem fonte de prazer, que deve ser explicado. Os caracteres dos indivíduos, a sua maior ou menor sensibilidade, são importantes apenas na medida em que a organização da sociedade deixa um espaço livre ao jogo das diferenças individuais. (POMIAN, 1984, p. 75).

No caso de Varela, podemos pensar na sua origem e no contexto em que desenvolveu sua coleção, favorável a que seu interesse surgisse e se desenvolvesse, mas também não podemos deixar de pensar no aspecto individual. Marc Guillaume, nesse sentido, faz uma crítica aos limites da abordagem de Pomian, principalmente quanto ao aspecto da diminuição do protagonismo do indivíduo na constituição das coleções, pois considera que

A quase totalidade das análises do fenómeno social da colecção – e a de Pomian em particular – não propõem uma teoria geral da colecção, mas antes uma teoria dos conjuntos (por oposição às séries, que são conjuntos ordenados temporalmente) de objectos heterogéneos relativamente à ordem social. (GUILLAUME, 2003, p. 60-61).

Acrescenta ainda que, para esse autor, a unidade destes conjuntos não seria resultado de sua elaboração ao longo do tempo, mas “reflexo directo das representações sociais que impõem certas categorias de objectos, e não o de uma estrutura psicológica individual e largamente independente da natureza das coisas colecionadas”. (GUILLAUME, 2003, p. 60-61).

A partir dessa crítica, Guillaume propõe um alargamento das fronteiras da colecção, que contribuiria “para uma crescente legitimação da prática individual da colecção pela colecção, de tal maneira que entre esta prática e o museu tradicional se vai desvanecendo uma franca ruptura de continuidade”. (GUILLAUME, 2003, p. 62). Ainda pensando na colecção em seu sentido mais individual, tece algumas considerações de cunho mais psicológico, interessantes para a figura do colecionador. Em primeiro lugar, compara o desejo de colecionar com o de consumir e aproxima essa mania à melancolia. Em ambas situações, o desejo nunca é satisfeito pois “o melancólico não sabe aquilo que perdeu, o colecionador não sabe aquilo que ganhou. O primeiro estabelece uma identificação narcísica do seu eu com o objecto abandonado; a colecção é o equivalente narcísico do eu do colecionador”. (GUILLAUME, 2003, p. 58).

Também reflete, agora numa abordagem muito interessante, de viés mais existencial, que

[...] a colecção joga também, a um outro nível, com o tempo: ela abole imaginariamente a sua irreversibilidade, ao transformar uma série temporal num conjunto que pode ser percorrido (pelo olhar, pelo pensamento) em todos os sentidos e de modo reversível. No agrupamento espacial dos objectos realiza-se até um duplo apagamento da irreversibilidade: a da cronologia de introdução dos objectos na colecção (portanto a do tempo vivido pelo colecionador); e a dos períodos históricos distintos a que os objectos pertencem. Para Baudrillard, o móbil psicológico da colecção situa-se essencialmente nesta simulação regressiva, neurótica, de um tempo cíclico que substitui o tempo real: “A colecção representa o perpétuo recomeço de um ciclo dirigido, em que o homem se entrega a cada instante e infalivelmente, partindo de um termo qualquer e seguro de voltar a ele, o jogo do nascimento e da morte.” O jogo da colecção permite assim ultrapassar simbolicamente a existência real e o seu deslize irreversível para a morte. Nesta perspectiva, a colecção pode ser comparada à viagem, pois também esta permite uma deslocação reversível e simula um regresso, bem sucedido no espaço e falhado no tempo. (GUILLAUME, 2003, p. 59).

Assim como nos permitem esse deslocamento, as próprias coleções também “viajam”. Nesse sentido, o autor aborda a sua transição pelos espaços públicos e privados, pois “certos objectos desenham trajectórias que passam por exemplo da conservação privada/individual à conservação privada/social, para acabar na conservação colectiva/social”. E ressalta, também, a importância do estudo dessas trajetórias, já que através dele “é possível destrinçar os factores que actuam na amálgama complexa dos mecanismos de conservação”. (GUILLAUME, 2003, p. 54).

A temática da coleção e do colecionador, sobre a qual foram apenas apontados alguns aspectos, são, sem dúvida, muito importantes para compreender como esse acervo chegou aos dias de hoje. Mas devemos ter em mente que, nessa “amálgama complexa dos mecanismos de conservação”, repetindo Guillaume, a instituição a qual acabou se destinando tem um papel essencial. Assim, o próximo passo é verificar o carácter e o funcionamento desse órgão e o contexto que cercaria a passagem desse conjunto documental da esfera privada à pública.

4 O MUSEU JÚLIO DE CASTILHOS, O ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL E O CENTENÁRIO FARROUPILHA

Na década de 1930, uma série de modificações políticas, econômicas, sociais e culturais começam a se consolidar, principalmente a partir dos rumos que a Nação toma com a revolução de Outubro desse ano. Leticia Nedel, resume como elas se refletem na relação da União com as unidades da federação:

Sob o regime imposto com a tomada do poder pelos revolucionários de 30, são redefinidas as bases de relação entre o governo central e as oligarquias regionais, desenvolvendo-se, ao mesmo tempo, um aparelho de Estado cada vez mais centralizado em diversos níveis. A integração crescente das políticas econômica e de controle social – atestada pela extinção dos impostos interestaduais, pela criação de um órgão destinado à sistematização das informações territoriais e populacionais [IBGE], pela legislação trabalhista, entre outras providências -, tomava a diversidade cultural do país como uma questão de Estado [...]. (NEDEL, 1999, p. 65).

Nesse novo contexto, as comemorações do Centenário Farroupilha serão estratégicas, enquanto espaço de implantação e divulgação da nova forma de pensar o país e a inserção do Rio Grande do Sul.

Não ficaram imunes a essas circunstâncias as instituições responsáveis pelo patrimônio histórico e cultural. No caso, trataremos especificamente do Museu Júlio de Castilhos e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, que desde 1925 passara a abrigar essas duas funções. No período em que se deu a incorporação do arquivo de Alfredo Varela, houve uma considerável expansão de seu acervo, principalmente a partir das comemorações acima mencionadas.

A importância de se estudarem estes órgãos para a compreensão dos acervos institucionais é salientada por Heymann, referindo-se ao trabalho do Centro de Pesquisa e Documentação da História Contemporânea do Brasil – CPDOC/FGV:

Pois se, de fato, os arquivos pessoais chegaram ao CPDOC com o estatuto de **fontes** para uma nova história política, com o passar do tempo começaram a ser pensados também como **objetos** de uma reflexão interessada nas representações que cercam essas fontes e nas práticas que as “produzem”, tanto no âmbito dos indivíduos que, negociando com a realidade, arquivam a sua própria vida, **como no âmbito das instituições arquivísticas, que, ao consolidarem e implementarem uma série de procedimentos técnicos e ao construírem a sua identidade com base nos acervos, também negociam com a realidade a formatação de uma determinada memória social arquivada.** (HEYMANN, 2008, p. 3, grifo nosso).

É a partir dessas “negociações” com vistas à formação de uma memória social que nos interessa observar a instituição receptora, nesse período.

4.1 O Museu Julio de Castilhos e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

Na época em que se deu a doação do acervo de Varela, o Arquivo Histórico funcionava subordinado ao Museu Júlio de Castilhos. Para compreendermos melhor o contexto institucional em que isso ocorreu, faz-se necessário recuar um pouco no tempo, e estudar, neste caso brevemente, a origem e trajetória dessas instituições.

A origem dessas instituições está vinculada ao início da República e, principalmente, à instalação de um governo positivista no Estado. Vale aqui lembrar o insucesso das tentativas de estabelecer órgãos diretamente vinculados à memória e história no período imperial, principalmente na segunda metade do século XIX, alguns dos quais já foram citados anteriormente como o Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro e o Arquivo Público Provincial. Houve também o projeto de instalar um Museu, mas igualmente não obteve êxito:

Foi, de fato, somente com o advento da República que o problema da ausência de órgãos destinados à guarda dos vestígios materiais da *província* pôde ser superado, com a instalação de museus, arquivos e de um Instituto Histórico patrocinados pelo executivo estadual. A instalação do Museu do Estado, em 1903, seguida pelo surgimento da Repartição do Arquivo Público, Estatística e Biblioteca, em 1906, representam o primeiro passo nesse sentido. (NEDEL, 2005, p. 96).

A criação desses órgãos era importante para o controle, a administração do Estado, o desenvolvimento cultural e ainda, como lembra Letícia Nedel, o controle da memória e sua utilização no embate político no interior do Estado e na sua relação com a Nação:

Baseada na autoridade e no rigor exclusivista do cientificismo, a erudição documentária praticada pelos letrados e correligionários perrepistas ao longo dos sucessivos mandatos de Borges de Medeiros manipula uma série de personagens e eventos que, revestidos em sinais diacríticos e deslocados da periferia para o centro dos debates cívicos, constituem a tradição enquanto arma político-partidária. Significa dizer que a memória foi um instrumento permanentemente acionado nos embates que cercaram os rumos da ditadura positivista no estado, e que a criação de um aparato governamental de gestão da cultura coincide com esse processo. (NEDEL, 2005, p. 88).

Desse aparato governamental vão nos interessar mais diretamente o Arquivo Público Estadual, que custodiará por algumas décadas a documentação histórica, e o Museu do Estado, depois Júlio de Castilhos.

Criado em 08 de março de 1906, pelo Decreto 876, do então presidente do Estado, Antônio Augusto Borges de Medeiros, o Arquivo Público tinha como objetivo “adquirir e conservar, sob classificação sistemática, todos os documentos concernentes à legislação, à administração, à História, à Geografia, às artes e indústrias do Rio Grande do Sul.” (SPINELLI, 2005, p. 49). Fazia parte das preocupações desse governo a conservação dos acervos referidos, que não só tornariam possível um controle maior e uma administração mais eficiente dos assuntos do Estado, como também possibilitaria, através da consulta aos documentos oficiais, a escrita da “verdadeira” história do Rio Grande.

No quadro administrativo, o Arquivo Público Estadual estava subordinado à Secretaria do Interior e Exterior, constituindo-se em uma das seções da Repartição do Arquivo Público, Estatística e Biblioteca do Estado e funcionava no edifício da Escola Complementar (atualmente Colégio Sévigné). Devido à falta de espaço, o Arquivo passou a funcionar no prédio da “Bailante” (atual Assembléia Legislativa). Situação provisória, pois o seu rápido crescimento levou a que se construísse um prédio próprio para abrigar seu acervo e fez com que se separasse das seções de Estatística e Biblioteca.

O funcionamento do Arquivo Público foi regulamentado em 1913. Nele, os serviços estavam distribuídos em três seções: “à primeira incumbiu a custódia dos arquivos administrativos do Estado, da União e dos municípios; à 2ª, a custódia dos arquivos histórico e geográfico; e à 3ª, a custódia dos arquivos forenses.” (SPINELLI, 2005, p. 50). Portanto, foi a partir da criação da segunda seção que se iniciou a separação do acervo que deu origem, mais tarde, ao próprio Arquivo Histórico. Esse processo, entretanto, foi bastante acidentado, em parte devido às reestruturações administrativas do Estado, em parte devido às diversas mudanças de sede.

A criação do museu do Estado do Rio Grande do Sul ocorreu em 1903 pelo Decreto 589 da presidência do Estado. Inicialmente estava sediado em uma sala ao lado da Escola de Engenharia, onde ficou pouco tempo, sendo transferido depois para galpões da Redenção e mais tarde para sua sede atual.

No seu primeiro regulamento foram determinadas as seções em que se dividiria seu acervo: a primeira, zoologia e botânica; a segunda, mineralogia,

geologia e paleontologia; a terceira, antropologia e etnologia; e, a quarta, ciências, artes e documentos históricos⁶⁵. A quarta seção, como definia o artigo 6 do mesmo regulamento, tinha como tarefa:

Inc 1- receber e dispor metodicamente todos os produtos, recentes ou não, das ciências, das indústrias e artes, que lhe forem confiados.

Inc 2- catalogar os manuscritos e mais documentos que lhe forem distribuidos.

Inc 3- ordenar sistematicamente selos, estampilhas, sinetes, emblemas moedas, etc., que o Museo adquirir⁶⁶.

Essa quarta seção era composta de “máscaras mortuárias, sinetes, homenagens, coroas de flores em bronze, panfletos, bustos e retratos de republicanos” e se ocupava do “armazenamento de presentes celebrativos recebidos ou produzidos pelo executivo estadual, sem que houvesse qualquer tratamento cronológico ou temático desses objetos em exposições.” (NEDEL, 2005, p. 98).

Durante os seus primeiros 20 anos, a História, embora nunca deixasse de ser contemplada, tinha um papel de menor importância dentro do Museu. Dela encarregava-se, prioritariamente, no âmbito governamental, a segunda seção do Arquivo Público, “cujo regulamento desde 1909 já previa a edição uma revista própria, dedicada à transcrição de documentos.” (NEDEL, 2005, p. 98).

Na década de 1920, essas instituições passaram por significativas transformações, das quais uma das principais conseqüências foi o desenvolvimento dos estudos históricos. Importante papel nesse voltar-se para a História teve o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS) que, criado em 1920, logo se tornaria uma das mais destacadas instituições voltadas ao estudo e divulgação dessa disciplina.

Criado em 1920 em sessão inaugural solene no salão nobre da Intendência Municipal, instalou-se provisoriamente na sede própria do arquivo, compartilhando com ele seus mentores. Com isso, o arquivo passou também a sistematizar a informação das documentações que guardava, e depois da transferência da Seção Histórica do Arquivo Público para o MJC, em 1925, a parceria se estendeu às três instituições. A partir daí, os profissionais incumbidos de sistematizar as informações documentais passaram a circular pelos cargos de diretoria dos três órgãos, diversificando as linhas de atuação do museu, enquanto o compartilhamento do espaço físico, dos funcionários, da biblioteca e dos

⁶⁵ Regulamento do Museu do Estado do RS, 1903. (PERETTI; GIOVANAZ, 2003, p. 163).

⁶⁶ Regulamento do Museu do Estado do RS, 1903. (PERETTI; GIOVANAZ, 2003, p. 164).

arquivos criava uma situação de extrema funcionalidade para o exercício historiográfico. (NEDEL, 2005, p. 100).

Administrativamente, a vinculação da seção histórica do Arquivo Público ao Museu Júlio de Castilhos se deu quando este deixou de estar subordinado à Secretaria de Obras Públicas e passou à Secretaria do Interior e Exterior e, com isso, também a custodiar a 2ª seção da Repartição do Arquivo Público. “Pela primeira vez usou-se a denominação Arquivo Histórico, ainda que vinculado ao nome da instituição que o sediava: Museu Júlio de Castilhos e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.” (SPINELLI, 2005, p. 52).

Essa nova Instituição passou, em 1935, a subordinar-se provisoriamente à Secretaria de Educação e Saúde Pública e, através de regimento interno, aprovado em 1943, manteve-se a divisão, que já existia no Museu, de dois departamentos: o de história natural e o de história nacional. Nesse último, reuniam-se “acervos diferenciados: o de arquivo e o de museu, situação que perdurou até 1954.” (SPINELLI, 2005, p. 53).

Nesse período ocorreu um revezamento nos cargos dessas instituições. Francisco Rodolfo Simch, que dirigia o Museu desde a sua fundação passou ao Arquivo Público; Alcides Maya fez o caminho inverso e se tornou diretor do Museu, e o departamento de História Nacional passou às mãos de Eduardo Duarte, que antes chefiava a segunda seção do Arquivo Público.

Todos eram também membros do IHGRGS, e promoviam a parceria das duas instituições, que resultava “em ‘pareceres históricos’ sob encomenda do executivo estadual e das municipalidades para a fixação de ‘efemérides’, além da publicação de revistas e realização de congressos”. A principal realização conjunta nesse período foi a organização das festividades do Centenário Farroupilha, em 1935. (NEDEL, 2005, p. 101).

Um dos temas mais importantes que se colocava nesse momento, já com vistas à comemoração dessa efeméride, era a necessidade de se ampliar o modesto acervo documental existente sobre esse evento.

A conferência proferida por Eduardo Duarte, em 1926, nas dependências do “Museu e Archivo Historico” intitulada “Da opulência do Archivo Histórico Rio-Grandense”, nos fornece um panorama bastante detalhado do que se encontrava nessa instituição referente ao decênio farroupilha.

É o que succede com os papeis que se referem á guerra fraticida de 1835-45 [...]

Assim, por exemplo, o que possuímos referente ao periodo farroupilha é altamente valioso e de grande decisão para o estudo dessa campanha, pois nada menos de tres mil e quinhentos papeis avulsos já seleccionados e podem ser consultados a qualquer momento.

Entre esses valiosos e importantes documentos destaca-se a correspondencia de Bento Manoel que o Instituto Historico vem publicando nos ultimos numeros de sua revista. [...] são subsidios que aos poucos vamos publicando, e desse modo habilitando os estudiosos que desde já pensam na commemoração da Republica de Piratiny por ocasião das festas centenarias, que não estão longe, pois nove annos se escôam com velocidade.

Correspondencia com o governo, officios, em incalculavel numero, de todos os chefes militares e officiaes legalistas até mesmo de modesto destaque, correspondencia de chefes rebeldes, orden, do dia, jornaes, emfim, papeis que tratam dos mais variados assumptos da guerra, tudo isto é encontrado nessa papelaria, que terá uma especial catalogação, segundo determina o regulamento em vigor. Um documento

[...] merece especial menção: é um balancete de todas as despesas feitas pelos rebeldes durante a occupação de Porto Alegre, isto é, de 20 de setembro de 1835 a 15 de junho de 1836. [...] como foram dispendidos os dinheiros publicos naquelles nove mezes, que tanto foi o tempo de duração do governo revolucionario nesta *leal e valorosa* cidade de Porto Alegre.

Possuímos [...] elementos importantíssimos em nossa bibliotheca historico-geographica, principalmente com a aquisição que fizemos de archivo do sr. Alfredo Rodrigues. Ahi, são encontradas as obras que tratam não só da Revolução de 1835, [...]

[...] possuímos uma colleção do *O Povo*, jornal official da revolução, cuja colleção á a mais completa possivel, pois lhe faltam apenas alguns numeros, que diligenciamos obter.

E para finalizar, diremos, aquelle que quizer escrever sobre a revolução farroupilha, venha occupar uma das nossas mesas de consulentes e, em pouco tempo, estará aparelhado com os elementos necessarios ao seu trabalho, **calcando-o na verdade dos factos, apanhada através de documentos que não admittem duvidas nem sophismas.** (DUARTE, 1926, p. 16-17, grifo nosso).

Como podemos notar no trecho citado, “a verdade dos factos” não estava apoiada num acervo assim tão opulento. Procurou-se, então, ampliá-lo tanto com documentos quanto com peças de museu, através de compras e doações. Acompanhando a correspondência oficial do Museu nesse período, constatamos que efetivamente houve bastante mobilização nesse sentido, com algumas avaliações e negociações de peças e documentos, além de muitas doações, oriundas de todo o Estado.

Com o objetivo de incrementar o acervo, Eduardo Duarte viajou ao Rio de Janeiro para fazer um levantamento do que se encontrava nos arquivos sobre esse período. Aurélio Porto, funcionário do departamento de História Nacional, permaneceria realizando pesquisas nessas instituições:

No desempenho da missão de que fui encarregado, nesta capital, tenho a honra de vos comunicar que estou constantemente realizando demoradas visitas a todos os arquivos aqui existentes e, como resultado, cheguei á convicção de que a história do Rio Grande do Sul só poderá realmente ser escrita, depois de se haver reunido, em cópias autênticas, toda a documentação existente nos arquivos desta capital. O Arquivo Nacional, a Biblioteca Nacional, o Arquivo da Guerra, o Itamaratí, o Instituto Histórico e outros, são preciosos repositórios, onde a documentação constitui inesgotáveis filões de alto quilate para o estudo das cousas atinentes ao passado da nossa terra.

O snr. Aurelio Porto, dedicado e inteligente funcionario do departamento a meu cargo, está ultimando o seu primeiro trabalho, que á a documentação do volume que abre a série das “Publicações do Arquivo Nacional”, comemorativa ao centenário, já proximo, do inicio da grande revolução farroupilha. Consiste este no 1º volume do célebre “Processo dos Farrapos”, instaurado nessa capital contra os gloriosos chefes daquele movimento.

[...]

A Biblioteca Nacional entrará, também, com valiosa contribuição para a história da nossa terra publicando, em seus “Anais”, o Compêndio Noticioso, códice manuscrito inédito do brigadeiro Francisco João Roscío

[...]

O Itamarati reuniu, em cópias datilografadas, todo o material alí existente sôbre o período farroupilha, por ordem do Sr. ministro das Relações Exteriores, que quer, também, contribuir para a comemoração do centenário da Grande Revolução.

[...]

No Arquivo do Ministério da Guerra existe toda a história documental das nossas lutas seculares, como vanguardeiros do extremo sul da Pátria.

[...]

[...] sendo tão promissor e eficiente o movimento que se está processando em tôrno da colêta de documentos referente a 35, não se deveria abrir solução de continuidade, aproveitando o impulso inicial para com a publicação de documentos preciosos, afim de solenizar também o bicentenario do povoamento do Rio Grande do Sul[...]

[...] alcancei do ilustre Snr. Dr. Oswaldo Aranha, ministro da Fazenda, promessa de contribuir com tres datilografos para o trabalho de cópias a executar nos arquivos, donde serão extraídos, competentemente autenticados, preciosos documentos pesquisados pelo coronel Jonatas Rago Monteiro, e pelo Sr. Aurelio Porto, [...]⁶⁷.

Com certeza, esse foi um período de grande expansão do acervo museológico e arquivístico da instituição. O que nos interessa é perceber, ainda que sucintamente, a situação em que se encontrava no momento em que se iniciam as negociações em torno do arquivo de Varela. Certamente o interesse por tudo o que se referisse ao decênio farroupilha era evidente, mas algumas coisas interessavam e tinham mais importância que outras, não só por seu valor histórico, informativo ou mesmo estético, mas também por fatores outros, alguns dos quais analisaremos a seguir. Por ora, é importante lembrar o que Terry Cook refere acerca dos arquivos, da memória e do trabalho do arquivista:

⁶⁷Carta enviada do Rio de Janeiro, em 1/10/1933 por Eduardo Duarte ao Diretor do MJC. Offícios Recebidos 1933-1936, p. 218, MJC.

Os arquivos são templos modernos – templos da memória. Como instituições, tanto como coleções, os arquivos servem como monumentos às pessoas e instituições julgadas merecedoras de serem lembradas. Igualmente, as que são rejeitadas por serem julgadas não merecedoras, têm seu acesso negado a esses templos da memória e estão fadadas, assim, ao esquecimento de nossas histórias e de nossa consciência social. O controle do passado, e o controle sobre a criação e preservação do passado pelos arquivos, reflete as lutas de poder do presente e, na verdade, sempre as refletiram. Isso tem implicações relevantes para os arquivistas, tanto de arquivos pessoais quanto de arquivos institucionais, e para a profissão arquivística. (COOK, 1998, p. 143).

Nessas seleções, as efemérides de eventos consagrados ou de heróis do panteão regional ou nacional são mobilizadoras de grandes esforços e empenhos. Ainda que sua importância mude, pois que sofrem com os ventos das conjunturas políticas, o que foi recolhido nesses períodos permanece nos acervos. Outros documentos, aqueles de assuntos ou pessoas não considerados relevantes (ou mesmo tidos como incômodos, quem sabe) não tiveram igual sorte. Talvez famílias ou instituições os tenham guardado, e não é impossível que ainda possam ressurgir com algum movimento no sentido de resgatá-los, mas com certeza não houve tanta preocupação em sua preservação, e as possibilidades de que tenham sido definitivamente perdidos são muito maiores.

Importa salientar que compreender tais vicissitudes é relevante para acercarnos à observação do processo de incorporação do material coletado por Varela ao MJC e AHRGS, especialmente frente ao contexto celebrativo de uma efeméride tão significativa.

4.2 O Centenário Farroupilha

A Revolução de 1930, que colocara Getúlio Vargas no poder, levou o Rio Grande do Sul a um novo protagonismo nacional. Mas, distintamente do que muitos esperavam, isso não redundou em benefícios particulares, por parte do governo federal, em relação ao Estado. Ao contrário, a política nacionalista e centralista de Vargas procurou diminuir a autonomia dos Estados, e a derrota da Revolução Constitucionalista de 1932, liderada por São Paulo, foi bastante emblemática nesse sentido.

Além disso, o Rio Grande vivia mais uma vez um período de fortes divergências. O interventor Flores da Cunha não concordava com a política centralista de Vargas, e ainda que recuasse em seu apoio à Constitucionalista, não

se alinhava totalmente ao governo federal. Nesse momento particular, iniciavam-se as reuniões e comissões para os festejos do Centenário Farroupilha.

[...] a Exposição do Centenário Farroupilha ocorreu num momento em que conviviam, entre amplos setores das elites rio-grandenses, insatisfações com o ritmo centralizador impresso nacionalmente por Vargas. Não que a elite política rio-grandense fosse contrária ao desenvolvimento do capitalismo brasileiro ou a integração nacional. O que os contrapunha ao governo central era principalmente o grau de subordinação que a centralização exigia, restringindo inclusive o poder de mando local dos políticos gaúchos. (CERONI, 2009, p. 75).

Nada melhor, então, do que mostrar ao país a pujança do Estado através de um grande festejo. Para isso, ponto alto seria a Exposição do Centenário Farroupilha, instalada no Parque Farroupilha, nos moldes das Exposições Internacionais dos séculos XIX e XX, ou seja, uma amostra do que se produzia, no Rio Grande do Sul e nos vários Estados representados, em termos econômicos e culturais.

Era importante conciliar, mostrar-se como parte importante de uma nação integrada. Mas, então, como fazer para festejar, nesse contexto histórico, um evento que remetia a ideais no mínimo federalistas, ou mesmo, para alguns, separatistas? Como trazer a Revolução Farroupilha para um ideal de nacionalismo luso-brasileiro?

As estratégias foram bastante complexas. Aqui procuraremos pensar, brevemente, em como isso se deu, na historiografia rio-grandense e nas comemorações do Centenário Farroupilha e, principalmente, na posição de Varela diante desse novo contexto, que foi também o da doação de seu prezado acervo.

Em relação à produção historiográfica do período, destaca Scheidt:

[...], a memória da Revolução Farroupilha como separatista e influenciada pelo Prata, que estivera em perfeita sintonia com a época da República Velha, passou a ser destoante na nova conjuntura. Em meio às “campanhas de nacionalização”, era preciso “abrasileirar” o Rio Grande do Sul e um dos caminhos foi a construção de uma outra memória da Revolução Farroupilha. É neste momento que surge o “círculo historiográfico”, composto por diversos autores, a maioria deles identificados com o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, que passam a defender o não separatismo e a “brasilidade” da Revolução Farroupilha. (SCHEIDT, 2002, p.197).

Entre esses historiadores estavam Souza Docca, Aurélio Porto, Othelo Rosa, Walter Spalding, severos críticos da posição de Alfredo Varela, defensor dos

princípios autonomistas sul-rio-grandenses⁶⁸. Muito especialmente o primeiro, com quem este último vai estabelecer um longo e acalorado debate, que perpassa várias obras de ambos. Docca defendia “o sentido brasileiro da revolução farroupilha”, tentando:

[...] provar o não separatismo e a brasilidade dos farrapos por meio do federalismo. Segundo o autor, os farroupilhas não queriam a separação, mas sim implementar a federação no Brasil, que seria uma tendência orgânica do povo brasileiro, devido ao tamanho territorial e às diferenças climáticas e raciais das distintas regiões. (SCHEIDT, 2002, p. 198).

Na construção dessa nova memória da Revolução Farroupilha:

[...] procurava-se não mais destacar as diferenças do Rio Grande do Sul em relação ao resto do país, mas justamente o contrário. Agora, tentava-se, através da construção da memória histórica, mostrar que os rio-grandenses sempre foram “bons brasileiros”, ressaltando as similaridades entre o estado sulino e os demais do Brasil. Assim como Getúlio Vargas, os farroupilhas também teriam seguido o lema “o Rio Grande de pé, pelo Brasil”. Mais uma vez, pois, modifica-se a memória de um episódio do passado em função de lutas políticas do presente. (SCHEIDT, 2002, p. 198-199).

Entretanto, em 1933, “estampada sob os auspícios do Instituto Histórico Geográfico do Riogrande do Sul e a expensas do governo do Estado” em “Edição Comemorativa do Centenario”, era lançada a obra máxima de Varela, a “História da Grande Revolução”, em seis volumes de mais de 500 páginas cada. A repercussão desse lançamento fez-se sentir em seguida:

A publicação da obra de Varela “caiu como uma bomba” no recém fundado círculo historiográfico, proporcionando uma profunda comoção nos meios intelectuais e inaugurando um longo período de polêmica entre os construtores da memória da Revolução Farroupilha. Varela chegou a ser acusado de “traidor da pátria”, enquanto acusava seus críticos de “falsificar” a história, ao tentarem impor um discurso contemporâneo a um período do passado.

Os debates acalorados demonstram o quanto o fato Revolução Farroupilha tinha importância para a conjuntura política de então. Os defensores da política varguista procuravam, através da construção de uma nova memória para o movimento, buscar fundamentos para a intervenção rio-

⁶⁸“Em primeiro lugar, Varela busca dar à Revolução Farroupilha um caráter de epopéia, exemplo máximo do “heroísmo” do povo rio-grandense, que levantou-se em armas pela República e contra a opressão de um Império.[...] Além disso, “o autor resalta os laços dos rio-grandenses com os vizinhos platinos. Para Varela, a eclosão da Revolução Farroupilha foi fortemente influenciada pelas Repúblicas do Prata.” Também reconhece e defende a Revolução Farroupilha como separatista, tendência, aliás, sempre presente na província sulina, pois seria inerente à sua formação histórica. O discurso federalista dos farrapos referiria-se a “uma tênue união entre estados soberanos e independentes”. (SCHEIDT, 2002, p. 196).

grandense na política nacional, tentando provar que os rio-grandenses sempre foram bons brasileiros e partidários da unidade nacional. (SCHEIDT, 2002, p. 199).

Mas, como ressalta o mesmo autor, ainda havia defensores do isolacionismo rio-grandense que, portanto, tendiam mais a compartilhar a visão desse historiador. Nesse sentido é interessante atentar ainda para a apreciação de Scheidt em relação às pesquisas de Aurélio Porto nos arquivos oficiais e a obra de Varela, baseada em grande parte no arquivo farroupilha.

Esta política, entretanto, sofreu resistência entre os defensores da manutenção do isolacionismo do Rio Grande do Sul. Enquanto Vargas financiou a pesquisa de Aurélio Porto nos arquivos nacionais, Flores da Cunha, que seria destituído por Vargas em 1937 ao opor-se à ditadura do Estado Novo, deu recursos do estado para publicação da obra máxima de Alfredo Varela. Neste sentido, mais do que o resgate da verdade histórica, as diferentes versões da Revolução Farroupilha estavam relacionadas com as lutas políticas do momento histórico em que eram produzidas. (SCHEIDT, 2002, p. 199).

Apesar desse relativo apoio, a situação de Varela em relação ao IHGRGS se tornava muito desconfortável, e a perda de espaço junto aos membros dessa Instituição significava perda de espaço também em outras instâncias⁶⁹. A intensidade dos sentimentos que o movem nesse momento se reflete no tom forte e contundente com que se refere a seus confrades e ao próprio Instituto. Sem entrar nos detalhes desses conflitos, ressaltemos que o historiador vai se sentindo cada vez mais boicotado. Isso fica evidente na retórica peculiar do próprio:

[...] denuncia-me a brados tão gloriosa farda [Souza Docca], como um "brasílofobo" de marca. (VARELA, s.d., p. 37).

[...] não me orgulho de sentir o patriotismo sarnoso ou catinguento que embeleza, reclama, distingue, engrinalda o vistoso intendente da guerra. (VARELA, s.d., p. 37).

[...] com a insídia torpíssima de que valeram os acólitos do coronel sobredito, determinados a impedir que circulassem meus livros, na hora em que podiam ter melhor saída. (VARELA, s.d., p. 38).

Andam num tresvairo permanente os que me condenam e feracíssimos, porque não escrevi uma HISTÓRIA DA GRANDE REVOLUÇÃO, ad usum delphini. Isto é, para a leitura aprazível dos principótes de nossa bastarda, inepta democracia, e da sua aula de incensadores. (VARELA, s.d., p. 52).

⁶⁹ Vale lembrar que membros do IHGRGS também eram funcionários do Museu e Arquivo, como Alcides Maya, Eduardo Duarte e Aurélio Porto, além de secretários de Estado, como por exemplo Darcy Azambuja e Othelo Rosa.

Expilar desalmadamente, sempre; citar honradamente, nunca, ou o menos que for possível: eis o santo programa! Com êste cavalheiroso entretenimento, cerrar fileiras, numa zelosa empresa farisáica: a conspiração do silêncio, hoje notoríssima! (VARELA, s.d., p. 53).

Quando não baste outro gênero de banimento inflexível.
[...] a honrada companhia baixou preceito clandestino, vedando, por meio de indivíduos de sua dependência, que se facultasse livre circulação cômoda leitura de minhas letras históricas!!! (VARELA, s.d., p. 53).

De fato, no catálogo “A Imprensa e o livro do Pavilhão Cultural – 1835-1935” da Exposição do Centenário Farroupilha, o único livro do autor é a “História da Grande Revolução”⁷⁰. Nas palavras do próprio historiador:

Na casa editora, Exmo., regorgitam, em escaparates, as “novelas” memoradas e não há quem descubra um tomo sequer da POLÍTICA BRASILEIRA ou DUAS GRANDES INTRIGAS, REVOLUÇÕES CISPLATINAS, REMEMBRANÇAS e muito menos um volume de que adiante se vos fala!! À vista ÚNICAMENTE, porque fôra impossível banir a obra de tiragem recente e sob os auspícios do Instituto Guahybanoo!! (VARELA, s.d., p. 54).

O seu protesto, como vimos, tinha razão de ser. Realmente parecia notória uma certa desconsideração de sua obra.

Ainda como parte do calendário festivo do Centenário Farroupilha, realizou-se o Primeiro Congresso de História e Geografia Sul-rio-grandense.

Os assuntos abordados nas “teses e memórias” apresentadas no congresso tinham como fios condutores básicos dois assuntos: primeiro, a “formação do Rio Grande do Sul” e, dentro disso, o legado e causas da Revolução Farroupilha. No primeiro caso tratava-se de provar a incompatibilidade entre o caudilho platino e o gaúcho brasileiro, herdeiro dos costumes republicanos “da ordem e do trabalho”. No segundo caso, celebrava-se o sentido integrador da “rebeldia” farrapa, legitimando a projeção política do Rio Grande. Assim, a concepção predominante entre os historiadores reformulava a tese das especificidades históricas ligadas à condição limítrofe do estado, circunscrevendo o problema da fronteira ao papel desempenhado na preservação da “unidade portuguesa na América”. (NEDEL, 2005, p. 101).

⁷⁰ A obra aparece na seção de livros, e o expositor era a Livraria do Globo (p. 137). É o último item citado de uma lista de 70 obras. Nenhum título seu aparece em outros expositores. Em pesquisa realizada no Museu Histórico de Porto Alegre Moyses Vellinho sobre o Centenário Farroupilha, mais particularmente a respeito do pavilhão cultural, constatamos que Varela não foi citado. Além disso, também chama a atenção a ausência de seu nome nos artigos de jornal, diante da abundância de textos sobre o decênio farroupilha. O jornal analisado foi o Correio do Povo dos meses de agosto de 1935 a janeiro de 1936. Anúncios do “Res Avita”, como publicidade paga, só apareceriam no mesmo jornal em janeiro de 1936.

Alfredo Varela foi convidado, mas não participou, e o livro já referido, “Res Avita”, apesar de ter sido enviado, também não foi divulgado nesse momento:

Dera eu em tempo notícia da mesma, em carta de 6-VI-935, ao Dr. Eduardo Duarte. Como o secretário-perpétuo do Instituto me endereçasse convite para tomar parte no 2º Congresso de história, a reunir-se em Portoalegre, escusei-me de comparecer. “Contribuiria”, ali, por outro modo, conforme já comuniquei: “Estampo um tomo, do porte de minha HISTÓRIA, e com 563 págs. De texto, metade sôbre a grande Revolução. (VARELA, s.d., p. 231).

As discrepâncias com o Instituto e com os rumos dos preparativos dos festejos do Centenário também foram de outra ordem. Em carta a Florencio de Abreu, presidente do IHGRGS, transcrita em “Res Avita”, tecia comentários indignados acerca do que fora decidido: “[...] assentado ficou celebrar a gloria dos que se sacrificaram em prol da causa farroupilha, e tambem – assombro dos assombros! A dos que mais se lhes oppuzeram!” (VARELA, 1935, p. 292).

Mesclar na solemnidade proxima, os nomes de Bento Gonçalves, Netto, João Antonio, com os de Caxias, Araujo Ribeiro e quejandos, é um absurdo que transcende a todos os limites. (VARELA, 1935, p. 292).
Deliberamo-nos a erguer sobre os pavezes, os lendarios Farrapos e os mais graúdos caramurús!!! Exaltamos a acção benemérita de Bento Gonçalves e da ala de namorados da Republica, do Riogrande, e rendemos graças á acção que lhes mallogrou os estupendos esforços!!! A democracia gaúcha põe nos mesmos altares, os seus apóstolos armados e os da monarchia bragança!!! (VARELA, 1935, p. 293).

Reconciliação, união do Estado, e deste com o resto da Nação eram palavras de ordem no momento, por isso procurava-se ressaltar a figura de Caxias, o “grande pacificador”, e igualar as ações e bravura de líderes farroupilhas e imperiais. Como consequência, as moedas e os selos comemorativos emitidos refletiram essa mesma concepção. Nas palavras irônicas de Varela:

Serão sete as moedas emittidas. Nas mesmas, se a mais alta personificação do setembrismo obteve justo predicamento, que vemos, em seguida? Cabe o 2º lugar a Caxias, não a Jardim, a Netto ou a João Antonio. [...] logo, depois, a Bento Manuel, isto é, ao general a quem o duque accusa de manobras indignas para o depôr [...] 500 reis vale o impulchro guerreiro e 1 tostão menos o plutharchiano Almeida; bastante mais ditoso aliaz do que o aureolado vencedor de Seival e de S. Felipe: tem aquelle 400 réis e o proclamador da Republica nada mais do que 300!!! [...] passamos aos dos sellos [...] Caxias tem o primaciado (10.000 rs.) e Bento Gonçalves é transferido a posto subalerno (2.000 rs.); como sobreposto aquelle, ainda, a Garibaldi, o heroe sem par de ambos hemispherios (5.000 rs). (VARELLA, 1935, p. 293).

Isso era demais para o herdeiro e guardião da memória de Almeida, e ele protestava veementemente contra tal visão do “decênio heróico”. A despeito desse ambiente desfavorável, o fato é que o seu arquivo acabou no MJC e AHRGS. As circunstâncias que cercaram essa passagem de nível, do pessoal/individual ao institucional são tema do capítulo a seguir.

5 DE “ARQUIVO DO VARELA” A “COLEÇÃO VARELA”

O processo de incorporação desse patrimônio envolveu complexas negociações, devido às injunções descritas no capítulo anterior. Devemos lembrar que tanto a personalidade de Alfredo Varela e suas posições políticas, quanto a natureza do seu acervo estavam diretamente relacionados com essas circunstâncias.

Neste capítulo procuramos compreender essas negociações e a inserção desse acervo numa instituição pública, pensando essa incorporação sob a óptica de uma discussão teórica que envolve aportes da Arquivologia e da História. Abordamos, então, de forma exploratória, a relação existente entre a constituição dos arquivos, a história, a memória e a identidade rio-grandense.

Como lembra Hobsbawn,

a história que se tornou parte do cabedal de conhecimento ou ideologia da nação, Estado ou movimento não corresponde ao que foi realmente conservado na memória popular, mas àquilo que foi selecionado, escrito, descrito, popularizado e institucionalizado por quem estava encarregado de fazê-lo. [...] Todavia, todos os historiadores, sejam quais forem seus objetivos, estão envolvidos neste processo, uma vez que eles contribuem, conscientemente ou não, para a criação, demolição e reestruturação de imagens do passado que pertencem não só ao mundo da investigação especializada, mas também à esfera pública onde o homem atua como ser político. (HOBSBAWN, 2006, p. 21-22).

Seguindo as reflexões do autor, observamos que, desde o seu início, antes mesmo da conservação por Domingos José de Almeida, continuada por Varela, a trajetória desse conjunto documental sempre teve implicações públicas, eminentemente políticas. Isso se deu, em parte, devido a sua forte marca de referencial identitário. Por isso, foi importante o fato dela ter-se tornando efetivamente pública e é o final desse processo que passamos a acompanhar.

Para acercar-nos do tema, cabe abordar, inicialmente, algo da legislação a respeito do patrimônio histórico cultural na época e, portanto, da regulamentação das doações ou aquisições de bens considerados valiosos para a memória nacional, e, ainda, a documentação que envolveu esse caso em particular.

5.1 A doação

Apesar da discussão sobre patrimônio ter ganhado fôlego nas décadas de 1920 e 1930, isso não redundou de imediato numa regulamentação. Uma das principais preocupações era a saída dos objetos de arte do país:

Essa atitude esquizofrênica em relação às obras de arte e elementos construtivos arquitetônicos – que não deveriam sair das fronteiras do país mas poderiam ser retirados de seus edifícios de origem para serem incorporados a residências particulares –, reflete-se também nos primeiros projetos de lei relativos à proteção do patrimônio ao longo da década de 1920. (PINHEIRO, 2006, p. 7).

É interessante atentar para o que aponta a autora, pois reflete o pensamento predominante na época em relação às coleções particulares de bens considerados patrimônio artístico-cultural, em que o direito à propriedade privada desses bens não era de nenhum modo questionada. O que nos leva a pensar nas referências de Varela à “sua” coleção, “seu” arquivo e às possibilidades de fazer com ele o que lhe aprouvesse.

Entretanto, as iniciativas preservacionistas vão, aos poucos, conquistando um certo espaço, alguns projetos são apresentados no Congresso, o governo federal cria a Inspetoria dos Monumentos Nacionais (1934) e o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1936) e São Paulo cria o Departamento Municipal da Cultura. Nesse mesmo período, é promulgada a Constituição Federal de 1934, que no capítulo 2, da Educação e da Cultura, trazia: “Cabe à União, aos Estados e aos Municípios favorecer e animar o desenvolvimento das ciências, das artes, das letras e da cultura em geral, proteger os objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do País, bem como prestar assistência ao trabalhador intelectual”. Uma lei mais abrangente seria decretada em 1937, o Decreto-lei Nº 25, mas então a coleção já fazia parte do acervo do Arquivo.

Esse contexto, em que a legislação era ainda muito incipiente, reflete-se na própria escassez de documentos que tratam da doação da Coleção. Os documentos referentes a essa transferência, encontrados principalmente no Museu Júlio de

Castilhos são poucos, mas é possível que existam outros em arquivos pessoais das autoridades envolvidas, e certamente no arquivo pessoal de Varela⁷¹.

É muito provável que a Coleção, ou parte dela, tenha acompanhado o historiador e diplomata nos constantes deslocamentos pelo Brasil e exterior, já que em parte de sua obra escrita fora do país faz referência a esses documentos. Mas é quando são lançados os seis volumes da “História da Grande Revolução” e seu autor parece ter cumprido sua principal missão, que o destino desse acervo passa a se tornar um problema bastante relevante. Aliado a isso, a idade e os problemas de saúde, que começavam a afetá-lo com mais intensidade, ou seja, a noção de que não lhe restava tanto tempo, faziam com que se agudizasse a consciência da importância histórica desses papéis.

Nas já citadas “Res Avita” e “Solar Brasília”, duas de suas últimas obras, ele fazia muitas referências a seu arquivo. Especialmente na segunda, em que, em meio as suas disputas com o IHGRGS, relatava as negociações com o governo do Estado para a doação. Esses livros forneceram dados ou pistas importantes sobre essas transações⁷².

Com base nisso, temos informações de onde a coleção se encontrava nos anos imediatamente anteriores à sua doação (1936). A primeira é de que permaneceu por um período depositada no MJC. Em carta de 30 de maio de 1935, o diretor da instituição dá conta do recebimento de documentos de Varela:

Levo ao vosso conhecimento que foram entregues nesta Repartição quatro volumes contendo peças do vosso arquivo e que, conforme desejo que manifestastes, serão aqui guardados enquanto não mandardes o contrario. Outrossim, podeis estar certo de que esse material, depositado na sala que guarda o arquivo historico do Estado, está em inteira segurança e ao abrigo de qualquer incidente⁷³.

Nessa mesma ocasião, fazia uma considerável doação de peças ao Museu, como foi mencionado em capítulo anterior. A peça mais destacada era a porcelana, que teria pertencido a Abrilina de Almeida. Complementando essa oferta, alguns

⁷¹Esse último, se existe, o que é um hipótese bastante plausível, não foi localizado durante a elaboração deste trabalho.

⁷² Quando cotejadas com outras fontes as informações contidas nesses livros provaram ser bastante consistentes, por isso consideramos que sejam muito úteis para se estudar esse processo.

⁷³ Carta (cópia) do diretor do MJC a Alfredo Varela de 30/05/1933. Offícios Expedidos 1933-1936, p. 65, MJC.

dias depois, com mais alguns objetos, todos referentes à Farroupilha, ele salientava que essas peças poderiam contribuir para as comemorações do Centenário.

Em carta de agradecimento ao doador, o diretor destacava o valor histórico das peças e valorizava seu gesto:

Esta diretoria sente-se devèras penhorada pelo vosso nobilitante gesto e auxilio que vindes prestar ao trabalho que aqui se está fazendo em relação às cousas do famoso levante de 1835-45, pois que, entre os objetos constantes da doação em apreço, não poucos são os que recordam aquele épico decenio que assinala movimentado capitulo da historia regional⁷⁴.

Em outra correspondência, referia à intenção de que esses objetos pudessem vir a “figurar, em momento oportuno, na projetada sala farroupilha desta Repartição.” (carta de 22/05/1933, p. 66). E, ainda, em comunicação do recebimento dessa contribuição ao Secretario do Interior e Exterior comentava, voltando à peça que teria pertencido a Bento Gonçalves:

Entre esses objetos tem remarcado destaque um prato a fantasía, outróra pertencente à baixela de Bento Gonçalves e que, perfeitamente identificado, fôra oferecido àquele compatricio por descende do caloroso chefe do épico levante.
Atinente ainda ao memoravel decenio, de grande numero de peças se compõe a doação, e entre essas relewa notar, igualmente, fotografias de figuras de vasta projeção no cenario daqueles tempos.
Todas essas peças estão sendo incorporadas às respectivas coleções da casa⁷⁵.

Recordemos os aspectos levantados no capítulo anterior sobre o valor que essas peças teriam para o seu colecionador e, quando incorporadas ao acervo do Museu, também para essa entidade, que ao possuí-las e destacá-las acrescentaria a si própria qualidade e legitimidade. (HEYMANN, 2008, p. 9). Como reflete Regina Abreu, ao analisar a coleção Miguel Calmon no Museu Histórico Nacional,

Essa relação estreita, possuidor-original-doador-objeto reforçaria a aura do objeto, quase sempre associado a alguma grande personalidade ou pessoa exemplar. Após ter ingressado no museu, o objeto permaneceria, desse modo, associado ao possuidor original e/ou ao doador, como representação particular da pessoa além da morte, uma relíquia. O doador nesse contexto, seria também um primeiro conservador, pois, percebendo certo valor simbólico do objeto, teria decidido conservá-lo, para mais tarde

⁷⁴Carta (cópia) do diretor do MJC a Alfredo Varela de 10/05/1933. Officios Expedidos 1933-1936, p. 59, MJC.

⁷⁵Carta (cópia) do diretor do MJC ao Secretario de negócios do interior e exterior de 11/05/1933. Officios Expedidos 1933-1936, p. 60, MJC.

depositá-lo num museu de sua confiança, uma instituição capaz de conservá-lo para a eternidade. (ABREU, 1994, p. 211-212).

Essa reflexão pode ser aproximada do caso em pauta, e para compreendermos o que ocorreu a seguir é importante lembrar a situação, relatada no capítulo anterior, que se estabeleceu em relação a Varela dentro do contexto do Centenário Farroupilha. Entretanto, pelo que podemos inferir através do que o próprio relatava sobre o episódio, talvez ele pensasse que ainda pudesse se inserir nessa celebração de outra forma. E isso seria através da doação do seu acervo, que reputava como “o melhor dos monumentos comemorativos”. Ao que parece, sua expectativa quanto à receptividade por parte do governo de sua oferta era bastante grande, como deixava transparecer em telegrama enviado a Darcy Azambuja, Secretario de Estado do Interior e Exterior:

Em mensagem ao Exmo. Sr Governador e a V.E. comuniquei haver posto à disposição de nosso Arquivo Público, o que organizei em mais de meio século de puro devotamento cívico. A doação era gratuita, mas condicional: o Estado se obrigaria a mandar-me, com o recibo de tais preciosidades, uma lista especificadíssima das mesmas.

Apressei a dádiva, na certeza de que constituiria o meu sobredito e venerando tesouro, a máxima curiosidade ou o objeto do mais vivo interesse, no certame farroupilha instaurado a 20 de setembro último. Persuadido ainda, Exmo., de que a transferência de tamanhas relíquias se efetuará com uma grande, imponente, nunca vista solenidade, tradutora de nosso unânime respeito, culto férvido pelo que mais representa, hoje os pensamentos, anhelos, sacrifícios de nossos egrégios maiores: assim persuadido, (eu dizia) tratei de escolher sítio adequado para início do previsto cortejo cívico.

Jaguarão, o antigo Serrito, foi o vero centro da conjura libertadora, a partir da hora em que Bento Gonçalves assumiu a chefatura do magno sucesso em preparo. Mais ainda: num rasgo homérico, grangeou a glória insigne de haver sido a sua edilidade a primeira que aderiu ao grito da República, dado em Seival, por Neto [...]

Coubesse pois à gente dali a honrosa tarefa de entregar à mais grada representação de nossa Pátria nativa, o que coligi em tantas décadas; escolhendo eu, para desempenhar o pio encargo, a um dos mais dignos médicos da Capital, oriundo de família de nome histórico: [...] (VARELA, s.d., p. 24-25).

Com esse objetivo, ou seja, a entrega solene da sua coleção numa cerimônia em Jaguarão, sua terra natal, e com a presença do governador do Estado, ele mandaria retirar o acervo que se encontrava depositado no MJC:

Ilustre Compatricio:

A Repartição que em boa hora lhe foi confiada incumbiu-se mui gentilmente do depósito e guarda de meu archivo historico, em 20 de maio de 1933. Conforme documento de nº 57, dessa data, consta o mesmo

depósito de quatro (4) caixas, e como, em comunicação ao Exmo. Sr. General-Presidente do Estado, eu dou o definitivo destino a essa preciosa collecção, rogo a V.E. a entregue ao Dr. Estevão Junot Barreiros, que me representará para todos os efeitos, com assistencia do Sr. Deusino Varela. Confiro a ambos os necessarios poderes, para assignarem por mim os recibos que exija o Museu, como para tudo quanto for mister na transferencia que faço, do sobredito archivo, eterno desvelo e mimo de meio seculo de labuta.

Muito agradeço a essa benemerita instituição a bondade que me liberalizou, valendo-me do ensejo para dizer-lhe que fico a suas inteiras ordens, como para manifestar a V.E. os protestos de minha respeitosa consideração⁷⁶.

Mas o governo do Estado não pareceu interessar-se pelo assunto, e Varela queixou-se amargamente em telegrama enviado a Azambuja:

O Estado nem se dignou de mandar-me uma linha que fosse, a respeito da espontânea liberalidade, [...] se esquivou de responder a 2 telegramas do meu mais graduado procurador[...] para combinar a forma de ideada entrega.

[...] um respeitoso, quão tênue reparo [...] Nossa alta regedoria tem consumido valiosos cabedais, em festejos ou comemorações de tipo material, a fim de que 1835 seja lembrado condignamente. Olvidou-se, porém, de que, motu-próprio e sem despesa alguma para o nosso desfalcado erário, sem pêso algum para nossa empobrecida economia; sem ônus efetivo, algum, eu lhe ministrava o mais belo meio de homenagear os heróis do áureo decênio.

Exmo. a alma imortal daqueles sublimes paladinos eu vô-la quis entregar, na mais segura, fiel de suas emanações, e recebestes a fina oblação, como já relatei e não quero comentar!! (VARELA, s.d., p. 25-26).

O arquivo, frente ao malogro da pretendida cerimônia, seguiu então para São Paulo, onde ele se encontrava no momento.

Ciente da fabulosa, mui sacrílega indiferença ou menosprêso, requeri ao Dr. Estêvão Junot e a Deusino Varela, meus benignos, generosos representantes em Portoalegre, me expedissem logo para aqui, o meu valioso arquivo, por ser-me impossível fazer a doação imaginada, sem tomar precauções contra a malevolência humana. Já o tenho perto de mim e cogitei de lhe dar outro destino. Hesito, porém, ainda, temeroso de privar de um tão precioso espólio, o nosso Rio grande, inocente do que fazem em seu nome. [...]

Diga-me se o Govêrno quer ou não quer, as minhas coleções. No caso afirmativo, expeça ordem a alguém para as receber, depois de feita e entregue, por conta do Estado, a lista que reclamei. A decisão eu a espero dentro de 15 dias, por via telegráfica ou aérea. Se não me chegar, ficarei livre para agir como entenda melhor. (VARELA, s.d., p. 26-27).

Já em São Paulo, enquanto as negociações com o governo do Estado não pareciam progredir, o acervo permanecia em depósito no Museu Paulista, este sob

⁷⁶ Carta de Alfredo Varela ao diretor do MJC. Lisboa, 30/05/1935. Officios Recebidos 1933-1936, p. 275, MJC.

direção de Alfredo Taunay, renomado historiador, amigo de Varela. Porém, num encontro entre os dois, quando foi citado o referido arquivo, Taunay mencionou que se estaria comentando que ele ter-se-ia “apoderado de peças de arquivos de algumas paróquias” (VARELA, s.d., p. 67). O protesto foi veemente:

Dessa nojenta vasa nada me espanta agora. O que me sobremaravilha, ilustre Dr., é que mente afeita á exegese não percebesse, num relance, o grau de toleima, de irracionalidade que há, na balela com que conspurcou os seus lábios e revoltou meus ouvidos. “Arquivos de paróquia”!!! Se os dos mais topetudos Estados andam como sabe, os de nossos principais municípios (não o ignora também) distinguem-se pela pobreza franciscana e nada mais. É de imaginar-se, amigo, o que tais coleções representariam, se pudessem existir, nas sobreditas paróquias... Nelas subsiste apenas o arquivo eclesiástico; subsistia, direi melhor, porque, no sul ao menos, o arcebispo monopolisa hoje a renda que tais papeladas asseguram e que centralizou nos tombos da mitra.

Que lhe direi, Dr. Taunay, quanto ao que concerne a cartórios ou conservatórias de nossas miseráveis freguezias?! Andam por éstes os genealogistas, exempli gratia, Aurelio Porto; não os historiadores pátrios. E o mais obscuro dêles soube alhures “procurar”, também soube achar, qual verificará na soberba *Coleção Abrilina*, onde se não encontra UM SÔ documento de tal procedência, como por igual nas minhas obras. Nem das freguezias, nem dos municípios, exceto no que se referem ao Alegrete; lugar em que Frederico Ortiz, meu amigo e compadre, efetuou pesquisas constantes em larga cópia manuscrita, da mencionada Coleção, último códice.

Quem se apresenta nos cosmos das letras, com as riquezas bem havidas que doe ao Arquivo público do Riogrande e se acham em depósito no Museu paulista; quem assim dispõe de uma opulenta messe, a respigar nas fantásticas seáras paroquiais!! (VARELA, s.d., p. 68-69).

Como fica evidente, a acusação causou-lhe uma profunda indignação, que o levou a quase romper com o amigo. Compreensível, se pensarmos na situação desfavorável que se criara em torno dele. E, talvez, se em algum momento pensara em deixar seu arquivo onde se encontrava no momento (o Museu Paulista), deve ter mudado de idéia, ainda que depois se reconciasse com Taunay.

Ainda cogitando sobre os destinos diferentes que poderia ter tido esse conjunto documental, avaliamos a possibilidade de que fosse incorporado ao IHGRGS. Em carta ao Presidente da entidade, transcrita em “Res Avita”, apesar do tom indignado do autor, transparece a possibilidade de que em algum momento Varela tivesse cogitado essa idéia:

Estava disposto a convidar o Instituto, no dia 30 de abril, [...], para que visse o meu archivo, organizado em meio seculo de labuta. Em face das últimas deliberações da illustre assembleia, julgo mais de azo inquirir se não é opportuno fazer, com a soberba colleção, um auto-da-fé.[...]

A verdade, por certo, não é a que se compendiou em cinquenta annos de estudo, com base naquella documentação. Para nada serve ella: que o fogo a purgue, para que não triunphe a *mentira* em livros porvindouros. A pura *verdade*, a eterna *verdade*, essa, vae ter symbolos appropriados, nas moedas e sellos do vinmdouro centenário. (VARELA, 1935, p. 294, grifo do autor).

Mas como a relação do historiador com o Instituto tornou-se extremamente difícil, a desconfiança do que pudesse acontecer com seu acervo não só eliminou totalmente essa possibilidade, como ainda fez com que ele exigisse do governo do Estado a garantia de uma relação minuciosa do que seria doado, oficialmente emitida.

Há quem assoalhe ser hábito de um notado escritor sul-americano, o destruir nos arquivos, tôdas as peças adversas à sua tese histórica predileta. Ora bem, gatinha do santo escrúpulo memorando entregar-se-ia com gôsto a semelhante profanação, e com êsse fundado receio, Exmo., resolvi doar minhas coleções, desde que o Govêrno me desse recibo, com uma lista dos autógrafos e folhas-públicas entregues, com absoluto desinteresse, ao nosso Archivo-público. Entenderam os altos poderes corresponder à oferta, com o silêncio, o descaso; facto é de adir-se. (VARELA, s.d., p. 56).

Novamente a menção ao desinteresse dos órgãos públicos. Entretanto, em janeiro de 1936 eram retomadas as negociações com o governo do Estado, por meio do secretário Darcy Azambuja, que em telegrama de fevereiro desse mesmo ano, além de outros assuntos, como a política estadual e o IHGRGS, tratava da doação:

Quanto à doação de seu formidável arquivo, e o implemento da condição imposta e que eu desconhecia, entendi-me com o nosso brilhante confrade Othelo Rosa, a cuja Secretaria está subordinado o Museu, e que já tomou severas providências das quais êle próprio, em carta lhe dará ciência. (VARELA, s.d., p. 75).

Posição oficial confirmada em telegrama posterior do mesmo remetente:

Govêrno Estado aceita a doação do importantíssimo arquivo histórico que organizastes em longos annos de estudo e amor ao nosso passado. O vosso gesto de exemplar civismo e alto desprendimento mais recomendará á gratidão e ao respeito dos vossos compatriços o nome ilustre do propecto historiador. Govêrno designou Dr. Eduardo Duarte para receber arquivo, cumpridas integralmente as justas condições que indicastes pt. Estado deseja atender a tôdas e quaisquer despesas transporte. Aceitai desde já, por meu intermédio, a expressão do reconhecimento do Rio Grande, por mais este valioso serviço que nobremente lhe prestais. (VARELA,s.d., p. 75-76).

Encarregado de receber o arquivo, Eduardo Duarte encontrava-se em São Paulo, em junho desse mesmo ano, como consta do relatório de 19-06-1936.

Dia a dia, se afirma a pujança do arquivo histórico do Museu Júlio de Castilhos.

Agora mesmo acaba de ser ele enriquecido com a valiosa doação feita pelo dr. Alfredo Varela, de seu arquivo, repositório precioso de papéis sobre a jornada farroupilha, por aquele historiador utilizado na elaboração de sua obra “A história da Grande Revolução”.

É uma aquisição que virá servir às finalidades deste Departamento.

Para recebe-lo, como é de vosso conhecimento, o Governo do Estado comissionou o dr. Eduardo Duarte, diretor Deste Departamento, que presentemente se encontra em São Paulo⁷⁷.

O recebimento da coleção pelo departamento de história nacional, na figura de seu diretor Eduardo Duarte foi comunicado em correspondência oficial ao diretor do Museu e ao Secretário da Educação⁷⁸:

Snr. Diretor.

Tenho a honra de apresentar-vos a relação, em duplicata, do material recém incorporado a este departamento e constante da oferta feita pelo sr. Dr. Alfredo Varela de seu precioso arquivo histórico.

Esse valioso acervo deverá ser, em tempo, catalogado por sumula, como foi feito com a rubrica Assuntos Militares; entretanto, relacionado como está, o consulente encontrará relativa facilidade na pesquisa do documento desejado.

Consta o arquivo de 10.652 peças, sem contar os jornais, que são em elevado numero. Entre estes releva notar uma coleção do “Diário de Porto Alegre”, 1827, o primeiro jornal que apareceu nesta cidade. Não é preciso encarecer o valor dessa coleção, a única que conhecemos em que deve ser imediatamente encadernada para preservá-la do ataque da traça, o terrível agente de destruição dos velhos arquivos⁷⁹.

Dessa carta, vale ressaltar neste momento, pois posteriormente retornaremos a ela, que reconhecia o valor do acervo, mas destacava o “Diário de Porto Alegre”, talvez por sua antiguidade e raridade. Ou, talvez, é isso é uma simples conjectura, o tema do “decênio heróico”, nesse momento em particular, pós Centenário, já estivesse um pouco saturado, visto o grande número de eventos e publicações referentes a ele ocorridos nesse período.

⁷⁷ “Relatório do Museu Júlio de Castilhos correspondente aos anos de 1935 e 1936 até 15 de junho.” 19-06-1936 (cópia) p. 3 do Relatório. Offícios Expedidos 1933-1936, p. 320, MJC.

⁷⁸ Carta (cópia) de 24/09/1936 do diretor do MJC ao Secretário da Educação: “Tenho a honra de remeter a Vossencia, com a informação do Diretor do Departamento de Historia Nacional do Museu Julio de Castilhos, o catalogo do Arquivo Varela, entregue ao Departamento de Historia Nacional do referido Instituto”. Offícios Expedidos 1933-1936, p. 357, MJC.

⁷⁹ Carta (cópia) de Eduardo Duarte ao Diretor do MJC, de 23/09/1936. Offícios Expedidos 1933-1936, p. 356, MJC.

Quando iniciamos o trabalho, chamou-nos atenção uma certa contradição. Algumas pessoas diziam que essa coleção fora comprada pelo Estado, mas os livros de Varela falavam de doação. Durante a pesquisa não encontramos em nenhum momento menção alguma à compra desse acervo. A confusão talvez tenha sido suscitada pela apresentação do segundo volume dos Anais, em que é utilizada a palavra “aquisição”⁸⁰. Neste caso podemos pensar que aqui fosse utilizada no sentido de incorporação e não de compra, como aparece no relatório acima citado, e que mais tarde foi adquirindo a conotação de compra.

As circunstâncias conturbadas que envolveram o processo de transferência da Coleção Varela foram em parte evidenciadas neste capítulo. Circunstâncias especiais fizeram com que esse acervo passasse a uma instituição pública, mas ele poderia ter tido outro destino. Não é descabido imaginar que ele fosse incorporado ao acervo do IHGRGS, se Varela não estivesse em franca divergência com a Instituição no momento, ou ter sido legado a algum herdeiro intelectual, ou mesmo ter ficado no Museu Paulista, onde esteve depositado por algum tempo. Essas suposições nos remetem a um problema importante quando se trata do patrimônio histórico cultural que se encontra em mãos privadas. A reflexão de Prochasson, ainda que se refira à França, parece se aplicar perfeitamente à realidade brasileira:

Nenhum prazo legal é estabelecido pela lei, e não existe nenhuma obrigação, para o proprietário, de depositar seu arquivo numa instituição pública. A legislação atribui portanto um poder considerável ao detentor do arquivo privado, que se torna assim o parceiro principal do pesquisador (ou do conservador que recupera o arquivo por doação, legado, depósito ou compra), quando não se arvora, ele próprio, em produtor de história. (PROCHASSON, 1998, p. 106).

A despeito dessa permissividade legal, o fato é que, no caso da Coleção Varela, tratou-se efetivamente de uma doação que felizmente, para as gerações que desse “tão precioso espólio” se valeram e se valem para seus estudos e fazem dela seu patrimônio comum, acabou se concretizando dentro do território a que pertenciam esses documentos. Certamente para o pesquisador ou cidadão rio-grandense, o acesso a essa coleção tão importante para sua história seria muito mais complicado se tivesse tido algum dos outros destinos hipoteticamente

⁸⁰ “[...] foi parar nas mãos de Alfredo Varela, que por seu turno, a enriqueceu com novas aquisições. Finalmente, em 1936, o Governo do Estado a adquiriu, assim preservando, para a posteridade, um acervo documental magnífico e insubstituível para o estudo do decênio farrapo. Moacyr Domingues, diretor, Apresentação do segundo volume dos Anais.” (ARQUIVO, v. 2, 1978, p. 9).

apontados. Nesse sentido podemos pensar num dos mais importantes princípios arquivísticos, que vem complementar o da proveniência, o princípio da territorialidade. Couture e Rousseau, ao abordarem a relação entre esses dois princípios, constatam que “para que os arquivos permaneçam vivos e sejam utilizados e melhor entendidos, eles devem, o mais possível, ser conservados nos meios donde emanam ou que influenciaram a sua produção.” (1998, p. 86). Temos então que o princípio da territorialidade “estipula que os arquivos deveriam ser conservados nos serviços de arquivo do território em que foram produzidos”. (1998, p. 87). E reforçando essa idéia, no plano regional, “prevê que os arquivos, reflexo e emanção de um dado território, pertençam de direito à sociedade que lhes deu origem, e sejam conservados onde foram criados.” (1998, p. 88). E é sobre esse pertencimento que Varela meditava quando negociava o destino de seus papéis: “cogitei de lhe dar outro destino. Hesito, porém, ainda, temeroso de privar de um tão precioso espólio, o nosso Rio grande, inocente do que fazem em seu nome [...]” (VARELA, s.d., p. 26).

É importante notar, ainda, que o nome com que esse acervo passou a figurar no contexto institucional variou com o passar do tempo. Não sabemos em que momento se deu a mudança de nome de “Arquivo Varela”, como consta no primeiro catálogo e nas primeiras correspondências depois da incorporação, para “Coleção Varela”, como é conhecido atualmente. Entretanto, como já foi mencionado anteriormente, existiu também uma outra denominação: “Coleção Abrilina”.

A homenagem que Varela quis prestar à herdeira de Almeida e afilhada de Bento Gonçalves, cuja memória tentou perpetuar nomeando de “soberba Coleção Abrilina” parte de seu acervo, não encontrou eco no Museu e Arquivo.

Organisei um vero thesouro, a que uma alma dadivosa opulentou sobremaneira, fazendo-me o regio presente do que herdara e constituia o maior dos archivos extremelhos, na orbita particular. (VARELA, 1935, p. 40).

A memória dessa denominação acabou sendo apagada, assim como a sua identificação com esse acervo, tanto que hoje nenhuma das pessoas com que conversei para a realização desta pesquisa associaram essa coleção à Abrilina de Almeida. Algumas razões podem ser cogitadas para que isso acontecesse, entre

elas estaria o próprio contexto em que esteve inserido todo esse processo e a memória farroupilha que, com seu novo panteão, estava se tornando hegemônica.

Por outro lado, também causaria estranhamento, a quem não estivesse familiarizado com a natureza desse acervo, que na Coleção Varela não se encontra a documentação de Alfredo Varela e sim da Revolução Farroupilha, especialmente a de Domingos José de Almeida. Indo um pouco mais longe, então, é possível pensar que uma boa parte do legado farroupilha, com tudo que isso implica de memória e identidade, está intimamente associada a Alfredo Varela. E, ainda que sua obra não seja tão lida hoje em dia, e suas posições consideradas em grande medida superadas, é impossível não passar pelo seu acervo para estudar esse período e, portanto, também impossível deixar de evocar o seu nome.

Luciana Heymann, no artigo em que reflete acerca da produção de legados, nos aproxima de alguns aspectos dessa questão. A autora esclarece que a sua conceituação de legado procura ir além da acepção mais comum, que estaria vinculada “aos princípios da ação política e às realizações que caracterizam a atuação pública dos personagens” e o caracteriza como “investimento social por meio do qual uma determinada memória individual é tornada exemplar ou fundadora de um projeto político, social, ideológico etc., sendo, a partir de então, abstraída de sua conjuntura e assimilada à história nacional”. (HEYMANN, 2005, p. 2).

Apesar da autora referir-se à produção de legados de personagens individuais e dos lugares que abrigam essas memórias (a Coleção Varela não teria exatamente essas características), os aportes que traz, a partir de uma leitura de Koselleck, são um interessante ponto de partida para pensar esse acervo.

A produção de um legado implica, de fato, na atualização (presente) do sua constante rememoração (futuro). As ações que tomam os legados históricos como justificativa, sejam elas comemorações, publicações ou a organização de instituições alimentam o capital simbólico de que são dotados, um capital que carrega em si o atributo da continuidade, da sobrevivência ao tempo. (HEYMANN, 2005, p. 4).

Não é uma memória individual de Alfredo Varela e sua exemplaridade como personagem público que a Coleção atualiza, mas a exemplaridade de uma época modelar e heróica, anterior a sua própria existência, mas da qual também participa como herdeiro e divulgador. Nesse sentido, parece pertinente a observação da autora quando diz que

a experiência singular a qual se associa a noção de legado é investida de uma exemplaridade que faz com que seja possível resignificá-la ao longo do tempo, com sentidos que variam e se renovam, num processo em que o próprio legado é alimentado e ganha fôlego, sendo preservado juntamente com os agentes que a ele se associam. (HEYMANN, 2005, p. 4).

A obra do historiador também ressignificou esse legado, e ainda que não seja nosso objetivo analisá-la, cabe um comentário a esse respeito. Como vimos no capítulo anterior, a “História da Grande Revolução” foi uma obra que causou bastante impacto na época, fosse pelo aporte que trouxe, já que apoiada num grande volume documental, fosse pela polêmica que suas teses causaram. O fato é que, como refere Jaisson Oliveira da Silva:

Na mira da crítica feroz ou dos apreços elogiosos, Varella havia conseguido que sua História repercutisse e alcançasse os anseios de um público. E quiçá mais que isso, conseguiu alimentar um estilo historiográfico híbrido e reforçar uma construção simbólica do povo sulino com marcas épicas que engendraram a representação de um tempo pleno, um tempo de ruptura e de abertura a uma alteridade não apenas do passado, mas do futuro. Uma operação historiográfica partilhada entre a ambição veritativa e a razão estética, coadunadas num amálgama narrativo concebido sob o eternizar da matéria e da forma historiográfica. (SILVA, 2010, p. 184).

Poderíamos acrescentar que atualmente, em função, também, dessa “ambição veritativa”, toda a historiografia rio-grandense acaba por, constantemente, ressignificar a própria Coleção Varela.

5.2 A Coleção Varela no Museu Júlio de Castilhos e no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

Com o acervo incorporado ao museu, passamos a pensar em que tipo de tratamento sofreu e quais foram as políticas de acesso a essa documentação. Mas isso implicaria numa extensa pesquisa que não foi possível realizar no âmbito deste estudo. Entretanto, a carta de Eduardo Duarte ao diretor do MJC, transcrita na parte anterior, nos dá algumas pistas do que se pensava sobre isso logo após o seu ingresso.

Em primeiro lugar, parece ter havido, como constatamos também através do catálogo da doação, uma verificação minuciosa do número de documentos e de jornais doados. Depois, apontava-se para a preocupação com a descrição, que deveria seguir os moldes do que fora feito na rubrica assuntos militares, assinalando

o catálogo mencionado como um instrumento de pesquisa de relativa facilidade para o consulente. Consulentes esses que eram exclusivamente pesquisadores e, é de se supor, de um círculo bastante restrito. E ainda podemos perceber uma preocupação com a preservação, no caso mais voltada para a coleção do Diário de Porto Alegre.

Essa primeira aproximação nos remete a uma questão que apenas apontaremos, pois requereria uma discussão de maior fôlego e um estudo mais detalhado, que não puderam ser completados neste trabalho. Considerando que não se trata de seus papéis pessoais, a doação de Varela seria uma coleção típica ou teria em seu acervo conjuntos documentais com características de arquivo? Na primeira hipótese teríamos que, segundo Ducrot, “uma coleção de documentos históricos não constitui um fundo de arquivo, pois foi criada de maneira artificial, segundo os critérios determinados subjetivamente por quem os reuniu”. (DUCROT, 1998, p. 158). Isso parece condizer com o acervo estudado, mas não podemos esquecer que, por tratar-se em parte da documentação administrativa da República Rio-grandense, tem também características de documentos de arquivo, ou seja, aqueles “produzidos por uma entidade pública ou privada ou por uma família ou pessoa no transcurso das funções que justificam sua existência como tal, guardando relações orgânicas entre si. Surgem pois por motivos funcionais administrativos e legais”. (BELLOTTO, 2004, p. 37). Schellenberg propõe também uma distinção na constituição das coleções privadas. Segundo o autor, as coleções de papéis privados podem ser, de acordo com a maneira que se constituíram, naturais (ou orgânicas) ou artificiais. As coleções naturais seriam “aglomerados de material documentário que se formam no curso normal dos negócios ou da vida de entidades privadas – individuais ou coletivas – como firmas comerciais, igrejas, instituições ou organizações”. São produto de atividade orgânica, portanto nascem de maneira idêntica aos grupos de arquivos.

As coleções artificiais são “constituídas depois de ocorridas as ações que se relacionam, não concomitantemente, e em geral derivam de diversas fontes, e não de uma única”. A probabilidade de uma coleção ser artificial cresce quanto mais antigos forem os documentos que possui. Nas mais recentes, muitas vezes é possível que permaneça um certo arranjo que possa refletir uma atividade prolongada.

A necessidade de distinção dos tipos de coleções é reforçada pelo autor, pois “quanto mais a coleção é o produto de atividades contínuas, mais importante é o seu arranjo original e mais própria se torna a aplicação do princípio básico da arquivística da ‘proveniência’”. (SCHELLENBERG, 2004, p. 270-271).

A percepção desse conjunto documental ora como coleção, ora como arquivo certamente pode ter tido implicações importantes na abordagem do tratamento documental a que foi e vem sendo submetido, mesmo antes de sua incorporação ao Arquivo Histórico.

Na década de 1950, MJC e AHRGS se separaram e a Coleção Varela passou a integrar o acervo, como já se sabe, desse último, vindo a sofrer as vicissitudes pelas quais passou toda a Instituição, principalmente as constantes mudanças de sede. Não sabemos se foi logo rearranjada ou se permaneceu do modo como foi doada. Entretanto, em conversa já referida com o professor Moacyr Flores, que é um profundo conhecedor dessa coleção, e participou da edição do primeiro volume dos Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, referente a Coleção Varela (vol. 2), ele comentou que nesse momento se encontrava “em pastas com o conteúdo sem uma ordenação, com o material misturado” e não descartava a hipótese de que fosse a organização que havia sido dada por Varela “pela maneira como estavam as pastas”, mas acrescentou também que os documentos haviam sido “muito mexidos”. Mencionou ainda que para iniciar o trabalho de transcrição para a referida edição foi necessário reorganizá-la toda. Também referiu a possíveis desmembramentos e incorporação de documentos em outros fundos.

Outra mudança importante foi o envio da maior parte dos jornais desse acervo para o Museu da Comunicação Hipólito José da Costa, quando este foi inaugurado na década de 1970. Não é objetivo deste trabalho avaliar o tipo de tratamento documental que sofreram os documentos. Estes comentários procuram apenas chamar a atenção para a importância de um estudo da trajetória desse conjunto documental dentro das instituições que o acolheram, para que se possa compreender, a partir da história das intervenções que sofreu, como ele se constituiu no que é atualmente. Pois, como lembra Luciana Heymann,

a percepção dos mecanismos de conformação dos acervos no ambiente das instituições de memória tem como maior dividendo arejar o debate e estimular a reflexão sobre o fazer arquivístico. Não se trata, necessariamente, de abrir mão de princípios, mas, antes, de empregá-los de forma criteriosa e crítica: a desnaturalização dos arquivos e da prática

arquivística deve tornar-nos mais atentos a nossos automatismos profissionais e, ao mesmo tempo, mais estimulados a investir na literatura arquivística. (HEYMANN, 2008, p. 7-8).

A mesma autora nos desafia a repensar a prática arquivística:

[...] a dimensão de escolha no tratamento dos arquivos, dentro de um quadro de possibilidades aberto pela própria documentação, faria do arquivista não um mero conservador, mas um “produtor” de saber obrigado a lançar mão de categorias e ferramentas intelectuais de natureza semelhante àquelas utilizadas na prática histórica, ainda que com objetivos distintos do historiador. Dentro dessa visão, a melhor maneira de sair do impasse entre um olhar positivista e um olhar relativista sobre as fontes, que nega qualquer possibilidade de objetividade histórica, consistiria em explicitar as categorias colocadas em prática no tratamento documental e a estrutura arquivística por meio da qual o historiador acede aos documentos. (HEYMANN, 2008, p. 7).

Também não temos muitas informações sobre como foi se permitindo o acesso a essa documentação. Em princípio poderíamos pensar que, de maneira geral, se enquadraria nos moldes que Célia Leite Costa aponta:

O período republicano foi mais democrático, apesar dos interregnos de obscurantismo e de censura. Além de as constituições republicanas assegurarem o direito à informação, o acesso aos documentos de arquivo foi gradativamente institucionalizado, ou seja, regulado por normas internas às instituições detentoras de acervos arquivísticos. Mesmo assim, a precariedade dessas instituições dificultava enormemente o trabalho dos pesquisadores. O fato de não possuir leis específicas regulamentando as condições e os prazos para a consulta dos documentos, deixava a critério dos diretores de instituições ou responsáveis pelos acervos a decisão de tornar ou não os documentos disponíveis. O acesso à informação só terá respaldo legal no Brasil com a Constituição de 1988. (COSTA; 1998, p. 195-196).

É possível conjecturar que o acesso não tenha sido imediato, e muito menos democrático. Além disso, tanto o Museu Julio de Castilhos, que inicialmente a custodiou, como o Arquivo Histórico passaram por longos períodos de fechamento, fosse por falta de meios para abrir, fosse por reformas, fosse pelas constantes mudanças.

Por outro lado, nas últimas décadas, a Instituição tem se preocupado com a divulgação desse acervo, principalmente através dos Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, que desde o segundo volume (1978) vem publicando transcrições dos documentos. O último publicado sobre a Coleção foi o número 18, entretanto, ainda não foi abrangida a sua totalidade. Essa iniciativa fez com que,

além da ampliação da divulgação desse conjunto documental, também se preservassem mais os manuscritos originais. Hoje essa documentação, seja através dos anais, seja na consulta direta, está disponível a toda a população.

Por último, cabe ainda voltar-se um pouco para o local onde se encontra a Coleção Varela, o Arquivo Histórico, sediado atualmente no Memorial do Rio Grande do Sul, que, pelo próprio nome, se trata de um lugar também criado para ser depositário da memória do Estado. Para pensar um pouco mais sobre o significado desse espaço podemos recorrer à reflexão de Nora:

Mas o que faz lugares de memória é aquilo pelo que, exatamente, eles escapam da história. Templum: recorte no indeterminado do profano – espaço ou tempo, espaço e tempo – de um círculo no interior do qual tudo conta, tudo simboliza, tudo significa. Nesse sentido, o lugar de memória é um lugar duplo; um lugar de excesso, fechado sobre si mesmo, fechado sobre sua identidade, e recolhido sobre seu nome, mas constantemente aberto sobre a extensão de suas significações. (NORA, 1993, p. 27).

E considerando mais especificamente o papel dessa coleção no Arquivo Histórico e do Arquivo no Memorial parece pertinente a advertência que Luciana Heymann faz, no sentido de tornar mais “densa” essa interpretação. Deve-se “atentar para o fato deles circularem em espaços que dotam os documentos de significado, ao mesmo tempo em que os arquivos qualificam e legitimam esses espaços”. (HEYMANN, 2008, p. 9). E, ao fazer isso, também refletem e constroem identidades, como analisa Canclini:

La identidad tiene su santuario en los monumentos y museos; está en todas las partes, pero se condensa en colecciones que reúnen lo esencial. El territorio de la plaza o el museo se vuelve ceremonial por el hecho de contener los símbolos de la identidad, objetos y recuerdos de los mejores heroes y batallas, algo que ya no existe pero que es guardado porque alude al origen y la esencia. Allá se conserva el modelo de identidad, la versión *auténtica*.

Por eso las colecciones patrimoniales son necesarias, las conmemoraciones renuevan la solidaridad afectiva, los monumentos y museos se justifican como lugares donde se reproduce el sentido que encontramos al vivir juntos. Hay que reconocer a los tradicionalistas haber servido para preservar al patrimonio, democratizar el acceso y el uso de los bienes culturales, en medio a la indiferencia de otros sectores o la agresión de ‘modernizadores’ propios y extraños. Pero hoy resulta inverosímil e ineficiente la ideología en nombre de la cual se hacen casi siempre esas acciones: un humanismo que quiere reconciliar en las escuelas y museos, en las campañas de difusión cultural, las tradiciones de clases y etnias escindidas fuera de esas instituciones. (CANCLINI, 1089, p. 178-179).

Mas que identidades esse acervo representou e representa e quantas alternativas identitárias ficaram de fora na construção do ser gaúcho ao longo do tempo? Nesse sentido, um ponto de partida poderia estar na idéia de Letícia Nedel, ao analisar o regionalismo gaúcho e o MJC, nos anos cinqüenta:

Esta apropriação do que se entendia como “origem histórica” da identidade regional nos remete a um último aspecto das interpretações que mais tarde será retomado no discurso veiculado pelo MJC nos anos cinqüenta. Trata-se do caráter elitista da história proposta pelos intelectuais regionalistas, onde se procurou permanentemente estender os galhos da já “frondosa” árvore genealógica nobiliárquica luso-brasileira ao extremo sul do país para provar-lhe a filiação ao panteão cívico nacional. (NEDEL, 1999, p. 149).

Mas a memória da Revolução Farroupilha, como todas as memórias, foi e é campo de confrontos, em alguns momentos bastante acirrados (vale lembrar os acalorados debates da década de 1930), que permanecem até hoje, embora o foco venha mudando com as conjunturas políticas e o contexto histórico. O fato de a Coleção ter-se tornado pública, com acesso permitido a quem se interessa pelo tema, favorece a possibilidade de várias leituras diferentes dos acontecimentos, mas nessa disputa, uma perspectiva acaba se tornando predominante, visão esta que é reforçada pelos meios de comunicação, livros didáticos, comemorações, monumentos, desfiles e festejos.

Hoje em dia, a memória da Revolução talvez não seja tão sensível, como deve ter sido na época de Almeida ou mesmo Varela, quando os protagonistas ou seus descendentes diretos ainda viviam e esse passado demarcava posições que se vinculavam ao contexto imediato. De qualquer maneira, mais ou menos sensíveis e problemáticas, as memórias nos constituem e identificam, pois “a rememoração dá forma aos nossos elos de ligação com o passado, e os modos de rememorar nos definem no presente. Como indivíduos e sociedades, precisamos do passado para construir e ancorar nossas identidades e alimentar uma visão de futuro”. (HUYSSSEN, 2000, p. 67).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Coleção Varela, que se encontra atualmente no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, é um dos patrimônios documentais mais importantes do Estado. Estudar a sua trajetória desde a produção documental até a sua conformação atual foi o objetivo principal deste trabalho. Por se tratar do maior acervo referente à Revolução Farroupilha, importante marco identitário rio-grandense, esse conjunto documental tem sido, ao longo tempo, fonte inesgotável de pesquisas sobre esse período.

Apesar de sua inegável importância, percebemos que não havia estudos sobre a sua conformação, e que seguir seu percurso poderia levar a uma melhor compreensão do que constitui e de como se formou o acervo em si. Para tanto, partimos de algumas informações e rastros dispersos e procuramos, em linhas gerais, mapear essa trajetória.

Entretanto, algumas dificuldades encontradas durante a pesquisa, e o tempo relativamente exíguo disponível para empreender as investigações nos levaram a abordar o período da coleção na instituição pública de maneira mais sucinta. Por outro lado, descortinou-se a potencialidade de determinadas fontes para o estudo desse tema, como por exemplo, a correspondência de Domingos José de Almeida e a obra memorialística de Alfredo Varela. Procuramos, então, valer-nos dessa documentação, produzida pelos principais atores dessa trama, cotejando-a na medida do possível com outras informações, de ordem primária e bibliográfica .

A partir disso, decidimos, inicialmente, direcionar o trabalho considerando o tempo que a documentação esteve nas mãos desses dois depositários, procurando compreender os fatores que a ela os vincularam e os motivos que levaram a preservá-la, tendo em conta também o contexto de vida desses personagens.

Numa segunda etapa, para compreender como esse acervo passara de mãos privadas para o espaço público, objetivamos traçar também, ainda que brevemente, uma trajetória das instituições vinculadas à preservação documental no Estado, desde as tentativas frustradas do século XIX, até a fundação do Museu, do Arquivo e do Instituto Histórico e Geográfico. Além disso, abordamos alguns aspectos do contexto em que se deu a doação, particularmente as comemorações do Centenário Farroupilha, momento especialmente marcante para a cultura, a política e, para o que mais nos importava, para os debates acerca da política cultural estadual.

Finalmente, procuramos descrever as negociações que envolveram a transferência desse acervo e destacar alguns aspectos da situação desse conjunto documental depois de tornar-se patrimônio público.

Partindo de uma preocupação inicial de compreender como se formavam os acervos dos arquivos, pensando especificamente sobre uma documentação que passara por mãos privadas, levantamos uma série de questionamentos. Tais indagações levaram sempre em conta a relação entre a conformação do acervo, a escrita da história e a problemática da memória/identidade. Esse enfoque fez com que nos defrontássemos com a complexidade que envolve o pensar do fenômeno arquivístico.

Considerando essa complexidade, muitos pesquisadores que têm se voltado para esse tema salientam a necessidade de uma abordagem interdisciplinar. Neste caso, e com todas as limitações apresentadas, foi o que procuramos realizar, valendo-nos de aportes de duas disciplinas principais, a Arquivologia e a História. Os princípios e o campo conceitual da primeira permitem que analisemos o arquivo como um todo orgânico, em que as relações entre os documentos são importantes para a compreensão do conjunto e de cada um deles. Além disso, considera que o modo, o momento e o contexto de produção documental fornecem também dados valiosos. A História nos ajuda a perceber os cenários e as conjunturas históricas que cercam a produção e a conservação ao longo do tempo. Também nos auxilia decisivamente na reflexão sobre questões fundamentais como memória e identidade.

Um dos fatores que parece ter sido importante para que esse patrimônio chegasse até nós foi o cuidado e o zelo que para com ele tiveram seus dois custodiadores, derivado, entre outros fatores, também de sua lealdade a uma certa memória desse evento considerado heróico, modelo para futuras gerações. Contudo, não era essa a única visão que se tinha desse passado. Nas disputas de interpretação e apropriação desse episódio, ele próprio – o acervo – também servia como munição e argumento. Além das contendas históricas sobre a Revolução Farroupilha, essa mesma munição também era utilizada para embasar idéias colocadas em pauta nos debates que se apresentavam no momento, e então a evocação do decênio heróico ressuscitava antigas lealdades ou denúncias de traições a pessoas ou ideais.

Apesar de atualmente ter perdido parte das características acima apresentadas, as divergências em torno do caráter da Revolução Farroupilha permanecem e, o que talvez seja o mais importante, o seu poder de amálgama identitário parece a cada ano estar se fortalecendo, vide o crescimento dos festejos do 20 de setembro, ou a utilização do Hino Rio-grandense em eventos populares.

Este estudo também nos faz conjecturar acerca da possibilidade de existência de uma quantidade (que pode ser expressiva) de documentos históricos ainda em mãos privadas e da necessidade de se pensar em meios de acesso e preservação a esse patrimônio. Talvez, por exemplo, ainda possamos deparar-nos com partes dos arquivos perdidos mencionados por Almeida.

Essa necessidade se torna cada vez mais urgente, pois a passagem do tempo não trabalha a favor de sua preservação. Além da deterioração natural de seu suporte, podem estar perdendo seu valor para as novas gerações e, por isso, sendo descartados, ou ainda, como é o caso do que ocorre em algumas instituições privadas, sofrerem com políticas de descarte pouco cuidadosas.

Nesse sentido, resta também, como possibilidade de trabalhos futuros, a partir das lacunas aqui surgidas, a investigação acerca de outros documentos que viriam auxiliar na melhor compreensão da própria constituição desse conjunto documental. Por exemplo, se fosse possível acessar o arquivo pessoal de Varela, surgiriam novas facetas de sua relação com a coleção. Também, a descoberta de algum catálogo ou lista da documentação, elaborada por Almeida, poderia nos dar a dimensão mais precisa do núcleo inicial.

Para além da ampliação da pesquisa empírica, caberia também estudar mais profundamente a relação entre a formação dos acervos e determinadas visões historiográficas, pois essas, neste caso, foram determinantes na seleção do material a ser preservado e/ou colecionado. Por outro lado, a existência de determinado conjunto documental, uma vez consolidado, também influenciaria as possibilidades de trabalho do historiador. Além disso, outros questionamentos poderiam ser desenvolvidos a respeito da formação do acervo do Arquivo Histórico, notadamente no que diz respeito aos aportes oriundos de coleções ou arquivos privados.

Outra reflexão que se faz necessária é sobre a necessidade de organização e descrição dos acervos administrativos das instituições patrimoniais. Diante da prioridade de tratar de seus acervos de guarda, esses conjuntos documentais tem deixado de ser alvo de interesse por parte desses órgãos. Entretanto, são fontes

fundamentais para o estudo dessas instituições e seus acervos e, portanto, também da constituição da memória, história e identidade regional e nacional.

O avanço nos estudos na área da Arquivologia nas últimas décadas, e também o aporte de outros campos do conhecimento, trouxe uma mudança na concepção do fenômeno arquivístico, principalmente para o arquivista, que teve que repensar a dimensão de sua prática. De “guardiões imparciais”, para usar a expressão de Terry Cook, de arquivos constituídos de documentos neutros, cujo trabalho se resumia à aplicação de uma série de técnicas de organização, começaram a ter consciência de seu papel de “construtores muito ativos da memória social”. Com isso a responsabilidade, certamente não exclusiva, na preservação e divulgação dessa memória deverá levar esse profissional a aperfeiçoar sua prática profissional e também a procurar aprofundar o conhecimento do material que tem sob seu cuidado.

As reflexões deste estudo buscaram também apontar para a possibilidade de um aprofundamento desses temas e para a necessidade de uma abordagem interdisciplinar. E esperamos que, em alguma medida, ele tenha sacudido um pouco o pó das idades dos “verandos restos” que agora cabe a nós preservar, para que deles possam se valer as atuais e futuras gerações.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Regina. História de uma coleção: Miguel Calmon e o Museu Histórico Nacional. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v.2, p. 199-233, jan./dez. 1994.
- BELLOTTO, Heloisa Liberalli. **Arquivos Permanentes: tratamento documental**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- BOEIRA, Luciana Fernandes. O império do Brasil e o Rio Grande de São Pedro: Notas sobre o processo de constituição de uma escrita da história do Rio Grande do Sul no Brasil oitocentista. In: X Encontro Estadual de História. O Brasil no sul: cruzando fronteiras entre o regional e o nacional. **Anais**. Santa Maria: ANPUHRS, 2010. Disponível em: http://www.eeh2010.anpuh-rs.org.br/resources/anais/9/1279501623_ARQUIVO_textocomplLucianaBoeira.pdf Acesso em: 15/05/2011.
- BOEIRA, Luciana Fernandes. Quando historiar é inventar a nação: uma reflexão sobre o espaço de atuação do Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro na construção da idéia de nação brasileira no século XIX. **A MARGem - Estudos, Uberlândia** - MG, ano 1, n. 1, , jan./jun. 2008, p. 86-95. Disponível em: <http://www.mel.ileel.ufu.br/pet/amargem/amargem1/estudos/MARGEM1-E44.pdf> Acesso em: 15/05/2011.
- BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. **NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.
- BREFE, Ana Cláudia. **O Museu Paulista: Affonso de Taunay e a memória nacional, 1917-1945**. São Paulo: Editora UNESP: Museu Paulista, 2005.
- CANCLINI, Néstor García. **Culturas Híbridas. Estratégias para entrar y salir de la modernidad**. México: Editorial Grijalbo, 1989.
- CERONI, Giovani Costa. **A exposição do Centenário da Revolução Farroupilha nas páginas dos jornais Correio do Povo e a Federação**. Porto Alegre: PUCRS, 2009. Dissertação de mestrado.
- COOK, Terry. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v.11, n. 21, p. 129-149, 1998.
- COSTA, Célia. O Arquivo Público do Império: o Legado Absolutista na Construção da Nacionalidade. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 14, n.26, p. 217-231, 2000.
- COUTURE, Carol; ROUSSEAU, Jean-Yves. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.
- DUARTE, Eduardo. **Da opulencia do Archivo Historico Rio-Grandense**. Porto Alegre: Oficinas Graphics da Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1926. (Separata da Revista do Museu e Archivo Publico do Rio Grande do Sul)

DUCROT, Ariane. A classificação dos arquivos pessoais e familiares. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v.11, n. 21, p. 151-168, 1998.

FLORES, Moacyr. **Modelo Político dos Farrapos: as idéias políticas da Revolução Farroupilha**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1978.

GANNNS, Cláudio. A trajetória de um pioneiro. In: **Visconde de Mauá. Autobiografia**. Rio de Janeiro: Zélio Valverde Editor, 1942.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GIOVANAZ, Marlise Maria. Práticas de coleção: seleção e classificação dos restos do passado. **Anos 90**, Porto Alegre, n.11, p. 162-171, julho de 1999. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/6547/3899> Acesso em: 20/10/2010.

GUILLAUME, Marc. **A política do patrimônio**. Porto: Campo das Letras, 2003.

GUTFREID, Ieda. **A historiografia rio-grandense**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1998. 2.ed.

HEYMANN, Luciana Quillet. **De “arquivo pessoal” a “patrimônio nacional”: reflexões acerca da produção de “legados”**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2005.

HEYMANN, Luciana Quillet. Arquivos e interdisciplinaridade: algumas reflexões. In: **Seminário CPDOC 35 anos: A interdisciplinaridade nos estudos históricos**, 2008, Rio de Janeiro. Disponível em: www.cpdoc.fgv.br Acesso em: 20/10/2010.

HOBSBAWN, Eric e RANGER, Terence (orgs.) **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HUYSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

KÜHN, Fábio. **Breve História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2002.

LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. In: **ENCICLOPÉDIA EUNAUDI**. Porto: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984, p 95-106.

MASTROGREGORI, Massimo. Historiografia e tradição das lembranças. In: MALERBA, Jurandir (org.) **A história escrita: teoria e história da historiografia**. São Paulo: Contexto, 2008.

MENEGAT, Carla. **O tramado, a pena e as tropas: família, política e negócios do casal Domingos José de Almeida e Bernardina Rodrigues Barcellos. (Rio Grande de São Pedro, Século XIX)**. 2009. 205 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/17653> Acesso em: 20/10/2010.

NEDEL, Letícia Borges. Breviário de um museu mutante. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 87-112, jan/jun 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ha/v11n23/a06v1123.pdf> Acesso em: 15/05/2011.

NEDEL, Letícia Borges. **Paisagens da Província: o regionalismo sul-riograndense e o Museu Julio de Castilhos nos anos cinquenta**. 1999. 336 f. Dissertação (Mestrado em História Social). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

NORA, Pierre. Entre Memória e História. A problemática dos lugares. In: **Projeto História**, São Paulo, (10). dez. 1993.

PAES, Marilena Leite. **Arquivo: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

PERETTI, Luis Armando e GIOVANAZ; Marlise Maria. O Museu como locus de produção da história nacional e regional: o caso do Museu Júlio de Castilhos. **Revista de Iniciação Científica/Universidade Luterana do Brasil**, Canoas, vol. 1, n. 1, p. 159-168, 2003. Disponível em: <http://www.ulbra.br/pesquisa/files/revista-de-iniciacao-cientifica-da-ulbra-2003.pdf> Acesso em: 15/05/2011.

PINHEIRO; Maria Lucia Bressan. Origens da noção de preservação do patrimônio cultural do Brasil. **Risco: Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo**. (online), n. 3, p. 4-14, 2006. Disponível em: http://www.arquitetura.eesc.usp.br/revista_risco/Risco3-pdf/art1_risco3.pdf Acesso em: 20/10/2010.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v.5, n.10, 1992.

POMIAN, Krzysztof. Coleção. In: **ENCICLOPÉDIA EUNAUDI**. Porto: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984, p. 51-86.

POMIAN, Krzysztof. **Sobre la historia**. Madrid: Cátedra, 2007.

PROCHASSON, Christophe. "Atenção: Verdade!" Arquivos Privados e Renovação das Práticas Historiográficas. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v.11, n. 21, p.105-119,1998.

REICHARDT, H. Canabarro. Alfredo Varela – Centenário de Nascimento. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, v. 263, p. 157-170, abril-junho 1964.

REIS, Daniel Aarão. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)**. Bauru: Edusc, 2004.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

ROSA, Otelo Rodrigues. **Vultos da Epopéia Farrroupilha : escorços biographicos.** Porto Alegre: Globo, 1935.

SCHEIDT, Eduardo. O processo de construção da memória da Revolução Farrroupilha. **Revista de História (USP).** São Paulo, n. 147, 2002.

SCHELLENBERG, T. R. **Arquivos modernos: princípios e técnicas.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

SCHMIDT, Benito Bisso. Biografia e regimes de historicidade. **Métis,** Caxias do Sul. v. n. 3, p. 57-72, jan.-jun. 2003.

SILVA, Jaisson Oliveira da. **A epopéia dos titãs do pampa: historiografia e narrativa épica na *História da Grande Revolução, de Alfredo Varela*.** 2010. 200 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/26722> Acesso em: 01/05/2010.

SPALDING, Walter. **Construtores do Rio Grande.** Porto Alegre: Sulina, 1969. Volume I.

SPINELLI, Teniza (org.). **Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul: história, publicações e legislação.** Porto Alegre: EST Edições, 2005.

SUBTIL, José. **O desembargo do Paço (1750-1833).** Lisboa: Universidade Autónoma, 1996.

VARELA, Alfredo. **Descrição physica, historica e economica.** Porto Alegre: Echenique & Irmãos/Livr. Universal, 1897.

VARELA, Alfredo. **Ensaio e críticas.** Rio de Janeiro: Instituto América, 1948.

VARELA, Alfredo. **História da Grande Revolução. O Cyclo Farrroupilha no Brasil.** Porto Alegre: Globo, 1933. v. 6.

VARELA, Alfredo. **Rememranças. Tempos idos e vividos.** Rio de Janeiro: AGUSA Editora, 1959. 2v.

VARELA, Alfredo. **Res Avíta. O idealismo farrapo e a crítica de escada abaixo I. Tempos idos e vividos ou interpretação com espírito de amor II.** Lisboa: Tipografia Mauricio & Monteiro, 1935.

VARELA, Alfredo. **Revoluções Cisplatinas. A República Rio-Grandense.** Porto: Chardron, 1915. 2 v.

VARELA, Alfredo. **Solar Brasílico. Remate nos muros austrinos.** Rio de Janeiro: Instituto América, s.d., 2v.

XAVIER, Regina Célia Lima. O desafio do trabalho biográfico. In: GUAZZELLI, César Augusto Barcellos et alii (org.). **Questões de Teoria e Metodologia da História**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

Fontes:

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

Coleção Varela – Caixa 19, maço 63; caixa 24, maços 77, 78, 79, 81 e 85.

Coleção Eduardo Duarte – AHRS – ED-034.

ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Anais. Vol. 2. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1978.

ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Anais. Vol. 3. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1979.

ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Anais. Vol. 5. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1981.

Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho

Correio do Povo – setembro, outubro, novembro de 1935 e janeiro de 1936.

Exposição do Centenário Farroupilha – Fundo Gabinete do Prefeito, caixas 29, 30 e 31.

Museu Júlio de Castilhos

Ofícios Expedidos 1933-1936 (AP.1.012)

Ofícios Recebidos 1933-1936 (AP.2.009)

Correspondencia Expedida 1937- 1938 (AP.1.013)

Correspondencia Expedida 1943 (AP.1.018)

Correspondencia Recebida 1943 (AP. 2.015)

Ofícios Expedidos 1944 (AP. 1.019)

Ofícios Recebidos 1944 (AP. 2.016)

Correspondencia Expedida 1945 (AP.1.021)

Correspondencia Recebida 1945 (AP. 2.017)

Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa

Almanach do Correio do Povo – 1934, 1935 e 1936.

Correio do Povo – agosto e dezembro de 1935, fevereiro e junho de 1936.

O Brado do Sul – 1959 – 1961.

ANEXO A

**CATALOGO
DO
ARQUIVO VARELLA***

(2ª.Via)

MUSEU E ARQUIVO HISTORICO

DO

RIO GRANDE DO SUL.

-1936-

* Transcrição realizada respeitando a grafia original

ARQUIVO VARELA..Maços:

- 1 - Administração da Fazenda (1840-44) documentos 198.
- 2 - Administração da Fazenda (idem) documentos 164.
- 3 - Administração da Fazenda (idem) documentos 153.

COLEÇÃO ABRILINA.

- 1 – Preciosos documentos muitos dos quaes subsidiarios á biografia de Bento Gonçalves; outros ao estudo da Independencia da Patria, no que se refere ao Rio Grande. Manifesto da minoria da Assembléa Constituinte. (1843) Documentos 184.
- 2 – Officios e cartas de Bento Gonçalves a Domingos José de Almeida, João Antonio da Silveira e José Mariano de Matos (dossier preciosissimo) Documentos 214.
- 3 – Correspondencia official de Bento Gonçalves e Neto a João Antonio da Silveira, Domingos José de Almeida, David Canabarro e outros. Documentos 142.
- 4 – Correspondencia official ativa de Bento Gonçalves, Antonio de Souza Neto, João Antonio da Silveira, David Canabarro, José Pinheiro de Ulhôa Cintra, José da Silva Brandão, Serafim dos Anjos França e Antonio Vicente. Documentos 159.
- 5 – Bernardo Pires, Bento Gonçalves, Antonio Neto – Com bate do Rio Pardo, Domingos José de Almeida, Serafim dos Anjos França, José da Silva Brandão, Ministro da Guerra, Manoel Lucas de Oliveira (Selo da Republica) João José Damasceno, Florentino de Souza Leite, Urbano Soares e John B. Griggs. Documentos 118.
- 6 – Correspondencia ativa de Antonio de Souza Neto e João Antonio da Silveira, Domingos José de Almeida, Vasconcelos Jarim e outros. Documentos 168.
- 7 – Correspondencia ativa de David Canabarro, Bento Manoel Ribeiro, Sebastião Ribeiro, Ulhôa Cinto, Manoel Lucas de Oliveira, e Serafim Joaquim de Alencastre. Documentos 164.
- 8 – Documentos diversos. Officios dirigidos a Domingos José de Almeida. Documentos 197
- 9 – Correspondencia ativa de José Mariano de Matos. Documentos 90.
- 10 – Correspondencia ativa de Domingos Crescencio de Carvalho, Marcelino José do Carmo, Demetrio Ribeiro, José Gomes Portinho, Teodoro José Ribeiro, Agostinho José de Melo, Joaquim Pedro Soares, João José Damasceno e Onofre Pires. Documentos 88. (89)
- 11 – Correspondencia ativa de Jacinto Guedes, Joaquim Pedro, José Gomes Portinho Ismael Soares, Onofre Pires da Silveira Canto, Amaral Ferrador, Antonio Paulo da Fontoura, Serafim Joaquim de Alencastre, Bernardo Pires e outros. Documentos 243.
- 12 – Correspondencia ativa de João Simplicio Ferreira, José Alves Valença, José Mariano de Matos, Joaquim Pedro Soares, José Gomes de Vasconcelos Jardim, Luiz José Ribeiro Barreto, Luiz Rosseti, Antonio Manoel do Amaral e Serafim Joaquim de Alencastre. Documentos 105
- 13 – Correspondencia de Joaquim Teixeira Nunes, Manoel A. da Porciuncula, Manoel dos Santos Campelo, Joaquim Pedro Soares e Jacinto Guedes da Luz. Documentos 86.
- 14 – Correspondencia de Jeronimo José de Castilhos, Florentino de Souza Leite, José Alves Valença, Antonio Manoel do Amaral, Camilo Campelo, Felisberto Machado de Carvalho Ourique, José Manoel de Leão, José Ribeiro de [página cortada, provavelmente na encadernação]

(II)

Documentos 89.

- 15 – Correspondencia de José Jeronimo do Amaral, Vasco Marques de Souza, Rafael de Souza Neto, Francisco José Gonçalves da Silva, Ismael Soares, Bernardo Pires, Maximino Rodrigues Fernandes, Luiz José da Fontoura Palmeiro e outros.
Documentos 143.
- 16 – Copias de officios relativos á demissão dos consules de Portugal e Espanha. Compromissos e formulas de compromissos para o gozo do indulto concedido pelo Decreto de 13 de janeiro de 1838.
Requerimentos e officios varios.
Documentos 103.
- 17 – Correspondencia de José Gomes Jardim, Antonio Paulo da Fontoura, Domingos José de Almeida, João Manoel e outros.
Cópia da “Oração de Sapiencia”, proferida pelo padre João de Santa Barbara, na inauguração da aula de filosofia em Porto Alegre (1821) e sermões proferidos pelo mesmo.
Documentos 142.
- 18 – Correspondencia do ditador Francia, do Paraguay, sobre a ida de Antonio Manoel Correia da Camara, como plenipotenciario do governo riograndense.
Documentos sobre a anexação da Banda Oriental ao reino de Portugal (1821)
Cartas de Bernardo Pires, Crescencio, Lucas e outros.
Documentos 74.
- 19 – Officios de Madarriaga, Lavalleja, Servando Gomes e Rivera a Antonio da Silveira e Domingos José de Almeida. Correspondencia de Antonio Manoel Correia da Camara, -Officios de Bento Manoel Ribeiro, Manoel Lucas de Oliveira, José Gomes Portinho, Manoel Lucas de Lima e Sebastião Ribeiro.
Documentos 154.
- 20 – Officios diversos firmados por Bonifacio Isas Calderon, Vicente Lucas de Oliveira, Germano de Salisch, Prado Lima, Antonio Paulo da Fontoura, Padre Chagas Martins Avila e Souza, Francisco Modesto Franco, Demetrio Ribeiro, Ulhôa Cintra, Manoel Carvalho de Aragão e Silva, Francisco Pedro de Abreu, José Ribeiro de Almeida, José Manoel de Leão e outros.
Documentos 123.
- 21 – Decretos impressos da Republica. Cartas de Bento Gonçalves, Canabarro, Netto e outros.
Numeros avulsos do “O Americano”. Publica-forma das condições estipuladas por Bento Manoel, na rendição da ilha do Fanfa.
Documentos 169.
- 22 – Ordens do Dia, Proclamações e Boletins.
Documentos 111 (inclusive 4 jornaes)
- 23 – Livro de Registo – Decretos e Avizos – da Republica Riograndense.
Documentos 252.
- 24 – Decretos, Instruções, Avizos, Alvarás e Circulares.
Documentos 106.
- 25 – Decretos, Circulares e Regulamentos.
Documentos 88.
- 26 – Correspondencia de Domingos José de Almeida.
Documentos 126.
- 27 – Correspondencia do ministro da fazenda Domingos José de Almeida.
Documentos 266
- 28 – Copiador de cartas do Ministro da Fazenda Domingos José de Almeida.
Documentos 245.
- 29 – Domingos José de Almeida – correspondencia epistolar ativa e passiva; minutas de cartas e requerimentos, com as respetivas certidões.
Documentos 189.
- 30 – Correspondencia ativa e passiva de Domingos José de Almeida.
Documentos [274 ?] [final de página cortado]

(III)

- 31 – Correspondencia de Luiz José Ribeiro Barreto e José da Silva Brandão. Documentos 129.
- 32 – Registo de Correspondencia oficial de Luiz Ribeiro Barreto. Idem de Domingos José de Almeida (1839-42) e João Antonio da Silveira (1838-39). Correspondencia passiva de Domingos José de Almeida com Robert Bisley sobre assuntos respeitantes á marinha (naufragio do padre Roberto Bisley, corsario riograndense a 12 de maio de 1839). Documentos 469.
- 33 – Correspondencia ativa de Antonio Vicente da Fontoura. Documentos 90.
- 34 – idem de Domingos José de Almeida. Documentos 304.
- 35 – Diversos documentos e minutas de proclamações: comunicação do Grande Oriente de Londres sobre auxilios aos riograndenses. Documentos 107.
- 36 – Correspondencia de officiaes legalistas. Documentos 147.
- 37 – Legalistas: Felipe Neri de Oliveira, José Joaquim de Andrade Neves, João da Silva Tavares, João Paulo Santos Barreto, Antonio Correia Seára, Antonio Felix Lobo e outros. Correspondencia oficial em original e copias autenticadas constante de partes de combate e operações, ordens de operações. Noticias sobre posições inimigas, etc.- Requerimento do major Manoel Luiz Osorio. Documentos 156.
- 38 – Officios de Thomaz José da Silva, Bonifacio Isas Calderon, Francisco Xavier da Cunha e outros. Documentos 137.
- 39 – Correspondencia de officiaes legalistas – Participação do coronel Jacinto Pinto de Araujo Correia sobre o assalto a São José do Norte (16 de julho de 1840) Officios do coronel dr. João Daniel Hillebrand, Joaquim de Andrade Neves e outros. Documentos 210.
- 40 – Legalistas (1839) Francisco de Castro Matutino Pitta, Brigadeiro – Antonio Correia Seára, Brigadeiro- J.C.Centeno – João da Silva Tavares, coronel- Frederico Mariath – Manoel doa Santos Loureiro – Thomas Jozé da Silva, Marechal – Salustiano Severiano dos Reis, coronel – Vicente Paulo Vi – las-Bôas – Visconde de Castro, brigadeiro – Francisco Pedro, major – Paulo de Souza Alano – Rodrigo Antonio de Souza, capitão – João Propicio Menna Barreto, coronel – Florisbelo Antonio de Avila, coronel – Francisco Felix Pereira Pinto, major – Relação nominal dos officiaes de 1 a. linha rebeldes – Encontro das Xar – queadas (Chico-Pedro) – Felipe Neri de Oliveira – Antonio Elzeario de Miranda e Brito – Lopo Botelho, major – Frederico Mariath, chefe de marinha – Bonifacio Isas Calderon, brigadeiro – Henrique Beaurepaire Rohan, Antonio Soares de Paiva – Guilherme Parker, capitão de fragata – João Frederico Caldwell, tenentecoronel, John Pascoe Greenfell e Joaquim Pedro Berlinck. Documentos 190.
- 41 – Legalistas: Felipe Neri de Oliveira, Soares de Andréa, João Pascoe Green – fell, Bonifacio Isas Calderon, Andrade Neves, Silva Tavares, Manoel Luiz Osorio, Francisco Pedro de Abreu, Manoel Jorge Rodrigues, José Antonio Martins, Manoel dos Santos Loureiro, José Ignacio da Silva Oribe, João Paulo dos Santos Barretos e outros. Relação de rebeldes presos e enviados a Porto Alegre. Documentos 120.
- 42 – Legalistas – Cópia autenticada da parte de combate de 16 de julho de 1840, em São José do Norte. Varios mapas de forças: mapa da força do exercito em operações na provincia de São Pedro do Rio Grande do Sul, em 1846. Relações de prisioneiros e apresentados dos rebeldes. Ordens do dia e ordem geral do Conde do Riopardo, 18 de abril de 1841. Itinerario de marcha de Andrade Neves. Farta correspondencia dos principaes chefes legalistas e presidentes da provincia. (1840-45)
[não aparece o número de documentos – página cortada]

- 43 – Comunicações de prisões de rebeldes. Instruções aos comandantes da Força Policial. Ordens de prisão contra o padre Francisco das Chagas Martins Avila e Souza e varios outros cidadãos riograndenses; ordens de deportações firmadas pelo presidente Antero José Ferreira de Brito. Ordem de Antonio Elzeario de Miranda e Brito, Comandante das Armas da Côrte, ao cel João Frederico Caldwell para seguir para o Rio Grande de São Pedro, em 26 de agosto de 1837.
Parecer do capitão Henrique Beaurepaire Rohan sobre as prisões milita – res de Porto Alegre.
Ordens do dr. Saturnino de Souza e Oliveira sobre apresentados dos Rebeldes.
Documentos relativos á requisição de officiaes e soldados por parte do presidente de Santa Catharina, Francisco José de Souza Soares de Andréa. Oficio de Labatut e John Pascoe Greenfell. Oficio de Gaspar José Lis – boa a Manoel Jorge Rodrigues sobre a revolução no Uruguai e a conduta hostil de Lavalleja e Ferré para com o Imperio.
Documentos 136.
- 44 – Impressos – Proclamações e Ordens do Dia do Exercito Legalista (1839-1843)
Documentos 111.
- 45 – Correspondencia diversa: a mor parte a Domingos José de Almeida. Compromissos para o gozo do indulto concedido pelo decreto de 13 de janeiro de 1838.
Titulo de anistia a favor do rebelde Guilhermino Joaquim Gonçalves, assinado pelo Barão de Caxias.
Condições de paz. Proclamação de David Canabarro em Ponche-Verde, 28 de Fevereiro de 1845, comunicando a paz.
Documentos 178.
- 46 – Correspondencia epistolar oficial passiva de Domingos José de Almeida e João Antonio da Silveira: a mor parte ao primeiro.
Antonio José Gonçalves Chaves e Antonio Manoel Correia da Camara, Joaquim dos Santos Prado Lima, Francisco das Chagas Martins Avila e Souza, Domingos Moreira e outros. Uma proclamação.
Documentos 152.
- 47 – Correspondencia passiva de Domingos José de Almeida. Alguns officios de João Antonio da Silveira.
Documentos 197.
- 48 – Correspondencia passiva do ministro Domingos José de Almeida. Papeis referentes ao Ministerio da Fazenda: contas, recibos, requerimentos, etc.
Documentos 207.
- 49 – Correspondencia passiva de João Antonio da Silveira e Domingos José de Almeida. Ordens de pagamento, pedido de fornecimentos, relações de generos, etc. Papeis pertinentes ao ministerio da fazenda. Partes de desercções.
Documentos 208.
- 50 – Oficio de Pedro José Vieira (“Perico El Bailarin”) ao ministro Almeida, 22 de abril de 1840.
Correspondencia de Boucquin des Hilaires, encarregado dos Hospitales Militares ao Ministro Almeida. (parte em francez)
Documentos 177.
- 51 – Correspondencia variada a mor parte pertencente a Domingos José de Almeida. Instruções do presidente General Andréa sobre colonias (1850) Averiguações acerca da conduta do general Neto, no Estado Oriental. Copia da Lei n.34, de 28 de janeiro de 1857, elevando á categoria de vila as freguezias de Passo-Fundo e Cangussú.
Documentos 153.
- 52 – Estatutos da Confederação do Equador (comentados) Rio de Janeiro. 1824. Borrador com minutas de cartas de Antonio Vicente da Fontoura.
Documentos 107.
- 53 – Copias de partes do padre Chagas (Ministerios) Discurso do mesmo. Relações dos corpos de Caçapava, Cachoeira e Cruz-alta sobre remesas de fazendas. Correspondencia de Bento Gonçalves a Almeida.

-V-

cont.

- 53 – Cópia de documento do processo de Manoel Gomes Pereira. Pedido de indulto dos irmãos Izaías e Joaquim da Silva Soares.
Representação contra o tenente-coronel João José Damasceno.
Documentos sobre Ituzaingó – Papeis do padre Chagas. Parte do Ataque a Jaguarão, 21 de janeiro de 1844.
Exame da dívida do extinto governo da revolução.
Fê de ofício de João Rodrigues Barbosa.
Ofício de Bento Gonçalves e Sebastião Xavier do Amaral Sarmento Mena, do princípio da revolução; importante, como diz Mena, por provar que a revolução, em sua origem, não foi feita contra a forma de governo e sim contra o presidente e comandante das armas.
Requerimento de José Joaquim Barbosa e atestados anexos, pedindo ao barão de Caxias reversão ao serviço do governo.
Documentos 75.
- 54 – Primórdios da revolução. Proclamações e Manifestos. Projetos de lei, ordens do dia. Parte do início da Revolução em Porto Alegre, ofícios diversos.
Documentos 58.
- 55 – Impressos. Correspondência trocada entre Bento Gonçalves e o marechal Andréa. Carta-proclamação dos Riograndenses a seus patricios em armas contra o Imperio. Relação de presos na Corte pelos acontecimentos políticos do Rio Grande do Sul.
Relatório da situação da província apresentado pelo dr. Saturnino de Souza e Oliveira ao passar a presidência ao barão de Caxias, em 1842.
Ofício da Câmara de Alegrete ao deputado Domingos José de Almeida. Resultado das eleições para deputado à Assembleia Constituinte do Estado, realizadas a 26 de setembro de 1842. Comunicado. Regimento Interno da Assembléa Legislativa. Proclamação- Boletins de Caçapava e Alegrete. Decretos da República. Correspondência de José Rodrigues Barbosa, Felicissimo Martins, Caxias, Mattos. Guarnição de Porto Alegre. “Humanidade e Justiça.”
Documentos 130.
- 56 – Registo de Correspondência oficial da República. (1841-43)
Tratado do Canguê. Propostas do Conde D’Ervais.
Documentos 355.
- 57 – (Não consta da Relação recebida)
- 58 – idem, idem.
- 59 – Impressos referentes à Aclamação de Dom Pedro. Proclamação de José Feliciano Fernandes Pinheiro, 1825. Lavalleja e Rivera.
Partes de operações. Decretos da República. Apontamentos para a biografia do Visconde de São Gabriel.
Documentos 124.
- 60 – Tres autografos de Garibaldi. Relação dos sucessos ocorridos de dezembro de 1842 a 1844, por Manoel Lucas de Oliveira.
Ofícios de Manoel Lucas de Oliveira, Ministro da Guerra da República.
Necrologia de Bento Gonçalves da Silva, escrita e publicada pelo seu amigo Domingos José de Almeida. (Anexo: modelo de barretina usada pelo exercito Republicano)
Documentos 47.
- 61 – Domingos José de Almeida: Necrologio de Bento Gonçalves.
Rascunho do discurso proferido na Câmara dos Deputados pelo snr. José de Paiva Magalhães Calvet, representante da província do Rio Grande.
Borrador de ofícios.
Documentos 534.
- 62 – Ordens do Dia da Guerra do Paraguay. Correspondência de David Canabarro. (Assuntos referentes à guerra do Paraguay.)
Documentos 168.
- 63 – Brasil-reino. (1821) Proclamações, Editaes e Resoluções da Regencia do Reino em nome do snr. Dom João VI.
Brasil-imperio (11 folhas de papel-selado)
Documentos 111.
- 64 – (Não consta da Relação recebida)

-VI-

- 65 – (Não consta da relação recebida)
- 66 – Memórias manuscritas de Calderon (3) Joaquim Gonçalves (1) Felicissimo (1) Curitiba (1) Jullien (1) Felix da Cunha (1) Gaspar Mena: coleção de poesias, sátiras a Pedro Boticario e resposta, hino ao 20 de setembro. Documentos 13
- 67 – Documentos relativos à Revolução de 1835, copiados pelo finado Raul Nielsen: correspondência de chefes rebeldes, artigos de jornais da época, proclamações, ordens do dia, etc.
- 68 – Idem, idem. Cédulas eleitorais. Documentos sobre o sargento-mor Alexandre Luiz de Queiroz. Manifesto de Domingos José de Almeida e José de Paiva Magalhães Calvet. Discurso pronunciado pelo marquês do Herval., no Parlamento Nacional, quando senador pelo Rio Grande do Sul. Folhetos de poesias dedicadas a Dom Pedro II, por Antonio José Rodrigues. Memória histórica sobre as causas dos acontecimentos que mais imediatamente precederam a sedição de 20 de setembro de 1835, na cidade de Porto Alegre, capital da província do Rio Grande do Sul. (Caldeira) Anacephaleose abreviada da vida de Pedro José de Abreu e sua família. Ordens do Dia e correspondência do tenente-general Manoel Jorge Rodrigues, Arquivo do sr. Nestor Ascoli.- Cópias fornecidas pelo sr. Floris – belo Freire. Várias outras cópias do mesmo sr. Raul Nielsen.
- 69 – Coleção de jornais: “O Vigilante”, “A sentinela da liberdade”, “O Anunciante” e “O mestre barbeiro”.
- 70 – Coleções do “Povo” e “Americano”.
- 71 – Volumes dos jornais “Correio Oficial”, “Recopilador Liberal”, “Continentista”, “Imparcial”, “Liberal Riograndense”, “Aurora Fluminense”, “Sentinela da Liberdade”, “Gazeta Mercantil”, “Republica”, “Comercio”, “Murmúrios do Guaíba”.
Três números da Revista do Partenon Literário.
- 72 – Araripe: “Guerra Civil no Rio Grande do Sul”, anotado pelo General Portinho.
- 73 – idem, anotado por Caldeira.
- 74 – “Reflexões sobre o Generalato do Conde de Caxias”.
“Guerras do Sul” – João Moraes.
- 75 – Saturnino: “Operações do Passo Fundo”.
Conde do Riopardo – “Exposição dos principais acontecimentos militares de abril de 1841, a junho de 1842.”
“O Regulador Brasileiro”, n. 21.
- 76 – Alberdi: “La Revolución de Mayo” (Dedicada a los republicanos de Rio Grande)
Manifesto de Domingos José de Almeida a seus compatriotas.
Conselheiro Candido Batista de Oliveira – “Fronteiras do Imperio na provincia de São Pedro.”
Manifesto de Calvet a seus comprovincianos.
Manifesto de Domingos José de Almeida a seus compatriotas.(sic)
“A revolução de 1835”, por Ramiro Fortes de Barcelos.
- 77 – Francesco Zambicari e outros precursores da aeronautica, em Bolonha.
“L’Aereonatica a Bologna”, por Raimondo Ambrosini.
- 78 – Bosquejo histórico e documentado das operações militares da provincia Do Rio Grande do Sul. Dr. Saturnino de Souza e Oliveira.
- 79 – Relatório sinopse dos trabalhos da Câmara dos senhores. Deputados na sessão de 1885. Rio de Janeiro 1886.
- 80 – Volume com recorte de jornais.
- 81 – Cartas de Antonio Alvares Pereira Coruja, João Luiz Gomes, Alcides Cruz, Depoimento de Joaquim Gonçalves da Silva, Manoel Lourenço do Nascimento e outros. Depoimentos e informações prestados a Varela.

-VII-

JORNAES:

Coleção do “Diario de Porto Alegre” (1827-28)	n ^o s	274
“ “ “Amigo do Homem e da Patria” (1829-1830)	“	128
“ “ “Constitucional Riograndense” (1820) ⁸¹	“	245
“ “ “O Correio da Liberdade” (1831)	“	64
“ “ “O Noticiador” (1832, 33, 34, 35, 36)	“	307
“ “ “ O Propagador da Industria Riograndense” (1834)		97
“ “ “O Observador” (1832 a 1834)		101
“ “ “O Correio do Rio” (1822)		71
“ “ “Gazeta do Rio” (1819 a 22)		251
“ “ “Imperio do Brasil” (1824, 26, 28, 30, 31, 33)		380
“ “ “Brado do Sul” (Domingos de Almeida, 1859-60)		59
“ “ “Folhas soltas, de antes de 32 e depois de 45		43
“ “ Folhas soltas, de 1828, 32, 41, 47, etc		44

Total (sem contar os jornais)
10652 peças⁸²

⁸¹ Erro - início de circulação em 1828.

⁸² Parte manuscrita.